

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS**

SAMIR DUARTE DA SILVA

**FORMA ESTÉTICA E ESPECIFICIDADE HISTÓRICA EM DUAS NARRATIVAS
CONTEMPORÂNEAS DE JOÃO UBALDO RIBEIRO**

PORTO ALEGRE

2016

SAMIR DUARTE DA SILVA

**FORMA ESTÉTICA E ESPECIFICIDADE HISTÓRICA EM DUAS NARRATIVAS
CONTEMPORÂNEAS DE JOÃO UBALDO RIBEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de
Licenciatura em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Homero Vizeu Araújo

PORTO ALEGRE

2016

SAMIR DUARTE DA SILVA

**FORMA ESTÉTICA E ESPECIFICIDADE HISTÓRICA EM DUAS NARRATIVAS
CONTEMPORÂNEAS DE JOÃO UBALDO RIBEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de
Licenciatura em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Homero Vizeu Araújo

Antônio Marcos Vieira Sanseverino

Tiago Lopes Schiffner

RESUMO

O enquadramento histórico e estético associado ao Projeto de Pesquisa intitulado *Literatura e nacional-desenvolvimentismo: tensão na forma literária e promessas de integração social*, do qual esta pesquisa em particular foi parte integrante, abrangia a maneira através da qual a cultura brasileira elaborou formalmente tanto as promessas de modernização democrática dos anos de 1950 quanto a efetivação autoritária de tal modernização a partir do ano de 1964. A partir da aproximação analítica entre forma literária e processo social, a proposta teórica deste texto foi estudar a representação e a formalização da violência e da crueldade por um escritor brasileiro contemporâneo em duas narrativas longas. O escritor escolhido foi João Ubaldo Ribeiro, nascido em 23 de janeiro de 1941 em Itaparica (Bahia), falecido em 18 de julho de 2014 no Rio de Janeiro. Os objetos de estudo enfocados foram os romances *Sargento Getúlio* (publicado no ano de 1971) e *Diário do Farol* (publicado no ano de 2002). A relevância desta pesquisa esteve embasada em um esforço de aproximação entre narrativas que constituíram canções do carrasco, nas quais os narradores expuseram tanto a própria brutalidade da enunciação dos seus discursos quanto a brutalidade da matéria narrada, cada qual com as suas particularidades na forma de narrar. O método analítico apontou convergências e divergências quanto à forma estética, em especial quanto ao uso da primeira pessoa textual. O motivo da aproximação foi o fato de que os dois livros lidaram com a sociedade nordestina patriarcal de pontos de vista diferentes: houve um intervalo de mais de 30 anos em relação à publicação entre ambos: em 1971, o escritor baiano utilizou um narrador rústico, em 2002, ele usou um narrador culto (vítimas de violência, reprodutores de violência). O objetivo teórico primordial esteve diretamente ligado a uma concepção de forma literária mais objetiva, através do estudo dos processos de estruturação dos dois textos literários, análise possível pela conjunção entre elementos históricos, linguísticos, literários. O ponto central deste texto foi comparar os narradores das obras na tentativa de definir a posição social e o comportamento psicológico deles no contexto histórico anterior (início da década de 1950 em *Sargento Getúlio*) e subsequente da Ditadura Militar (Anos de Chumbo em *Diário do Farol*). Neste sentido estrutural, a análise se debruçou em aspectos formais de teoria e de crítica literárias como personagem-narrador e como ângulo narrativo. A justificativa teórica fundamental foi então modificar o enfoque culturalista de análise das obras de João Ubaldo Ribeiro para um tipo de abordagem formal, por meio da qual a forma literária foi colocada em primeiro plano, no intuito de que ela fosse de fato o ponto de partida analítico em direção a uma perspectiva integradora entre aspectos históricos e aspectos estéticos.

PALAVRAS-CHAVE: forma literária, narrativa, Ditadura Militar.

ABSTRACT

The historical and aesthetic framework associated with the Research Project entitled *Literatura e nacional-desenvolvimentismo: tensão na forma literária e promessas de integração social*, of which this study in particular was an integral part, covered the way in which Brazilian culture has produced formally both democratic modernization promises of the 1950s as the authoritarian execution of such modernization from the year 1964. Starting from the analytical approach between literary form and social process, the theoretical proposal of this final paper was to study the representation and the formalization of violence and of cruelty by a contemporary Brazilian writer in two of his long narratives. The chosen writer was João Ubaldo Ribeiro, born on January 23, 1941 in Itaparica Island (Bahia), died on July 18, 2014 in Rio de Janeiro. The objects of study were two of his novels: *Sargento Getúlio* (*Sergeant Getúlio*) – published in 1971 in Brazil and in 1978 in the USA (translated into English by João Ubaldo himself) – and *Diário do Farol* (published in 2002 in Brazil). The relevance of this research was grounded in an approach effort between narratives that constituted hangman's songs, in which the narrators in them exposed both the very brutality of the enunciation of their speeches as the brutality of the narrated material, each narrator with its own peculiarities in the way of narrating. The analytical method showed convergences and divergences about the aesthetic form, especially regarding the use of the first person. The reason for the approach was the fact that the two books have dealt with the patriarchal northeastern society from different points of view: in 1971, the Brazilian writer used a rustic narrator, whereas in 2002, he used a refined narrator (both victims of violence who bred violence). The primary theoretical objective was directly linked to a conception of a more objective literary form, through the study of structuring processes of the two literary texts, analysis possible by the conjunction of historical, linguistic, literary elements. The central point of this final paper was to compare the two narrators in an attempt to define social position and their psychological behavior in the previous historical context (early 1950 in *Sergeant Getúlio*) and in the subsequent historical context of the Military Dictatorship (1968-1974 in *Diário do Farol*). In this structural sense, the analysis was addressed in formal aspects from literary theory and from literary criticism as character-narrator and as narrative angle. The fundamental theoretical justification was then modify the culturalist approach of analysis of João Ubaldo Ribeiro works for a kind of formal approach, through which the literary form was placed in the foreground, in order that it was in fact the analytical starting point towards an integrative perspective of historical aspects and aesthetic aspects.

KEYWORDS: literary form, narrative, Military Dictatorship.

SUMÁRIO

1) Relato Inicial, Resumido: O Começo da Pesquisa, O Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	6
2) Três Momentos Diferentes sobre o Estudo da Linguagem: do Prescritivismo Clássico dos Gregos ao Estatuto Científico dos Estruturalistas à Especialização Naturalístico-Científica de Avram Noam Chomsky.....	10
3) Três Etapas Diferentes sobre a Teoria da Literatura: do Estruturalismo ao Pós-Estruturalismo à Perspectiva Histórico-Estrutural.....	15
4) Os Contextos Históricos Nacional e Internacional: a Historiografia Recente.....	24
5) Primeiro Objeto de Estudo: Análise Formal de Sargento Getúlio.....	29
6) Segundo Objeto de Estudo: Análise Formal de Diário do Farol.....	45
7) Síntese Analítica dos Dois Objetos de Estudo: a Comparação Histórico-Estrutural.....	61
Referências.....	77

1) Relato Inicial, Resumido: O Começo da Pesquisa, O Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

As minhas atividades relacionadas com pesquisa acadêmica na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) iniciaram no ano de 2010 como colaborador do Projeto intitulado *Literatura e nacional-desenvolvimentismo: tensão na forma literária e promessas de integração social*, a convite do professor Dr. Homero Vizeu Araújo. As reuniões do Grupo de Pesquisa ocorriam semanalmente desde 2010, com duração aproximada de 2h cada, durante as quais foram realizados debates a respeito de leituras feitas previamente pelos integrantes do grupo. Ao longo do ano de 2011, o professor Homero me designou como monitor em duas oportunidades: na primeira delas, Monitoria Presencial-Acadêmica da disciplina Literatura Brasileira A, no período de 21/03/2011 a 18/07/2011; na segunda delas, Monitoria Presencial-Acadêmica da disciplina Literatura Brasileira B, no período de 10/10/2011 a 21/12/2011. Ambas com carga horária de 20h semanais. No começo do ano de 2014, o professor Homero me selecionou como bolsista no Programa de Bolsas PIBIC, sendo que as minhas atividades começaram em 01/02/2014 e terminaram em 31/12/2014. O foco do Projeto de Pesquisa *Literatura e nacional-desenvolvimentismo* abrangia o período em que as promessas de integração social do nacionalismo-desenvolvimentista foram substituídas pelo colapso do populismo e pela modernização conservadora brasileira seguinte. Ao longo das minhas atividades como bolsista de iniciação científica, o ponto central da minha pesquisa em particular foi então estabelecer uma comparação histórico-estrutural entre os narradores de duas obras do escritor João Ubaldo Ribeiro – a saber: os romances *Sargento Getúlio* (publicado no ano de 1971) e *Diário do Farol* (publicado no ano de 2002) – na tentativa de definir a posição social e a atitude psicológica deles no contexto histórico anterior (início da década de 1950 em *Sargento Getúlio*) e subsequente da Ditadura Militar (Anos de Chumbo em *Diário do Farol*). Os resultados da minha pesquisa em particular, parte integrante da abordagem geral desenvolvida pelo Projeto *Literatura e nacional-desenvolvimentismo*, sob orientação do professor Dr. Homero Vizeu Araújo, foram deste modo apresentados no XXVI Salão de Iniciação Científica da UFRGS. O evento foi realizado no Campus do Vale durante os dias 20, 21, 22, 23, 24 de outubro do ano de 2014. O título do meu trabalho apresentado foi *Forma estética e especificidade histórica em duas narrativas contemporâneas de João Ubaldo Ribeiro*; a minha sessão foi *Leituras Incômodas*; a data e o turno foram 22/10/2014 pela manhã, respectivamente; o local da minha sessão foi a sala 120 do prédio Salas de Aula IFCH/Letras. Afora a apresentação no Salão de Iniciação Científica, a continuidade da

pesquisa e o resultado prático dela pautaram objetivamente a formulação deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cuja realização formal ocorreu durante o ano de 2016. (Aliás, entre estes parênteses, ficam já, incorporados ao próprio texto, os agradecimentos à Instituição UFRGS, ao orientador Homero e ao Grupo de Pesquisa, à minha família e aos meus amigos). Os autores e os elementos técnico-teóricos iniciais utilizados foram os seguintes: Roman Jakobson, a função conativa – estabelecimento de um *eu* enunciativo, direcionamento ao destinatário, postulação da interlocução; Tzvetan Todorov, o tempo da narrativa, o ponto de vista do narrador, a modalização do ponto de vista; Gérard Genette, a voz narrativa – monólogo radicalizado em fluxo de consciência e articulado em fala, narrador autodiegético, narratário; Erich Auerbach e Antonio Candido, pelo lado da representação da realidade em estruturas figurativas (mimese histórico-social); Theodor Adorno e Roberto Schwarz, pelo lado da articulação entre forma literária e processo social (formalização estética histórico-social); José Hildebrando Dacanal, o momento histórico específico, a situação política nordestina (partidos UDN e PSD), o uso de tempos verbais em cada capítulo de *Sargento Getúlio*; José Murilo de Carvalho, os conceitos como coronelismo, como mandonismo, como clientelismo e alguma discussão sobre Forças Armadas; Homero Vizeu Araújo, a amplitude usual da perspectiva desenvolvimentista restringida pelo uso da primeira pessoa catastrófica (brutalidade dos dois narradores desajustados à ordem). Além destes autores, foram usados trabalhos específicos sobre os dois livros, os quais ressaltaram e delineararam pontos estruturantes muito importantes das narrativas: sobre *Sargento Getúlio* – Cléia Regina Medeiros dos Santos (TCC), o deslocamento geográfico, as mudanças psicológicas (retomadas da memória de Getúlio), a justificativa da violência pela honra; sobre *Diário do Farol* – Héder Junior dos Santos e Roberto Aparecido Teixeira (Revista UNESP), a arbitrariedade das relações de poder do coronel e a violência institucionalizada.

Antes mesmo do meu ingresso no Projeto de Pesquisa *Literatura e nacional-desenvolvimentismo* e do começo da pesquisa acadêmica, o embrião textual deste TCC já tinha sido realizado na forma de um ensaio crítico durante uma disciplina da Graduação denominada *Ideias Críticas na Literatura Brasileira* cursada no primeiro semestre do ano de 2008. A ideia central de uma das avaliações era a escrita de um ensaio acadêmico em que os estudantes pudessem articular uma das correntes teóricas estudadas na análise de alguma obra literária nacional. O meu texto ensaístico buscou efetivar a formulação teórica proveniente do trabalho intelectual dos críticos literários Antonio Candido de Mello e Souza e Roberto Schwarz, cujo cerne postula a combinação entre forma literária e processo histórico-social correspondente. Esta fórmula foi então aplicada ao livro *Diário do Farol* de João Ubaldo

Ribeiro, resultando na primeira realização textual concreta deste TCC; a continuidade dos estudos e o aprofundamento da discussão levaram à seleção do livro *Sargento Getúlio* do mesmo escritor e à delimitação destas duas obras como objetos de análise. A justificativa teórica fundamental para a realização deste trabalho acadêmico foi assim a tentativa de modificar o enfoque culturalista de análise das obras de João Ubaldo Ribeiro para um tipo de abordagem formal, por meio da qual a forma literária foi colocada em primeiro plano, no intuito de que esta fosse de fato o ponto de partida analítico em direção a uma perspectiva integradora entre os elementos históricos externos (provenientes da matéria social rural nordestina) e os elementos estéticos internos (resultantes da formalização estética autoral de João Ubaldo Ribeiro). Outra justificativa importante para a elaboração deste TCC foi a investida em uma abordagem mais disciplinada e menos impressionista do fenômeno cultural literário, assentada diretamente na forma literária que possibilitasse uma análise estética e histórica de duas narrativas específicas embasada em aspectos de três áreas específicas e complementares das Ciências Humanas: a Linguística, a Teoria da Literatura, a História. Neste sentido epistemológico, análise, descrição, interpretação, simplicidade, objetividade, encaixamento do fato literário em perspectivas científicas que o complementassem constituíram as etapas básicas da, convergentes em relação à, norteadoras da elaboração intelectual deste trabalho acadêmico. Especificamente concernente à Ciência da Linguagem, o Programa de Investigação Científica chamado gerativismo de Noam Chomsky – o estudioso norte-americano cujas pesquisas linguísticas pelo viés biológico já acontecem há mais de sessenta anos, criador de um empreendimento coletivo cujos modelos teóricos linguísticos se modificam gradualmente – serviu de base epistemológica na intenção primordial de solidificar e de encorpar a visada crítica desta aproximação contemporânea de estudo linguístico-literário em uma linhagem histórica. Nesta direção integradora, o intuito foi o de trazer à tona premissas científicas atualíssimas com vistas a que elas servissem como suporte intelectual para focar Arte Literária em busca do estudo da sintaxe escrita textual e da percepção de padrões narrativos dela proveniente, visando a relacionar a forma orgânica de ambas as produções ubaldianas à Historiografia Contemporânea Brasileira. O conhecimento científico, produzido necessariamente através da colaboração e da cooperação entre pesquisadores, foi se tornando cada vez mais especializado e mais homogêneo em relação às teorias científicas, enquanto o conhecimento literário, proveniente do acúmulo de experiências, de observações, de leituras dos autores e dos leitores, teve tendências à especialização de gêneros e à heterogeneidade de formas. Emergiu daí o ponto de vista acolhedor de aspectos de teorias

científicas que pudessem respaldar formas literárias, tendo em vista que tanto aquelas quanto estas representariam aproximações sofisticadas em relação à própria realidade complexa.

O ponto realmente fundamental em toda esta tentativa aproximativa de ir ao encontro das relações possíveis e plausíveis entre Linguística, Literatura, História neste trabalho acadêmico esteve retilineamente conectado à sugestão de que os críticos literários deveriam idealmente estudar as obras de acordo com a formatação estrutural e com as possibilidades temáticas delas próprias, sem impor a elas um ponto de vista pré-concebido ou uma visão ideológica estabelecida. Isto querendo significar que na forma orgânica de uma obra determinada – organicidade dependente da produção criativa dela e do processo de leitura dela – já estariam contidos indícios construtivos por parte do autor que poderiam sugerir métodos analíticos a serem usados posteriormente por parte dos críticos. Ora, tanto em *Sargento Getúlio* quanto em *Diário do Farol* a psique conturbada e os discursos respectivos daqueles narradores estiveram amplamente presentes no modo construtivo das narrativas, daí conjecturar a respeito das trajetórias sociais e dos comportamentos psicológicos de cada um deles em perspectiva histórica; além disto, enquanto no primeiro livro, a vivacidade da fala mimetizada do sertanejo nordestino se deveu em parte considerável a processos fonológicos, morfológicos, sintáticos ali elaborados de forma totalmente idiossincrática, daí utilizar recursos linguísticos a partir de domínios delimitados como a fonologia e como a morfossintaxe, no segundo livro, o modo persuasivo mimetizado do sujeito anônimo foi devido consideravelmente à formação eclesiástica e política dele, daí especificar algumas formas clichês encontradas e usar algum amparo retórico. Nesta busca intelectual integradora dos elementos linguísticos técnicos, dos dois fatos literários ubaldianos, da perspectiva sócio-histórica envolvente, o texto analítico deste TCC foi segmentado em partes diferentes, porém complementares entre si mesmas, com vistas a formatar a totalidade textual: deste jeito, a primeira delas procurou estabelecer três etapas basilares no tocante aos estudos a respeito da Linguagem, como uma maneira introdutória de apresentar esforços consistentes advindos de épocas históricas diversas sobre tal assunto complexo; a segunda delas sondou três modos da Teoria da Literatura de aproximação dos fatos artísticos, enquanto uma forma subsequente de trazer à baila reflexão teórica exigente, ainda que problemática sob alguns aspectos pontuais, para moldar e para embasar satisfatoriamente o pensamento teórico aqui proposto; a terceira delas visou à delimitação dos contextos histórico-sociais tanto internacionalmente mais amplos quanto nacionalmente mais restritos, justamente de modo a enquadrar as duas produções narrativas de João Ubaldo Ribeiro em uma visão materialmente histórica. Após estes três segmentos iniciais, cujo desenvolvimento ordenado buscou pautar as

ideias críticas relevantes, houve propriamente as análises formais dos dois objetos de estudo em sequência, primeiramente a abordagem histórico-estética de *Sargento Getúlio*, secundamente a aproximação histórico-estética de *Diário do Farol*, no intuito de apontar características estruturais convergentes e divergentes entre ambos. Em um segmento final mais restrito em relação às partes já citadas, a comparação histórico-estrutural entre as duas narrativas ubaldianas foi finalmente realizada, aprofundando problematicamente a discussão formal armada no decorrer acumulativo das etapas anteriores. Aliás, todo o percurso intelectual expresso no decorrer deste texto acadêmico foi um esforço deliberado de concentrar a argumentação desenvolvida em torno preferencialmente de uma das capacidades cognitivas humanas mais extraordinariamente notáveis: a Linguagem; sendo assim, ela foi objeto de reflexão especialmente em alguns dos seus níveis principais, notadamente aquele mental sintático gerativo característico de todos os seres humanos e aquele outro produto externalizado escrito restrito a uma parte deles.

2) Três Momentos Diferentes sobre o Estudo da Linguagem: do Prescritivismo Clássico dos Gregos ao Estatuto Científico dos Estruturalistas à Especialização Naturalístico-Científica de Avram Noam Chomsky

Genericamente e esquematicamente, a Linguística poderia ser definida como o estudo analítico e descritivo da Linguagem, da gramática das línguas diversas, da história de tais línguas. Colocadas tais especificações, a Ciência da Linguagem passou basicamente, de modo apenas genérico e breve, sem intenções muito exatas portanto, por três momentos em que houve progressos realmente relevantes nesta área do conhecimento humano. O primeiro deles esteve ligado ao aparecimento e ao desenvolvimento da tradição grega clássica, que se estendeu até ao final do século XIX. A partir deste enfoque clássico, os estudiosos analisavam uma língua somente através dos textos escritos, rastreando e selecionando registros escritos desde os idiomas antigos – como o grego, como o latim, como o aramaico – à atualidade. Deste modo, eles faziam descrições de cada caso em particular, o que exigia deles o domínio de línguas diferentes; contudo, a capacidade de generalizar era muito restrita, isto é, não havia a tentativa sistemática de transportar o conhecimento adquirido sobre um idioma para outro idioma; os textos escritos representavam o ponto máximo de uma língua, em um tipo de abordagem talvez enciclopédica, mas não especializada. Além disto, esta era uma visão abertamente normativa, uma vez que ela procurava primeiramente estabelecer, posteriormente pautar as formas corretas e prestigiadas pela sociedade. O segundo deles esteve relacionado à modalidade linguística estruturalista, desenvolvida a partir das leituras e das análises

realizadas por estudiosos do livro do suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) chamado *Cours de linguistique générale* (*Curso de Linguística Geral*, publicado em 1916, marco inicial da Linguística Moderna). Aliás, esta não foi uma obra organicamente pensada por Saussure; na verdade, ela resultou das anotações de três alunos do pensador suíço (Charles Bally, Albert Sechehaye, Albert Riedlinger), os quais tinham frequentado cursos dele na Universidade de Genebra (1907-1911), e posteriormente reuniram, organizaram, editaram tais apontamentos em obra póstuma. Partindo deste enfoque estrutural, os adeptos do estruturalismo tanto puderam estudar idiomas falados realçando as estruturas de que eles eram compostos quanto puderam descrevê-los mais detalhadamente, sem discutirem a respeito de aspectos históricos no entanto. Desta maneira, uma abordagem científica sobre a Linguagem foi possibilitada, porque as línguas foram tomadas como objetos de estudo, assim desmistificando a superioridade de alguma delas sobre outras; contrariamente ao normativismo grego clássico, baseado em formas certas e erradas, e sem a necessidade de se voltar à história, a ênfase do estruturalismo recaía sobre a base linguística empírica, sobre os dados linguísticos analisáveis; isto resultou em estatuto científico e em autonomia dos idiomas quando comparados aos costumes, à moral, à cultura.

A terceira ocasião em que houve progresso significativo no campo linguístico esteve conectada diretamente com a produção intelectual do linguista norte-americano Noam Chomsky, cujos trabalhos iniciais foram lançados na década de 1950. De acordo com a Tese Central do Programa Minimalista de Chomsky para a investigação científica da Linguagem, a característica linguística distintiva dos seres humanos em comparação com outras espécies foi o surgimento da estrutura sintática hierárquica na nossa história evolucionária, igualmente denominada recursividade. Na perspectiva de entendimento do linguista norte-americano, a Linguagem foi entendida como um sistema cognitivo computacional – cujo âmago seria a sintaxe – que não poderia ser equiparado diretamente com a noção popularizada pelo senso comum de comunicação. A fala dos indivíduos e a percepção dela por eles funcionariam possivelmente enquanto interfaces externas não idênticas ao sistema mental linguístico. A sintaxe poderia ser caracterizada deste modo por meio de uma operação combinatória denominada *merge* que tomaria exatamente dois elementos sintáticos, por exemplo, X e Y hipoteticamente, e os colocaria juntos com vistas a formar o conjunto {X, Y}. Segundo a ideia básica de Chomsky, foi postulado que este procedimento mental sintagmático, aliado a uma exigência cognitiva mais geral para a busca computacionalmente eficiente e mínima, bastaria para explicar parte considerável da capacidade humana de estruturar, de organizar, de hierarquizar informação. Além disto, dois tipos de mapeamentos seriam também necessários

nesta configuração de dentro para fora, isto é, da mente individual à externalização subsequente: o primeiro seria a interface conceitual interna relacionada ao pensamento, que pressuporia hierarquia sem ordenação linear; o segundo seria a interface sensório-motora ligada à atividade de externalizar a Linguagem ou em fala, ou em sinais, ou em outra modalidade qualquer, estabelecida pela linearização no espaço-tempo. Estudada de um ponto de vista naturalístico-científico, Linguagem seria, portanto, pensamento, ou seja, operações internas mentais de um indivíduo sem o uso respectivo externo; assim sendo, nela haveria estrutura hierárquica sem linearização, isto significando que ao longo do processo de externalização linguístico seria requerida ordem linear por meio da interface sensório-motora, mas durante o processo combinatório mental ela não seria requerida. O caminho das estruturas geradas internamente em direção ao sistema articulatório adicionaria ordem ao longo da trajetória física. Em termos não técnicos, o pensamento não exigiria, portanto, linearidade, porque interno à mente e ao inconsciente; ela seria necessária na fala ou na escrita, uma vez ele sendo externalizado articuladamente. A noção de níveis linguísticos poderia então ajudar na compreensão dos fenômenos sintáticos, especializando e complementando a complexidade do uso da Linguagem pelos seres humanos: sobre os componentes sonoros: a fonética estaria relacionada à produção e à percepção acústica dos sons da fala, enquanto a fonologia diria respeito às articulações sonoras mais estruturadas; sobre os componentes estruturais: a morfologia estaria ligada às regras de estruturação das palavras, enquanto a sintaxe seria concernente à organização das palavras nas sentenças; sobre os componentes de significado: a semântica estaria conectada às possibilidades de significado e de sentido, enquanto a pragmática enfatizaria o uso individual da Linguagem pelos falantes.

Se colocados sob comparação analítica os três casos ao longo dos quais houve modificações quanto aos estudos linguísticos, existiram mudanças de objetos de estudo acerca da Linguagem em relação às três abordagens: na primeira delas, a visão clássica grega prescritiva, havia a delimitação dos textos escritos de cada língua e a descrição respectiva de cada caso particular; na segunda delas, a visão estruturalista descritiva, ocorria o enfoque na visibilidade distintiva entre os elementos que compunham uma língua falada determinada, bem como resultava daí a descrição deles; na terceira delas, a visão chomskyana explicativa, a capacidade cognitiva natural, designada como a competência linguística de cada falante, inscrita no genoma humano, daí a sua universalidade e a sua estabilidade, foi finalmente estudada. A carreira intelectual de Chomsky como linguista impulsionou uma modificação metodológica não apenas no campo linguístico, mas em todas as Ciências Humanas em geral, indo de encontro ao empirismo predominante de meados do século XX. Na psicologia, contra

o behaviorismo; na linguística, contra o estruturalismo; na filosofia analítica, contra o positivismo lógico. Assim, por meio da sua forma de abordar o fato sintático mental, ele fundou conceitualmente e teoricamente uma aproximação cognitiva da Ciência da Linguagem. Ademais, concernente à abordagem naturalístico-científica de Chomsky, é importantíssimo não interpretá-la de maneira equivocada: obviamente, nenhum ser humano nasceu ou nasce sabendo falar espontaneamente uma língua natural; entretanto, cada ser do reino animal, do filo cordato, do subfilo vertebrado, da classe dos mamíferos, da ordem dos primatas, da família dos hominídeos, do gênero homo, da espécie sapiens, da subespécie sapiens sapiens nasce equipado com um sistema neural apropriado inerentemente para aprender quaisquer idiomas naturais, cuja capacidade central seria a de realizar construções sintáticas, porque mentais. Assim, a hipótese mais plausível seria a de que parece haver uma habilidade congênita em cada cérebro humano para elaborar sintaxes, desde o começo mental individual das crianças às escritas literárias e científicas altamente sofisticadas dos adultos, em um processo de geração, de compreensão, de leitura delas. A caracterização chomskyana da Linguagem como um sistema de conhecimento – cujas diretrizes precípuas revelaram: minimizar a importância da performance dos falantes, ressaltar o aspecto criativo do uso linguístico por eles, sustentar princípios gramaticais inatos e parâmetros gramaticais variáveis, postular um processo de estruturação mental invisível à superfície linguística externa – o aproximou da tradição racionalista no tocante aos estudos da mente e da Linguagem. Diferentemente deste legado, contudo, o linguista norte-americano considerou a competência linguística um tipo de conhecimento não baseado na razão, ainda que inato na constituição biológica humana, daí resultando a importância constantemente omitida do inconsciente; por outro lado, ele não pensava que a Gramática Universal – a teoria do componente genético da faculdade da Linguagem – manteria qualquer relação específica com a estrutura da realidade física; afora estas duas considerações mencionadas, ele rejeitava fundamentalmente estudos semânticos embasados na busca pela verdade e na busca pela referência – dogmas talvez filosóficos, sem sustentação científica – dos quais costumavam aparecer relações entre a utilização da Linguagem e o mundo lá fora. Aliás, o tipo de conhecimento não necessariamente racional da competência linguística humana estaria relacionado diretamente à observação crítica de que, na história da humanidade, o inconsciente possivelmente tenha sido ainda mais antigo do que a própria Linguagem. Por sua vez, o crescimento e o desenvolvimento dela em cada cérebro dos ancestrais humanos no passado aconteceu da mesma maneira que ocorre o crescimento e o desenvolvimento em quaisquer organismos biológicos: através da convergência extraordinária de três fatores cruciais: os dados do

ambiente externo, os quais poderiam afetar qualquer sistema; a herança genética do próprio organismo em particular, a qual converteria tais dados em experiência (neste caso específico, conversão a um módulo cognitivo) e guiaria o direcionamento geral da modificação; os princípios físicos mais gerais, provavelmente as leis estruturais da natureza e da evolução.

Afora as três possibilidades já mencionadas de estudos linguísticos historicamente amplos (a tradição grega textualmente normativista, com a sua inclinação puramente baseada em modelos escritos sofisticados; a postura estruturalista sincronicamente relacional, a partir do seu embasamento sistêmico de signos duplamente articulados; o tratamento chomskyano cientificamente naturalístico, pelo seu viés totalmente voltado à capacidade cognitiva humana biologicamente determinada), trazidas à baila de forma sintética justamente com vistas a enquadrar de maneira argumentativa a complexidade dos fenômenos de Linguagem, é preciso agora delimitar a discussão aqui proposta a alguns aspectos da sintaxe escrita. Sendo assim, uma observação primeira: o processo de elaboração da sintaxe escrita adicionaria ordem linear às ideias mentais (encadeamento, coordenação, subordinação); complementarmente à anterior, uma observação segunda: o processo de leitura da sintaxe escrita – linear, retrospectivo, prospectivo – estabeleceria ordem sequencial das partes envolvidas na estruturação da narrativa. Colocados estes dois apontamentos, um autor de textos se preocuparia com o encadeamento de orações dentro de frases e de frases no texto escrito, sendo que uma definição de frase útil para produzir um texto seria: uma frase representaria um conjunto de orações sobre um mesmo assunto. Os articuladores textuais usados por tal escritor mostrariam as relações que ele plausivelmente viu entre as ideias expressas pelas orações que ele elaborou. A partir disto, uma definição de texto escrito possível seria: a colocação de uma frase depois da outra para que elas compusessem um texto e dentro de cada frase a colocação de uma palavra depois da outra, uma de cada vez, isto é, escrevendo textos escrevendo frases. O encadeamento relacionaria, portanto, aquilo que estivesse em sequência espacial, ou temporal, ou lógica. O ponto final encerraria uma frase; o ponto-e-vírgula e os dois-pontos encerrariam orações dentro de uma frase. Cada frase de um texto mostraria um elemento espacial do cenário ou da cena, um estágio temporal da história, ou uma etapa do desenvolvimento da exposição. Neste sentido construtivo, todo texto seria organizado por encadeamento, já que nele se sucederiam frases separadas umas das outras por pontos finais e iniciadas por letras maiúsculas. As orações dentro das frases poderiam ser organizadas, por sua vez, por encadeamento e/ou pelos articuladores textuais. Complementarmente, a coordenação seria um modo de organizar textos escritos que estabelecesse relações de mesmo nível, que falasse sobre um mesmo conjunto de um determinado grupo de fatos, de ideias, de

argumentos. Ela mostraria assim que em um determinado grupo de assuntos haveria uma característica comum. O intuito da coordenação seria analisar e classificar, produzindo séries, listas, conjuntos, mantendo relações de igualdade, de semelhança, de identidade entre os elementos textuais, usando principalmente os articuladores *e*, *nem*, *ou* e *mas*. Sintaticamente na escrita, os elementos de um conjunto seriam costumeiramente separados por vírgula, o que indicaria a igualdade, a semelhança, a pertinência deles a um mesmo conjunto; já a expressão que denominasse o conjunto, quando colocada antes dos elementos para anunciá-los, seria seguida de dois-pontos. Também complementarmente, a subordinação seria um modo de organizar textos que estabelecesse relações de nível diferente, que postulasse relações de diferença, de desigualdade, de hierarquia. Ela mostraria então que em um determinado grupo de assuntos existiriam relações de subordinação, isto é, relações não paralelas. No encadeamento, na coordenação, na subordinação, os sinais de pontuação funcionariam como sinais de trânsito para orientar o deslocamento do olho do leitor de uma oração para outra, de uma frase para outra. Todas estas relações sintaticamente construtivas pelo ponto de vista de um autor de textos escritos; já pela perspectiva necessariamente individual de leitores de literatura, a fruição estética e o estudo analítico resultantes da leitura de livros como *Sargento Getúlio* e como *Diário do Farol*, os quais foram elaborados intelectualmente com a base formal de tais processos sintáticos, seriam possíveis fundamentalmente por causa do sistema computacional mental inerente em cada cérebro humano, cujo crescimento e cujo desenvolvimento se dariam naturalmente até ao ponto de atingirem um estado estável.

3) Três Etapas Diferentes sobre a Teoria da Literatura: do Estruturalismo ao Pós-Estruturalismo à Perspectiva Histórico-Estrutural

O desenvolvimento do estruturalismo literário ocorreu na década de 1960. Ele constituiu uma tentativa de aplicação dos métodos da linguística estrutural moderna ao estudo da literatura. Um dos objetivos primordiais foi o de repensar tudo em termos linguísticos, tornando a Linguagem um paradigma para a classe intelectual do século XX. O projeto intelectual tencionava afastar tanto o objeto real quanto o sujeito humano, promovendo o esforço de tornar mais sólidas as bases de todo o empreendimento literário acadêmico. Nestes termos incipientes, o estruturalismo consistia em um método de investigação, não somente relacionado à literatura, englobando desde aspectos palatáveis e massificados da cultura popular a produções intelectuais e sofisticadas da cultura erudita. Um dos teóricos referenciais foi o linguista Roman Jakobson (1896-1982), líder do Círculo Linguístico de Moscou (grupo formalista russo) e membro do Círculo Linguístico de Praga (grupo estruturalista tcheco).

Jakobson estabeleceu a ligação entre o formalismo russo e o estruturalismo moderno, sendo um dos precursores da análise estrutural da Linguagem, da Poesia, da Arte. Os pressupostos teóricos da vertente estruturalista literária poderiam ser sintetizados segundo alguns princípios basilares: primeiro, ela representava uma tendência formalista de abordagem do literário, em que a literatura era vista como objeto estético, não como prática social; segundo, estudava o funcionamento interno conforme leis objetivas que estruturariam obras, examinando as leis gerais pelas quais as estruturas funcionariam; terceiro, as unidades individuais de um sistema significavam somente pelas relações mútuas que estabeleciam, logo não havia significado substancial, apenas significado relacional; quarto, existia claramente a separação entre o conteúdo e a história, assim como havia a concentração total na forma; quinto, a análise proposta era da estrutura de relações entre as unidades, estabelecendo um método analítico, não avaliativo; sexto, ela representava também uma afronta consciente e direta ao bom senso; sétimo, o conteúdo de uma narrativa era a própria estrutura; oitavo, a linguagem poética consistia em uma relação autoconsciente da Linguagem para consigo mesma, havendo uma unidade estrutural da obra; nono, os elementos estruturantes configuravam funções de um todo dinâmico, relacionados por um nível particular e dominante do texto; décimo, a perspectiva estruturalista era não-histórica, fato que pressupunha o afastamento do mundo material de um lado, vendo o texto literário como sistema de regras fechado e autônomo de outro lado. Resumidos os pressupostos teóricos, a obra não se referia a um objeto exterior portanto, tampouco ela era expressão de um sujeito individual; contrariamente a isto, os estruturalistas estabeleceram evasão de juízos de valor e concentraram a análise em estruturas profundas do pensamento. As consequências desta vertente estruturalista da literatura apontavam então para a descentralização do sujeito individual, perspectiva na qual este não era mais a fonte ou a finalidade do significado; elas convergiam também para uma transformação da Linguagem em tema teórico, de que resultava a desmistificação da literatura; pautavam a obra literária como um construto, em que os mecanismos poderiam ser classificados e ser analisados enquanto objetos; enfatizavam a construtividade do significado humano, o que promoveu o estudo do sistema literário (não o estudo de obras literárias isoladas); finalmente, uma das consequências materiais mais profundas dizia respeito à remodelação da instituição literária.

Se o estruturalismo dissociou o signo do referente a partir da sua base teórica, o pós-estruturalismo radicalizou o processo e dissociou o significante do significado. Assim, enquanto o primeiro promoveu a desestabilização da referencialidade, o segundo deu um passo adiante e promoveu a desestabilização da própria significação. De um lado e em uma

perspectiva, o estruturalismo clássico via a Linguagem como algo estável, como uma estrutura definida e demarcada, articulada por unidades simétricas de significantes e de significados; complementarmente, via o signo tanto como reflexo de experiências interiores quanto como reflexo de objetos do mundo real (ou seja: a função dos signos era a descrição da realidade como ela realmente era). De outro lado e em outra perspectiva, o pós-estruturalismo via a Linguagem como algo instável, como uma estrutura em rede e sem limites, articulada pela mudança permanente de unidades, não definíveis de forma absoluta; complementarmente, via o signo como dispersão de significações. O estruturalismo operava por meio de oposições binárias que sustentariam um sistema de pensamento metafísico; o pós-estruturalismo visava a enfraquecer tais oposições por meio de uma operação crítica, a desconstrução. Proposta pelo filósofo Jacques Derrida (1930-2004), a desconstrução era um tipo de organização de operações intelectuais que buscavam um desvio do sistema de oposições metafísicas. O centro, a origem, um princípio fixo e gerador, a hierarquia de significados, uma base sólida eram noções que sustentariam um sistema lógico dominante, uma estrutura. A periferia e os arredores do texto, os pontos sintomáticos e problemáticos, as aporias, os impasses do significado, o contraditório eram noções que apontariam para as próprias contradições de um sistema lógico dominante, a falta de coesão e de coerência do todo. A intenção preponderante na passagem do estruturalismo clássico ao pós-estruturalismo desconstrutivo foi basicamente anunciar uma ruptura consciente com tal sistema metafísico com vistas a produzir uma força de deslocamento, delimitando o alcance e o sentido do todo através de uma disposição crítica e estratégia. Em decorrência, o conceito de obra (enquanto entidade estruturalmente fechada) foi substituído pelo conceito novo de texto (enquanto processo aberto e contínuo de estruturação). Assim, desarticular a noção de estrutura e promover a abertura do signo; salientar a falta de engajamento crítico; propor a crítica ao dualismo, à universalidade, ao idealismo; negar que existiria um significado verdadeiro a ser encontrado nas profundezas do texto; negar a existência de uma origem do discurso; perceber que não haveria fundo, somente escrita de uma escrita (escritura); tais foram alguns dos propósitos da crítica de Derrida aos estruturalistas. Na mesma linha teórica: um dos objetivos da desconstrução foi o de demonstrar de fato que a literatura enfraquecia permanentemente o próprio significado, operando por figuras e por tropos – substituições de signos – que resultava em um uso da Linguagem necessariamente metafórico. Se a característica constante do significado era a sua instabilidade, se a configuração de qualquer tipo de Linguagem era metafórica (à exceção possível da Matemática, o linguajar da ciência por excelência, justamente pela sua exatidão), se a significação era possivelmente indefinida e se a

representação era invariavelmente desarmada na visão pós-estruturalista, então cabia à crítica literária a resistência ao fechamento hermético de uma filosofia estética, organizada em torno de uma metodologia impositiva e de princípios inabaláveis.

Em termos teóricos concernentes ao fato literário, pareceu existir um tipo de movimento intelectual entre as duas etapas metodológicas que ia da estabilidade de uma estrutura assaz rígida à instabilidade de uma desconstrução completamente desestruturante. À parte tais peculiaridades dissonantes, os estruturalistas achavam que existia algo como uma estrutura reguladora (um sistema organizador) dos fenômenos e dos acontecimentos, além das condições materiais específicas, externa à mente de cada organismo; as obras literárias seriam apenas, por sua vez, como manifestações objetivas incompletas de tal estrutura. A proposta das análises estruturais de narrativas, por exemplo, sempre teve um caráter teórico essencialmente, contraposto à atividade descritiva; isto mencionado, o escopo de tais estudos nunca foi simplesmente a descrição de uma produção concreta: o objetivo era o conhecimento da estrutura abstrata, de que uma obra concreta seria uma das realizações possíveis. A função do estruturalismo literário era relacionar pontos convergentes entre obras artísticas em um sistema, estabelecendo a própria literatura enquanto uma das várias séries homogêneas existentes culturalmente. O ponto fundamental era lidar com a especificidade do fato literário a partir de uma ordem hierárquica, a saber, tratar de explorar elementos estruturantes internos antes de aproximar Arte Literária de outras séries análogas – como a filosofia ou como a sociologia, por exemplo. Chomsky foi frontalmente contra a visão estruturalista dominante à época, embora o linguista norte-americano não analisasse fatos artísticos: ele internalizou a noção de sistema na mente humana, colaborando para um tipo de revolução cognitiva no século XX, da qual a psicologia e as neurociências também fizeram parte; além disto, ele considerava superficialíssimo, portanto não exatamente científico, o método estrutural baseado apenas na coleta e na organização de dados linguísticos segundo critérios norteadores, daí a insistência dele em desenvolver cientificamente uma aproximação modular da mente dos seres humanos. As consequências práticas do estruturalismo e do pós-estruturalismo foram a absolutização da obra enquanto escrita, o afastamento do leitor e a perda decorrente da perspectiva da comunicabilidade. De encontro a este fechamento reducionista metodológico, o ponto de vista integrador histórico-estrutural sobre Arte Literária (termo técnico no qual a justaposição hifenizada indicaria método de análise em si mesmo) postulou o estudo das atividades produtiva, receptiva, comunicativa de textos orais ou escritos sob a orientação fundamentadora do prazer estético na literatura e na Arte. O processo dinâmico entre a produção de livros por autores literários e a recepção das obras pelo

público leitor em espaço-tempo definido materialmente poderia ajudar a formatar campos literários; esta relação dinâmica e sistêmica entre autor, obra, público colaboraria para a construção da Arte Literária como instituição social e cultural de um povo, relação intelectual em que os efeitos artísticos estariam diretamente condicionados pelos gêneros textuais, bem como a recepção deles estaria totalmente condicionada pelo destinatário. Um ponto importantíssimo resultante seria uma relação ordenada entre a tarefa analítico-descritiva e a tarefa interpretativa, aliando o encadeamento textual interno (um fato estrutural) com a representação textual externa (um fato mimético) na mesma pesquisa literária, ainda com a possibilidade de inserir nela elementos sobre a recepção da literatura e sobre os efeitos no leitor. Além destes avanços técnicos em relação ao estruturalismo e ao pós-estruturalismo, outro ponto igualmente importante seria também não reduzir a complexidade organicamente estruturada de uma narrativa, por exemplo, a fórmulas enrijecidas ou a gráficos matemáticos: ao invés disto, seria conveniente abordar a complexidade estrutural de obras específicas a partir de um ângulo histórico, com vistas a desnudar a organização interna de cada uma delas na mesma medida em que fossem desnudados aspectos do contexto social e histórico de que elas partiram. Se tal perspectiva histórico-estrutural de fato aprofundasse o estudo de cada forma literária orgânica, a tal ponto de revelar ao público leitor recorrências temáticas e estruturais que talvez compusessem certa tradição artística no espaço-tempo, então a noção de sistema literário estaria justificada amplamente.

Avançando na discussão teórica pelo viés aproximativo entre história e estética, desta vez de um ponto de vista interno à constituição literária, a diegese poderia ser definida enquanto o procedimento construtivo tanto da organização lógica das ações quanto da organização temporal dos acontecimentos em uma narrativa específica, isto é, ela enformaria o conjunto dos eventos narrados em uma dimensão espaço-temporal determinada pelo enfoque de um narrador. Partindo desta perspectiva conceitual, existiriam dois aspectos formativos relacionados à exemplaridade de uma obra enquanto parte integrante de um sistema literário: o primeiro deles seria o do significado desta enquanto criação individual, a sua singularidade que a diferenciaria do restante da produção literária; o segundo deles seria a forma mais bem adequada desta ao assunto específico, a sua organicidade que lhe conferiria alcance de obra artística. Sendo a literatura de imaginação basicamente figuração, a matéria a partir da qual um escritor produziria textos literários – narrativas em registros realistas, em formas modernas/contemporâneas neste caso sob análise – tem densidade histórica, pois cada autor é um ser específico escrevendo em um tempo histórico específico. A operação fundamental da escrita literária de narrativas estaria baseada em dois aspectos combinados e

complementares para efetivar esteticamente tal figuração: mimese, a representação da realidade em uma estrutura figurativa; forma, os elementos internos à obra que, articulados pelo engenho e pela técnica autorais, sustentariam o resultado formal final. Os dados concretos e empíricos da realidade, do ser, da sociedade seriam assim mimetizados (imitados) e formalizados pelo artista através da observação crítica da empiria, cujo trabalho intelectual resultaria em figuração possível de ser estudada em si mesma (em uma forma orgânica objetiva, ou seja, em um texto literário estruturado em gênero narrativo romanceado, cujas tipologias constitutivas são basicamente a narração, a descrição, os diálogos). Assim sendo, parte da realidade estaria concentrada em forma literária pelo crivo da inteligência de um autor; o intuito crítico aqui foi o de demonstrar materialmente então a maneira através da qual as narrativas aqui abordadas foram constituídas a partir de matéria extraliterária por meio de princípios estruturais que enformaram a matéria literária, cujo engendramento estético pelo escritor se tornou duas organizações com formulações próprias. O efeito deste processo seria a impressão de realidade do ponto de vista dos leitores, antes pela coerência interna devido às articulações textuais do que pela direta referencialidade ao mundo exterior ao texto. Uma das convergências estruturais que aproximariam as duas obras seria o ponto em que o convencimento do leitor pelo escritor em relação à impressão do real se dava por meio do monólogo constante em *Sargento Getúlio* e por meio da retórica impositiva em *Diário do Farol*, com ambas as construções narrativas sendo presentificadas, como se elas acontecessem no momento mesmo da leitura. O processo de leitura estaria desta maneira diretamente conectado com o desvelamento da narração nos dois livros, fato estético que os aproximaria no nível diegético.

Continuando o debate teórico pelo mesmo viés histórico-estrutural, desta feita de outro ponto de vista mais amplo concernente à produção literária, se obras determinadas forem bem realizadas artisticamente, a forma estética poderia ser considerada uma construção cosmopolita, enquanto a mimese poderia efetivar uma representação a partir da realidade sócio-histórica: aquela apontaria para o sistema literário cosmopolita então, esta para o sistema literário local. Se o processo construtivo e se os efeitos artísticos perdurarem ao longo do tempo, pela avaliação tanto do público leitor geral quanto pelos critérios de um público especializado, a primeira criaria suspensão em relação às condições históricas específicas de que partiu o autor (um exemplo seriam as articulações textuais internas: o modo pelo qual um livro foi elaborado desde o nível sintático mais básico); a segunda fixaria o material narrativo na determinação histórica (um exemplo seriam as caracterizações de personagens: as características físicas e psicológicas deles agregadas ao desenvolvimento de cenas ou à

criação de ambientação). Sob este viés sistêmico, um tipo de realismo contemporâneo poderia ser visto como aderência ao real e como forma nas duas histórias de João Ubaldo Ribeiro, nas quais a amplitude usual da perspectiva desenvolvimentista de romances anteriores a elas foi restringida pelo uso da primeira pessoa catastrófica nelas; a variedade de temas delas foi fortemente delimitada pelo ângulo narrativo restritivo. A representação do processo histórico-social visou a desvelar a realidade enquadrada por narradores autodiegéticos, incorporando a mimese a formas confinadas, estruturando a negatividade de pontos de vista parciais em relação ao andamento social opressor nordestino. O alcance da imitação em base realista (a sua amplitude e a sua variedade) dependeu diretamente do resultado formal, isto é, ele dependeu da capacidade de figurar as contradições objetivas do real, através do enfoque e da ênfase na análise da sociedade contemporânea em movimento, o que pressupôs consciência crítica autoral das circunstâncias e dos fatos. Esta consciência em face da realidade foi revelada pela instrumentalização do recurso da primeira pessoa do singular, de que resultou uma elaboração íntima e expositiva no tocante à própria posição adotada. O procedimento consistiu na construção de narradores desajustados à ordem, cuja faceta social foi estabelecida pelo foco narrativo, expondo a sociedade atrasada da qual fizeram parte pelo enquadramento e pela enunciação. A dramatização da realidade se estabeleceu por meio de narrativas estruturadas conforme interesses particularistas, ao longo das quais o estatuto da autoridade diegética dos narradores foi questionado também pelo fato de que a apresentação do atraso foi vista sob ângulos particulares. A mediação da realidade social nordestina se deu por pontos de vista conflitivos: para além do caráter psicológico individual, a faceta social se mostrou em crise. Tais romances levaram a cabo formas estéticas da representação cotidiana e priorizaram a aderência à realidade dos indivíduos ordinários durante os relatos; contudo, pareceu existir certo paradoxo em relação à posição dos narradores e à enunciação deles: a impossibilidade contemporânea do narrar enquanto desempenho somente passivo, ao passo que a narração sempre foi fator constitutivo da forma romanesca. O realismo esteve imanente a ambos os livros, pois o seu efeito artístico primordial foi a sugestão do real. A novidade estética do ato de narrar – algo especial a dizer, base a partir da qual existiu encadeamento narrativo – não foi impedida pela mesmice, pela padronização, pela administração sociais, elementos contra os quais os protagonistas se colocaram durante as trajetórias respectivas. Tal noção conturbada projetou basicamente o conflito entre a imobilidade de relações petrificadas e opressoras e os homens ativos e vigorosos, em que a alienação poderia revelar um meio-termo sobretudo de rendimento estético para o público leitor.

Comentadas inicialmente tais caracterizações internas e externas ligadas à produção literária, é preciso mencionar que o desenvolvimento artístico da literatura de João Ubaldo Ribeiro começava antes mesmo dos momentos de solidão criadora que a escrita demanda normalmente: segundo depoimentos de amigos próximos do escritor baiano, os quais diziam que ouvi-lo era como lê-lo, ele costumava experimentar ideias, passagens de acontecimentos, imagens e a forma de elaborá-las em livro durante o relato de casos envoltos em humor e em certo pessimismo. Tais histórias contadas abrangiam eventos que aconteciam desde a Ilha de Itaparica à Universidade Federal da Bahia, instituição onde João Ubaldo lecionou. A conversa com a esposa e com os amigos (consigo próprio, possivelmente) era uma maneira intelectual de começar a estruturar as histórias. Tanto a fala grave quanto a obra escrita expunham – ainda expõe, obviamente, aos leitores novos dela – um tipo de visão humanista sem triunfalismo, querendo esta definição dizer que nelas havia e há a imagem de seres humanos não idealizados, relacionados às próprias circunstâncias invariavelmente penosas. O produto desta característica humanística foi um dos pressupostos basilares das criações literárias dele: uma ligação persistente, embora talvez sobreposta pelos enredos dos livros, entre a vivência coletiva da nação brasileira e as experiências individuais de personagens. Esta conexão entre o coletivo do país e as vivências subjetivas estava inscrita em um espaço mental, sociológico, ideológico delimitado pela Ilha de Itaparica, espaço cujo limite definiu metodicamente uma ambientação artística construída mentalmente para a observação. Neste ambiente projetado artisticamente pela mente, os pontos de vista e as práticas sociais das classes dominantes em relação aos pobres estabeleciam existência relacional entre aqueles e estes; na verdade, os senhores ricos invariavelmente dispunham inclusive dos corpos dos subalternos em termos de poder total, assim como os torturadores durante ditaduras militares. No início do processo criativo de cada obra (dito por ele em entrevista), a intenção artística era tão-somente deflagrar uma tensão no projeto a ser narrado em capítulos, os quais eram compostos para normalmente acabarem com algum suspense. A fixação de personagens em literatura através de figuração era uma forma de não deixá-los apenas na tradição oral, fato estético que acabou diversificando a amostragem deles e que, em decorrência desta variedade, resultou em uma das linhas criativas de força do autor baiano. Este mesmo citou também, em tentativa de avaliação conjunta dos próprios textos ficcionais, agora sobre a utilização de narradores, a inserção jamais completamente onisciente deles, cujo comportamento narrativo demonstraria interferência sobre a matéria narrada. Além disto, ele emitiu a opinião de que a escrita de um livro chocante – aquele que vai intencionalmente de encontro à passividade do público leitor – seria mais bem resolvido por uma narrativa escrita em primeira pessoa do que por uma escrita

em terceira pessoa, tendo em vista provavelmente uma ideia central: tecnicamente, a variação estética entre o ponto de vista de um narrador em primeira pessoa e a matéria narrada a respeito da qual ele projetou a sua ambientação ficcional significaria um encurtamento estético do distanciamento verticalizado onisciente de um narrador em terceira pessoa. Equacionados problemas formais complexos como este mencionado, o gênero romanesco seria então, na visão dele, uma sinfonia complexa de equilibrar, principalmente pelas dificuldades estruturais de pôr todas as partes em contato.

Se estudada pelo viés de um projeto literário de pesquisa sobre identidade nacional, no conjunto da produção romanesca de João Ubaldo Ribeiro talvez fosse perceptível aos leitores atuais dela a presença de dois núcleos: o primeiro constituído pelos romances *Setembro não tem sentido* (1968), *Sargento Getúlio* (1971), *Vila Real* (1979); o segundo integrado pelos romances *Viva o povo brasileiro* (1984), *O sorriso do lagarto* (1989), *O feitiço da Ilha do Pavão* (1997); além destes elencados nos dois núcleos, há também os romances *A Casa dos Budas Ditosos* (1999), *Miséria e grandeza do amor de Benedita* (2000), *Diário do Farol* (2002), *O Albatroz Azul* (2009) que completaram a produção romanesca do escritor baiano. O grupo de textos inicial poderia ser caracterizado em termos gerais como um tipo de abordagem indireta da questão da identidade nacional, na qual existiriam conotações políticas acentuadas, estas ligadas ao contexto histórico-social, enquadradas pelo experimentalismo linguístico e estrutural. No grupo textual final poderia, por outro lado, ser verificado um tipo de tematização direta do problema da identidade da nação, em que haveria conotações políticas espriadas também pelo aproveitamento de outras possibilidades temáticas, conotações estas emolduradas pela adesão a um modelo formal romanesco de circulação mais abrangente entre os leitores. As duas obras analisadas e objetos de estudo específicos aqui, *Sargento Getúlio* e *Diário do Farol*, foram oriundas de momentos diametralmente inversos da carreira de João Ubaldo: a primeira delas, publicada em 1971 quando o autor tinha cerca de 30 anos de idade, impulsionou a literatura ubaldiana ao reconhecimento de um iniciante promissor no âmbito literário pela criação de uma narrativa com características poéticas, pois as renovações linguísticas e a prosa poetizante lá contidas foram e ainda são capazes de ativar todo o potencial dos significantes lá expressos; a segunda delas, lançada em 2002 quando o escritor já contava cerca de 60 anos de idade, talvez tenha marcado a literatura ubaldiana como experimentação literária pelo viés retórico de uma narrativa memorialística, tendo em vista a consolidação dele no meio literário. Os dois modelos formais poderiam ser alinhados inclusive em um tipo de tradição de romance rural e testemunhal bem à brasileira, linhagem histórico-estrutural característica de regiões e de países periféricos em relação à Europa

Ocidental; assim, formalmente nesta tradição, autores sofisticados intelectualmente criariam narradores na primeira pessoa de homens vigorosos oriundos tanto de estratos sociais mais pobres (os iletrados) quanto de camadas sociais mais ricas também (os letrados), os quais adentrariam a esfera política e enfrentariam as relações de poder, cada um à sua maneira pessoal; para tanto, tais escritores precisariam armar formas estéticas aptas a representar a linguagem externalizada e a visão de mundo respectiva de sujeitos narrativos cujos percursos colidiriam necessariamente contra perspectivas intelectuais, políticas, sociais divergentes, daí enrijecendo a própria trama literária dos livros.

4) Os Contextos Históricos Nacional e Internacional: a Historiografia Recente

A partir de um enquadramento histórico-social, em que aspectos globais internacionais estiveram direta ou indiretamente articulados a elementos característicos nacionais, é possível fixar uma correlação combinada e desigual entre o centro do processo capitalista e os arredores brasileiros: internacionalmente, a Primeira Guerra Mundial de 1914 acirrou as disputas nacionais e desestabilizou o modelo hegemônico industrial-capitalista, deflagrando a crise do colonialismo europeu; deste momento crítico surgiu tanto a expansão industrial dos Estados Unidos da América de um lado, afirmando o liberalismo econômico fundamentalmente, quanto a Revolução Russa de 1917 de outro lado, negando o capitalismo nos seus princípios fundamentais, os quais resistiram ideologicamente até a crise econômica de 1929; nacionalmente, este horizonte modificou a continuidade política e econômica em duas direções principais – o desenvolvimento industrial desigual aliado à expansão de centros urbanos. Houve liberação de mão de obra para a cidade do campo a partir da abolição da escravatura, situação social na qual um mercado de trabalho com fartura de oferta foi formado, à medida que a parcela de libertos foi reforçada pelo fluxo de imigrantes e na medida em que a melhoria das condições materiais higiênicas reduziu a mortalidade. A conjuntura estrutural daqui mostrava que as oligarquias de São Paulo e de Minas Gerais monopolizavam politicamente o país à época, pela exportação de café e pela importação de bens de capital, possibilitando desta maneira a diversificação econômica industrial (o caráter antidemocrático e os arranjos políticos entre estados, amplamente influenciados pela República Velha, garantiam tal hegemonia oligárquica). Alguns estratos sociais não participantes normalmente da esfera do poder cresceram durante os anos de 1920: a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922 e a Revolta Paulista em 1924, organizadas por meio do Tenentismo, originaram a Coluna Prestes e escancararam a falta de articulação do poder federal. Em paralelo a isto, a fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922 absorveu

reivindicações sociais, assim conquistando forças à esquerda, embora as movimentações revoltosas no período não conseguissem desarticular o poder dirigente. Uma das mais consideráveis de tais modificações – vista na passagem dos anos de 1920 para os de 1930 – foi a territorialização do mercado de trabalho nacional. Acordos políticos legais e burocráticos encabeçados pelo estado brasileiro dispuseram custo baixo de produção às elites apesar das inovações da ordem trabalhista interna.

Ainda ao longo do Império, em um momento inicial intervencionista, o escopo de reorientar fluxos internacionais de trabalhadores braçais foi realizado pelo Ministério da Agricultura a fim de impulsionar outras formas de trabalho a índios, a ex-escravos, a brancos pobres depois da abolição justamente pelo fim próximo do modo produtivo escravista, prática cujo resultado foi assim modificar o escopo do tráfico de escravos para o tráfico de imigrantes, do escravismo ao patriarcalismo, da escravidão à dependência. Já nas décadas iniciais do século XX, em uma segunda etapa de intervenção, o estado se fez presente de novo devido ao crescimento de indústrias e de urbanização concentrado nas regiões Sudeste e Sul do país, desenvolvimento a partir do qual a importação da Europa diminuiu em relação à própria migração interna especialmente da região Nordeste em direção ao estado de São Paulo, fato que assentou pela primeira vez as atividades de trabalho no Brasil. Ao final da década de 1920, pressões sociais por causa do corruptível e do antidemocrático sistema político em vigor, aparecimento de setores recentes na política, acirramento da rivalidade entre os estados: estes elementos desencadeadores, aliados à crise superprodutiva econômica de 1929, ruíram a exportação de café que sustentava economicamente a ordem antiga. Getúlio Vargas chegou então ao poder no ano subsequente por meio da Revolução que estabeleceu alterações políticas, caracterizadas pelas relações de trabalho novas formalizadas através do surgimento do Ministério do Trabalho, fundação pela qual a ação estatal organizava o mercado laboral. Ações como a criação do salário mínimo em 1940, como a estruturação de sindicalismo oficialista e corporativista, como o término da autonomia do movimento sindical pautaram a ordenação dos fluxos de mão-de-obra entre setores no interior do país; por meio de tais ações regulatórias principalmente, Vargas mantinha os trabalhadores sob controle por arranjos que concentravam o poder da economia unilateralmente. Anteriormente colocado em prática com os fazendeiros, o conchavo foi posteriormente feito com o poder político e com os industriais, de que resultava o regime de exploração dos trabalhadores. No entanto, o discurso ideológico mantido historicamente somente entre classes dirigentes não pôde continuar apenas circunscrito aos ambientes mandantes em razão da mais nova força de trabalho territorializada e ampliada. A união complexa entre dominantes e subalternos foi

embasada em uma ideologia nacionalista e patriarcalista na tentativa de encobrir tanto a orientação quanto o sentido na vida cotidiana nesta etapa nova do mercado de trabalho nacional. A partir deste ideário encobridor da realidade social, a aliança do estado – cuja conjugação era mantida pelo nacionalismo, pelo patriarcalismo, pelo sindicalismo corporativista – não garantiu a repressão total das lutas trabalhistas durante a década de 1930, mesmo porque o Partido Comunista Brasileiro alinhava e canalizava o ideário socialista soviético e, a partir disto, concentrava parte importante das atividades da esquerda.

Neste contexto histórico e social nacional, no tocante à especificidade brasileira nordestina, o coronelismo foi um sistema político datado historicamente, cujas relações englobavam desde o coronel ao presidente da República, as quais abrangiam compromissos recíprocos entre esferas de poder diferentes. Ele foi o resultado do fortalecimento do poder do estado frente aos proprietários rurais, transformação política e econômica ocorrida durante a Primeira República, de 1889 à década de 1930. Ou seja: não significou o predomínio da figura do coronel durante tal período, antes mostrou a desestabilização do seu poderio pela ação estatal. No plano político, o federalismo da República criou a figura de um novo agente com poderes plenos: o governador do estado, em contraposição à centralização imperial. No plano econômico, ocorreu a decadência econômica dos fazendeiros, enfraquecidos diante dos rivais e dos dependentes, necessitados do governo para a manutenção do poder. A relação sistêmica entre os fazendeiros e o governo gerou, portanto, o coronelismo, sendo que ela teve a seguinte configuração, resumidamente: o coronel garantia o apoio ao governo por meio de votos; os governadores apoiavam o presidente da República em razão do reconhecimento deste no que dizia respeito ao domínio daqueles no estado; o governo estadual garantia o poder do coronel sobre os rivais e sobre os dependentes dele então, lhe repassando a hegemonia de cargos públicos (do delegado de polícia – controle pela força – à professora primária – controle ideológico). Por outro lado, ainda no que concerne à especificidade brasileira do nordeste, o mandonismo não representou nem tampouco representa (em nenhum momento histórico, seja do passado, seja da atualidade) um sistema político organizado e hierarquizado, mas tanto representou quanto ainda representa tão-somente uma característica da política tradicional, especialmente de oligarquias personalistas. A partir de tal mentalidade mandonista, uma figura central dominaria, portanto, pessoalmente e arbitrariamente, uma população específica, lhe restringindo o acesso à sociedade política e à economia de mercado em nome de algum recurso estratégico (a posse e a manutenção da terra, por exemplo). Existiram tipos diversos de coronéis (latifundiários, comerciantes, médicos, padres) que mantinham envolvimento no comércio de exportação, na política estadual (a maioria deles), na política federal (alguns

deles). Isto colocado e abordado, os conceitos de clientelismo e de patrimonialismo revelariam assim certa disposição mais cosmopolita quando analisadas criticamente condições materiais históricas por algum estudioso disciplinado, ao passo que os conceitos de coronelismo e de mandonismo mostrariam certa especificidade de tais condições materiais históricas. Em suma, o clientelismo sempre foi uma característica variável de sistemas políticos amplos a designar um tipo de relação desigual e desproporcional entre agentes políticos que implicaria alguma concessão de benefícios públicos – isenções, benefícios fiscais, empregos – pelo apoio político do voto.

Levando adiante o contexto histórico e social nacional, agora ampliando o foco além da especificidade brasileira nordestina, é razoável lembrar que o Brasil passou por um período de criatividade cultural e de inquietação intelectual nas Ciências Sociais, na literatura, no cinema, no teatro, na música entre os anos de 1945 a 1964 – bem dizer, uma das raras épocas democráticas da história brasileira. Em perspectiva histórica, os idos de 1950 possivelmente representaram momentos de exaltação, desde o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, passando pela construção de Brasília embasada pelo projeto de Oscar Niemeyer, com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) para pensar criticamente o desenvolvimento nacional, chegando às produções culturais como a prosa sofisticadíssima de Clarisse Lispector e de Guimarães Rosa, como a Bossa Nova de João Gilberto e de Tom Jobim, como o Cinema Novo. Tal enquadramento propiciou o alargamento do debate público e trouxe consigo a esperança de um país simultaneamente integrado a partir de um ponto de vista social e considerável a partir de um ponto de vista cosmopolita. Já no começo da década de 1960, um tipo de radicalização do debate aconteceu, aproximando tematicamente o aprofundamento da democracia, a incorporação dos setores populares, as reformas estruturais; a intervenção dos militares terminou com tais projetos. As discussões foram então acirradas pelas possibilidades da participação popular, com movimentação à esquerda e com as reformas de base, ao longo do governo de João Goulart. O momento nacional mostrava um quadro sem muita coesão e um tanto descontínuo – de que o Método Paulo Freire de Alfabetização, o tropicalismo, o CPC, o teatro nacional-popular, a Teoria da Dependência, a Estética da Fome fizeram parte – ainda que ele tivesse pontos convergentes perceptíveis: certa modernização que planejava incluir as populações diferentes, embora não as incluindo efetivamente, afora certa consciência de que as disputas de classe nacionais e as desigualdades internacionais seriam complementares. Tais disputas momentâneas projetavam um viés nacional-desenvolvimentista durante o governo de João Goulart, o qual buscou de fato integrar os setores populares de modo reformista e de maneira nacionalista visando ao desenvolvimento

brasileiro. Acossadas pela mobilização geral, parcelas conservadoras da população demonstraram resistência oposicionista, respaldando o golpe militar de 1964, evento propulsor da obstrução intelectual das décadas seguintes, da desarticulação da sociedade civil, do travamento do próprio projeto de desenvolvimento, da aceleração da dependência externa. A tentativa de processo modernizador pelo lado democrático foi deste jeito interrompida, surgindo no lugar dela a efetivação de um processo modernizador pelo lado nacionalista, desenvolvimentista, antidemocrático.

Da desestruturação tanto do programa nacional-desenvolvimentista como de todas as possibilidades socialmente integradoras derivou uma série de desilusões, uma vez que os anos de 1950 e parte dos anos de 1960 foram bem representativos da esperança e da convicção de que os partícipes deles estariam vivenciando realmente uma época particular da história do país, um período contraditório culturalmente, economicamente, politicamente no qual o Brasil aparecia internacionalmente talvez na mesma medida em que se voltava a si mesmo criticamente. Neste viés então, os pontos estratégicos desenvolvimentistas procuravam primeiramente estabelecer a industrialização como uma possibilidade de sobrepujar a pobreza e o subdesenvolvimento sociais; secundamente, industrializar o país através da intervenção estatal, além das ações do mercado privado; depois, pautar o planejamento do estado para definir os instrumentos necessários com vistas a delimitar a expansão da economia; por fim, instituir a participação estatal em setores econômicos como benéfica, tanto pela captação de recursos quanto pelo investimento deles. As noções basilares de povo, de estado, de nação, de revolução (quer em relação às ideias democráticas da classe média, quer no tocante às ideias utópicas dos socialistas) nortearam o debate público anterior a 1964, configurando a esquerda nacionalista, de um lado, a pressionar a classe política por causa das reformas estruturais e, de outro lado, apresentando os conservadores e a sua organização contra estes avanços sociais possíveis: o golpe militar emergiu do conservadorismo tacanho. A instauração de um regime militar por meio de um golpe de estado no dia 1º de abril do ano de 1964 postulou o tolhimento de liberdades individuais através tanto de atos institucionais quanto através da desorganização de espaços públicos, bem como pautou uma série de limitações políticas para as instituições civis. Assim, jornais, revistas, entidades de cultura, associações de classe, partidos políticos, órgãos de governo – um conjunto amplamente representativo pelo qual comunistas, socialistas, nacionalistas, liberais, conservadores puderam externalizar as propostas respectivas com a intenção de defenderem os projetos econômicos e sociais respectivos – foram barrados e barradas politicamente e ideologicamente. Além disto, o golpe dos militares também estagnou certo avanço da democracia visto no alargamento mobilizador

dos trabalhadores citadinos e camponeses, os quais se organizavam cada vez mais no sentido de reivindicarem as suas exigências, movimento organizatório de que resultaram as ligas camponesas e o sindicalismo. Diretrizes complementares como as reformas de política e de sociedade, como a legalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como o direito de setores inferiores das forças armadas reclamarem cargos eletivos, como o direito de voto dos analfabetos: todas elas embasavam paulatinamente o aprofundamento democrático. Nesta conjuntura esperançosa e otimista do país, o governo de João Goulart apoiava vigorosamente as reformas eleitoral, fiscal, bancária, agrária de base, as quais eram encaradas pelo governante enquanto essenciais para o desenvolvimento satisfatório da sociedade industrial nacional, assim como elas eram vistas pelos componentes das esquerdas enquanto fundamentais para a consolidação democrática.

5) Primeiro Objeto de Estudo: Análise Formal de Sargento Getúlio

O livro *Sargento Getúlio* foi publicado em 1971, lançado pela editora Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro. Este romance recebeu o Prêmio Jabuti na categoria “Revelação de Autor” da Câmara Brasileira do Livro em 1972. Para construí-lo, João Ubaldo Ribeiro tomou como base principal um episódio acontecido na sua infância: nele, o autor baiano soube que um sargento chamado Cavalcanti tinha sido fuzilado por dezessete disparos em um atentado ocorrido em Paulo Afonso (Bahia); Cavalcanti chegaria ainda vivo em Aracaju, depois de ter sido resgatado pelo pai de João Ubaldo, chefe da Polícia Militar de Sergipe à época. Esta passagem verídica era contada e recontada pelo pai do escritor no decorrer da infância deste, ajudando a formatar um tipo de caso heroico pela oralidade. Partindo deste evento real como motivo literariamente construtivo (aliás: tal acontecimento foi narrado também ao longo das páginas), a prosa de *Sargento Getúlio* revelou ao público leitor, por sua vez, uma deturpação de palavras moldadas a partir de expressões populares, que resultou em uma linguagem literária ao mesmo tempo altamente inovadora e esteticamente verossímil, embora a narração se distanciasse do registro realista tradicional. A leitura proporciona fruição estética proveniente da articulação entre a fala de um capanga sergipano experiente – aliás: serviçal brutal pago pelo estado em razão da sua missão derradeira: o transporte de um preso político, a mando de um chefe do poder local, de Paulo Afonso (BA) a Barra dos Coqueiros (SE) – e experimentações linguísticas diversas, resultando em espontaneidade do narrador, esta a serviço do desenvolvimento da trama. O estilo recuperou uma tradição barroca de proliferação de vocábulos e de complexidade sintática frasal, de que surgiu um ritmo recurvado e expandido em sentidos diversos e possíveis; afora estas peculiaridades

estruturantes, aconteceu também o uso, em uma aproximação mais detida em direção à estruturação interna, de processos morfossintáticos idiossincráticos, tais como junções não recorrentes entre elementos preposicionados, ou ainda sufixação de elementos inusitados. Aliás, o próprio autor baiano dizia que se sentia totalmente barroco, cultivando um padrão de escrita no qual ele pudesse, por exemplo, posicionar um predicado frasal em local determinado e o objeto complementar afastado. A precisão na utilização vocabular pelo narrador-protagonista hábil, cujo nível de consciência restrito amplificou a verossimilhança da própria narração, ajudaria a introduzir o leitor em uma série de códigos de uma região específica brasileira. Assim configurada, a voz narrativa monologava em uma combinação de rudeza, de brutalidade, de violência extrema de um lado; de ingenuidade, de suscetibilidade, de lirismo áspero de outro lado.

A narrativa foi ambientada no Nordeste da década de 1950 e desenvolveu a trajetória de Getúlio Santos Bezerra e as suas dificuldades para, inicialmente, capturar um prisioneiro político anônimo e para, finalmente, entregá-lo às autoridades. Neste trajeto espacial agressivamente hostil e ideologicamente dominado pelo coronelismo, o sargento recebeu então, em um momento da história, uma contraordem para levar o preso de volta em função da conjuntura política nova. A instrução foi negada por ele no entanto, que não entendia e tampouco podia acatar a importância conferida ao prisioneiro pelas mudanças políticas, falta de consciência no tocante às condições históricas mais amplas que resultou no cumprimento da missão e a converteu na própria razão de ser dele. A pesquisa sobre identidade nacional foi analisada neste livro pelo reconhecimento de uma realidade dividida em dois planos distintos, ainda que coexistentes: em um lado, a perspectiva valorizadora da sociedade urbana, racionalista, cujo ponto de apoio seria plausivelmente a cultura letrada; em outro lado, a perspectiva de uma sociedade arcaica, mítica e rural, cujos pontos de apoio seriam basicamente a religião e a oralidade. O primeiro plano esteve associado à riqueza material, à posse da terra, ao poderio econômico, ao passo que ao segundo estiveram relacionados os excluídos dos bens materiais e da propriedade privada, os subalternos. Da tensão entre as duas vertentes, surgiu a síntese estética que apontava para a continuidade de um sistema político e econômico desigual, o qual disseminava a miséria e respaldava tanto o autoritarismo como a falta de liberdades individuais. Uma das razões que poderia explicar parcialmente a carreira literária feita por *Sargento Getúlio* desde o lançamento, angariando leitores no Brasil e no exterior, objeto de legitimação de instituições literárias de fora e de dentro do país, foi o fato de este livro ter sido elaborado enquanto signo da contradição. Isto significa que ele conseguiu convergir arte engajada nos problemas históricos brasileiros com linguagem escrita

absolutamente inovadora, uma vez que lá existiu a abordagem do dado local nordestino juntamente com questões perenes e cosmopolitas como a raiva, a traição, a honra, a morte e o medo dela, isto tudo pela perspectiva parcial de um subalterno sergipano. Assim, o rural e o urbano, beligerância e pacifismo, continuidade e modificação, o velho e o novo estabeleceram tensões de que resultou o caráter contrastivo da obra. Basicamente, três princípios estruturantes aqui foram testados: o primeiro foi a desarticulação da ordem espaço-temporal baseada na linearidade; o segundo foi a utilização do monólogo interior; o terceiro foi a instabilidade da voz narrativa; por outro lado, a justificativa da violência pela honra talvez tenha sido um dos temas centrais, bem como o foi também o cumprimento total de uma missão dada. O desenvolvimento dos acontecimentos da trama mostrou o deslocamento tanto geográfico em um território existente quanto psicológico nas retomadas da memória do sargento: assim, houve um tipo de articulação formal entre as duas dimensões complementares (aquela do esforço físico em decorrência das dificuldades da viagem juntamente àquela da deterioração psicológica em razão do desequilíbrio subjetivo). O monólogo se desenrolou em um percurso de um ponto espacial definido a outro ponto espacial definido, iniciando em uma partida e acabando em uma chegada; esta trajetória física linearizada foi subjetivada na interioridade de Getúlio pela complexidade dos seus pensamentos bem estruturados (ainda que em sintaxe truncada) e pelas suas elucubrações mentais (ruminações projetivas ou especulações fantasiosas). O momento histórico que sustentou a ambientação foi o início da década de 1950, no Nordeste, cujos partidos políticos protagonistas UDN e PSD polarizavam as relações mandonistas. O desenrolar da narrativa projetou a narração da ação de um sujeito-capanga sobre a realidade hostil que o cercava, de que apareceu o irracionalismo cujos efeitos foram a desorientação e a desestabilização da passividade dos leitores. A leitura e o estudo do livro pareceram revelar um tipo de signo da contradição, pois nele foi caracterizado tanto a lógica civilizacional – a industrialização e a urbanização que mostraram certo cosmopolitismo do dado cultural estrangeiro – quanto foi caracterizada a lógica das populações de cultura oral – a transformação de Getúlio em lenda que expôs a especificidade do dado local nordestino e brasileiro.

O tipo de literatura ubaldiana pareceu estar empenhado em direção diametralmente oposta à das construções tradicionais da nacionalidade, as quais promoveriam a mimese do total no particular; teriam o objetivo de unificação, em última instância, ele mesmo ideologizante; abafariam raízes da cultura popular nacional, usando-as de modo autoritário e populista. Ora, o resultado estético ubaldiano pareceu justamente identificar o valor inerente das partes dissonantes no processo social e histórico, ao invés de corroborar uma tendência de

tentar apreender quaisquer conflitos pela síntese harmônica entre elas. Nesta perspectiva estética, no que diz respeito a uma visão abrangente sobre o conjunto da obra literária ubaldiana, houve esforço construtivo nela em relação aos personagens no intuito de que cada um deles se expressasse individualmente ora em diálogos, ora na aproximação entre narrador e personagem pelo discurso indireto livre, ora em monólogo interior; esta maneira permitiu a identificação ativa entre a ponta receptiva do processo intelectual – os leitores – e a elaboração interna textual. É possível a percepção de uma conformidade bem verossímil dos níveis linguísticos quando comparados às posições sociais de cada falante, através da seleção lexical rigorosa, da reconstrução de dialetos, de estilos, de registros, os quais abarcavam desde o linguajar de pescadores aos jargões militares, clericais, jurídicos. No caso específico de *Sargento Getúlio*, ao longo de um ano de trabalho intelectual desenvolvendo o livro, João Ubaldo Ribeiro reescreveu o primeiro capítulo dele dezessete vezes; além disto, ele pensou em modificar o foco narrativo da primeira pessoa para a terceira pessoa alternadamente durante a sequência dos capítulos, fato que provavelmente teria prejudicado a unidade estrutural da obra se tivesse sido realmente efetivado. No desenrolar dos episódios narrados por Getúlio, o encontro dele, de Amaro, do prisioneiro com Luzinete poderia possivelmente transmitir aos leitores a impressão de que a monomania pelo cumprimento da missão talvez tenha sido moderada durante aquela passagem; entretanto, a violência do desfecho, primeiramente com a morte do companheiro de viagem e, afora ela, com a morte trágica da amante logo depois, impulsionaram definitivamente a tentativa do sargento de terminá-la. A tragédia existencial do protagonista resultou do fato de que ele próprio, sujeito simples, desamparado, violentíssimo, reconheceu a si mesmo enquanto ser autônomo, cuja maneira de pensar poderia divergir da forma de pensar do chefe. Na relação entre o senhor e o subalterno, o último não percebia a diferenciação social em relação ao primeiro, na medida em que via tanto o superior quanto a si mesmo enquanto potencialmente o mesmo. O homem rico o protegia em troca da prestação de serviços. No ambiente doméstico, o patriarca projetava a sua força e estabelecia a sua dominância irretorquível, assim como tentava também projetá-las em direção aos contatos extradomiciliares. Enquanto ao homem eram concedidas possibilidades de contatos externos, de ações sociais, de iniciativa particular, às mulheres eram impostas tão-somente oportunidades de serviços domésticos, no contato com os subalternos, com a parentela, com os filhos. Afora as questões relacionadas ao modelo social coronelístico e ao percurso existencial do sertanejo valente, outro aspecto definidor das dificuldades e dos obstáculos enfrentados por Getúlio, por Amaro, pelo preso político foi o trajeto físico de Paulo Afonso (município do estado da Bahia, localizado no extremo norte

dele, cujo limite a leste é o estado de Alagoas) a Barra dos Coqueiros (município do estado de Sergipe, localizado na Região Metropolitana de Aracaju). Por meio das estradas atuais, um viajante poderia realizar tal deslocamento, cobrindo mais de 270 km de carro, em aproximadamente 4h30min; por outro lado, o mesmo trajeto físico seria potencialmente muito mais problemático para viajantes no contexto nordestino da década de 1950.

Em termos temáticos mais abrangentes concernentes à totalidade desta narrativa ubaldiana, é necessário pontuar alguns aspectos relevantes para a percepção textual global. Em primeiro lugar, antes da colocação da farda de sargento da Polícia Militar do Estado de Sergipe: depois da abolição da escravidão, um contingente de mão de obra livre não conseguiu postos de trabalho, sobrevivendo em situações de pobreza extrema. Uma das maneiras arrançadas pelos integrantes desta população pobre foi prestar serviços vários àqueles detentores dos meios de produção, solução emergencial da qual surgiu a dependência dos primeiros em relação aos segundos. Tal foi o caso de Getúlio que, certamente pobre, possivelmente miserável, foi para o centro urbano de Aracaju ainda muito jovem trabalhar em atividades como engraxate. Pouco a pouco, na sua trajetória pessoal, mais implícita do que explícita narrativamente, o sertanejo foi sendo conformado pela incerteza e pela insegurança, tanto por causa da violência das relações públicas e privadas quanto por causa do clima do sertão sergipano. Os fatores sociais e climáticos moldaram o caráter viril e arrojado dele; daí também surgiu a outridade (a natureza circundante, o clima hostil, os demais habitantes, as condições de existência) enquanto oponente potencial na mente dele. Em segundo lugar, o acontecimento fundamental: o assassinato por Getúlio da companheira que o traiu, motivador básico em um meio no qual a honra sempre foi um aspecto a ser defendido intransferivelmente, ato depois do qual o sertanejo foi preso e foi resgatado da prisão pela influência do político Acrísio Antunes. Em terceiro lugar, a colocação da farda de sargento da Polícia Militar do Estado de Sergipe: após a soltura do encarcerado bruto pelo chefe político graúdo, este disponibilizou um cargo público àquele, designando-o como sargento na instituição, assim como o manteve também como capanga pessoal. Esta dualidade entre legalidade e ilegalidade embasou a própria condição getulina durante o desenvolvimento narrativo, a qual esteve assentada na incompatibilidade constitutiva dele: a faceta ao mesmo tempo pública de sargento e privada de capanga, a partir de que veio à tona a relação entre a dependência do mandado e a proteção do chefe. A mesma dualidade entre o legal e o ilegal estabelecia igualmente a condição de Acrísio Antunes, uma vez que a dominação patriarcalista e patrimonialista empreendida por ele se dava através do estado sergipano, uma entidade essencialmente burocrática e impessoal, pelo menos em tese. Antes criminoso em

razão do assassinato da companheira, Getúlio foi cooptado pelo estado pelo intermédio do chefe político local e assumiu a patente de sargento com a chancela estatal para a prática das suas atividades; a consequência primeva disto foi a tomada do monopólio do uso da violência para fins específicos pela base legal estatal, em um processo de utilização particularista e pessoalista do estado. Antes da década de 1950, as formas de dominação tradicional – pelo poderio dos coronéis basicamente – e de dominação burocrática – pela influência estatal preponderantemente – coexistiram antagonicamente. A partir dos anos de 1950, uma ordem nova em nível mundial de preservação tanto da vida como dos direitos dos seres humanos agiu regulando e regulamentando as ações de governos nacionais. Juntamente a estas pressões exteriores, o governo brasileiro procurou agir para desenvolver o país industrialmente; o cobrimento e a verificação pela imprensa dos fatos ocorridos, por sua vez, tiveram a própria responsabilidade democrática reforçada. Nesta conjuntura mais aberta politicamente, emparedado entre duas situações conflitantes (aquela violentamente hostil, além de essencialmente sólida e imutável a ele, que o forjou como um homem rústico, aquela outra arejadamente moderna calcada em um aparato institucional jurídico, político, administrativo que o espreitava), Getúlio Santos Bezerra, também sargento, se encontrava irremediavelmente acossado. Tecnicamente, este período nevrálgico significou a tentativa de substituição da utilização da força bruta, da prática criminal sem a responsabilização adequada, do regime de dependência personalista, da política de violência direta, do processo de adulteração eleitoral pelo projeto desenvolvimentista nacional, com governo centralizador e eficiente, e pela Declaração dos Direitos Humanos, a partir de interesses internacionais.

Em termos estruturais mais específicos concernentes à totalidade desta narrativa ubaldiana, é necessário agora pontuar alguns aspectos relevantes para a percepção textual global, no sentido de complementar, com alguns comentários em nível estrutural, aquelas observações em nível temático feitas no parágrafo anterior. O discurso na primeira pessoa do narrador sergipano Getúlio foi indissociavelmente vinculado à matéria pessoal e social narrada, sem distância espaço-temporal considerável dos eventos narrados, sem contextualização prévia do sujeito e do ambiente narrativos, com indicadores textuais bem definidos (como os travessões, por exemplo) para inserir as falas de alguns outros personagens em momentos particulares do relato. O protagonista viril literalmente viveu a sua própria narração na mesma medida em que ela foi sendo articulada, no espaço-tempo presente especialmente, retornando tanto ao passado recente como ao passado remoto, dependendo das lembranças surgidas na mente getulina. O abarcamento do narrador falador sobre o narrado efetuado e gradual foi tão evidente ao longo do livro que, à exceção dos momentos em que

houve participação efetiva dos demais personagens em discurso direto, pareceu quase existir certa tentativa de apagamento interlocutório. Na verdade, tal característica marcante da fala dinâmica getulina foi possível pela colocação repetitiva do discurso indireto livre, possibilitador de que os fatos fossem narrados quase simultaneamente, enfoque estruturador a partir do qual muitas das participações orais dos personagens estivessem diretamente e integralmente encaixadas no falar de Getúlio. Neste caso em especial, por sinal, não houve o uso de marcas costumeiras que pudessem indicar a diferenciação entre a perspectiva do sujeito narrativo principal e o ponto de vista dos demais sujeitos narrativos secundários, como a inserção de verbos de elocução, ou de sinais de pontuação, ou ainda de articuladores de texto. Afora tais recorrências estruturantes, o sertanejo obcecado foi tomando consciência da sua condição existencial e identitária ao longo da própria travessia incompleta, à beira justamente entre um tipo de ambientação arcaica e uma espécie de ambiente moderno, do interior do sertão do estado de Sergipe em direção à costa do litoral em Aracaju. Formalmente, o monólogo insistente, os diálogos esporádicos, o monólogo interior, o monólogo interior radicalizado em fluxo de consciência e expresso em discurso: estes foram os estágios narrativos basilares em que um sujeito do sertão sergipano se constituiu pela articulação discursiva das suas experiências. Nos momentos de deslocamento, ao longo dos quais o ato de refletir era contido pelo movimento mesmo, a narrativa teve um caráter mais fluído e mais versátil; nas etapas de espera, durante as quais o pensamento vinha à mente de maneira inevitável, ela teve um aspecto mais memorialístico e mais interlocutório. Diferentemente dos romances formalmente tradicionais, nos quais o processo de individuação representava uma busca paulatina plausivelmente atingível, a forma romanesca em *Sargento Getúlio* interrompeu tal desenvolvimento característico do sertanejo aguerrido, visto que ele chegou ao momento autoconsciente, mas não sobreviveu posteriormente. Se tomada a totalidade da obra, um movimento perceptível foi o seguinte: inicialmente no sertão, Getúlio era um personagem integralmente composto e discursivamente fluente; entretanto, quanto mais ele foi se aproximando da costa litorânea, cujo destino era Aracaju, mais ele foi sendo fragmentado enquanto protagonista, enquanto voz da narração. A interioridade getulina foi construída através da articulação e da exteriorização do discurso dele, daí o ato narrativo ter surgido pelo falar altamente tenaz, dramático, desmedido. Assim, ele foi o próprio discurso de forma presentificada na extensão mesma do livro, até pela falta de caracterizações exteriores possíveis para um narrador onisciente tradicional, cuja perspectiva seria externa.

Se lida apropriadamente, a epígrafe de *Sargento Getúlio* iniciou a construção formal do livro descrevendo o trajeto físico da viagem e relacionou a história dele à antiguidade

clássica grega, justamente pela introdução do termo *aretê*, o qual expressaria a noção de excelência no sentido do cumprimento de um propósito ou de uma função à qual um indivíduo estivesse destinado. Tal inscrição inicial e esclarecedora foi expressa em duas frases pelo autor empírico João Ubaldo Ribeiro, portanto antes da narração getulina, sendo que a primeira delas informava sobre o percurso geográfico e a segunda delas expandia a perspectiva do próprio texto subsequente. Ao longo de toda a narrativa, é verificável a elaboração de processos morfossintáticos incomuns, já indicando peculiaridades linguísticas, desde o começo do relato, do narrador mesmo ou da comunidade de falantes na qual ele esteve inserido. Sendo assim, as recorrências estruturais mais destacadas foram as seguintes: formação de concordância pela introdução de vogal “e”, ao invés de “a” ou de “o” (“A gota serena é assim, não é fixe.”, p. 9; “Mas fitou-me fixe [...]”, p. 62); uso de ênclise e de próclise ao redor de um mesmo elemento (“se transforma-se”, p. 9; “se desmancha-se”, p. 11; “lhe tira-lhe”, p. 11; “Me aposento-me.”, pp. 13, 14; “se torna-se”, p. 13; “Me avise-me”, p. 14; “Se agarram-se”, p. 15; “Se viu-se”, p. 17; “se vão-se”, p. 19; “se vê-se”, p. 23; “se desmilingüiram-se”, p. 24; “se desmantela-se”, p. 27; “Me encontro-me”; p. 29; “me arrependendo-me”, p. 33; “se apressa-se”, p. 37; “se encontra-se”, p. 42; “se lembrou-se”, p. 47; “Me diga-me”, pp. 52, 63, 67, 69; “me escutar-me”, p. 56; “se aprofundava-se”, p. 59; “se fecha-se”, p. 65; “Se dá-se”, p. 67; “me ataca-me”, p. 71; “se esgotando-se”, p. 76; se chama-se”, p. 77; “se agüenta-se”, p. 84); formação inovadora de plurais (“mundãos”, p. 9; “caminhões”, p. 9; “caldeirãos”, p. 10; “arribações”, p. 10; “alemãos”, p. 14; “nuncão”, p. 14; “camarados”, p. 16; “posições”, p. 23; “umas cens”, p. 25; “paredãos”, p. 31; “vergãos”, p. 55; “facãos”, p. 70; “alcatrãos”, p. 79; “bolachãos”, p. 80); utilização de proposições de maneira inesperada (“pelo cima”, p. 9; “por causo”, pp. 9, 20, 29, 52, 75, 78; “pelessas”, pp. 9, 41; “peluma”, p. 12; “pela riba”, pp. 20, 30, 33; “dum”, pp. 21, 27, 32, 66, 83; “pelaí”, pp. 21, 37, 45, 73; “preu”, p. 24; “de com”, pp. 25, 48; “[...] no antes da chuva [...]”, p. 30; “duma”, pp. 30, 69; “pelaqui”, p. 41; “no onde”, p. 41; “de debaixo”, p. 42; “de junto”, pp. 46, 75; “Antes deu”, p. 50; “dumas”, p. 51; “de munheca”, p. 55; “[...] devia de fazer [...]”, p. 56; “pela atrás”, p. 61; “de riba”, p. 65; “por debaixo”, pp. 67, 71; “pelali”, p. 71, “Lá por riba [...]”, p. 73; “por detrás”, p. 74; “por riba”, p. 74; “duns”, pp. 74, 80; “de logo”, p. 75; “Donde”, p. 76; “em riba”, p. 78); redução ou aumento ou encaixe fonológicos representados ortograficamente (“esprito”, p. 10; “São Lázeo”, p. 11; “macriação”, p. 11; “petece”, p. 12; “rício”, p. 12; “recindendo”, p. 12; “Avexame.”, p. 13; “pederástio”, p. 13; “oclos”, p. 13; “busuntado”, p. 16; “subaqueira”, p. 18; “anganchou”, p. 18; “balaúste”, p. 20; “parenças”, pp. 21, 34, 58, 74; “privilege”, p. 22; “baleadeira”, p. 22; “cadave”, pp. 23, 25; “drobas”, p.

23; “gofando”, p. 23; “gofadas”, p. 24, “árdico”, p. 24; “güenta”, p. 25; “aviu”, pp. 25, 51, 56, 86; “excelença”, p. 25; “crane”, p. 27; “alembro”, pp. 27, 73; “figo”, p. 27; “largatixa”, p. 28; “encuruguje”, p. 28; “adevogado”, p. 28; “esgrenhados”, p. 31; “padecença”, p. 31; “Inda”, pp. 32, 61, 63, 82; “siô”, pp. 33, 58, 69; “trevessadas”, p. 37; “corligionários”, p. 37; “quede”, p. 37, “Desque”, p. 37; “válido”, p. 37; “sastifação”, pp. 38, 75; “adevinhava”, p. 38; “embigo”, pp. 38, 43; “mor”, p. 41; “alembro”, pp. 41, 51; “aveias”, p. 41; “ói”, p. 42; “fruta”, p. 46; “estralados”, p. 47; “panarice”, p. 48; “amostrar”, p. 48; “poteose”, p. 50; “sinfetar”, p. 53; “Perpeto”, p. 53; “apusso”, pp. 54, 63; “solúcios”, p. 54; “apreceia”, p. 55; “resvelar”, p. 57; “adobra”, p. 57; “vrido”, p. 59; “ferruge”, pp. 60, 61; “bunina”, p. 60; “extraição”, p. 61; “sarseiro”, p. 62; “alevantar”, p. 62; “petrechos” p. 62; “subaco”, p. 63; “avoando”, pp. 63, 75; “avirando”, p. 63; “entertido”, p. 65; “reladas”, p. 66; “cavacando”, p. 66; “adonde.”, p. 67; “bitrariades”, p. 72; “macriações”, p. 73; “güentasse”, p. 74; “estrala”, p. 74; “esguinchar”, p. 75; “melencia(s)”, pp. 75, 81; “esguincha”, p. 76; “meopatas”, p. 79; “espeladas”, p. 80; “venziana”, p. 82; “trocidades”, p. 83; “truxe”, p. 84); representação ortográfica de sons físicos (“[...] ufeúfe nas asas [...]”, p. 10; “[...] gueguê nem gagá [...]”, p. 19; “vuquevuque”, p. 33; “olelê”, p. 39; “[...] tunque, tunque, tunque [...]”, p. 45; “nham-nham”, p. 53; “trá-trá”, p. 68; “pam-pam”, p. 69; “poit-poit”, p. 72; “[...] panderrolê tepandepi tapetape rugi [...]”, p. 73; “tchunque”, p. 75).

Estendendo a sequência de tais processos linguísticos, a continuação detalhada da análise ainda mostrou os seguintes: aglutinação de elementos inusitados formadores de rimas internas (“[...] aqueles pulos penados, almospenados [...]”, p. 10); inserção de prefixos e de sufixos formadores de sufixação peculiar (“revai”, p. 10; “estremidela”, p. 10; “estuporamento”, p. 11; “udenista”, pp. 11, 26, 28, 36, 58, 64, 71, 78, 79; “pessedista”, p. 11; “desvazia”, p. 12; “descurece”, p. 13; “mosquitaria”, p. 14; “queimosa”, p. 15; “descompleto”, p. 15; “desencontrando”, p. 15; “queremista”, p. 16; “desafastando”, p. 17; “desencalmada”, p. 18; “branquicento”, p. 18; “destaboquemos”, p. 19; “muribequense”, pp. 20, 51; “Muribequino”, p. 20; “muribequeiro”, p. 20; “desassuntado”, p. 21; “viração”, p. 21; “desinvertidas”, p. 21; “desprecatado”, p. 22; “apuquentação”, p. 22; “desconforta”, p. 22; “visagem”, p. 23; “ajutório”, p. 23; “sofrente”, p. 23; “passarinheiro”, p. 24; “amuntados”, p. 24; “despalhafatosa”, p. 24; “desparrama”, p. 24; “porqueira”, p. 25; “desafaste”, p. 26; “puxavão”, p. 27; “chatura”, p. 31; “putenças”, p. 31; “gastura”, p. 32; “bezerrada”, p. 32; “ensubacados”, p. 32; “ensiralhados”, p. 32; “desencarava”, p. 34; “chegança”, p. 39; “desengordado”, p. 41; “enfincado”, p. 42; “senvergonheira”, p. 44; “clarume”, p. 52; “desprecatada”, p. 52; “soaeira”, p. 53; “destampatórios”, p. 53; “castigante”, p. 55;

“esvaição”, p. 57; “capação”, p. 60; “desvaziou”, p. 62; “molequeira”, p. 62; “crequenta”, p. 62; “trompaço”, p. 63; “caceteiros”, p. 64; “espinhaço”, p. 69; “caminheira”, p. 71; “desenquadrado”, p. 72; “enfincar”, p. 74; “folharamé”, p. 74; “tonteira”, p. 82); similitude sonora ou rima interna em construções sintáticas diversas (“A língua deles se vê e se ouve o barulho dos pés [...]”, p. 10; “[...] aquelas secas espóticas [...]”, p. 14; “Mas a udenê – veio vosmecê?”, p. 20; “Nada, é a faca.”, p. 38; “[...] bem sem pressa [...]”, p. 42; “Por mim, eu vou embora assim [...]”, p. 43; “[...] as mãos cortadas da corda [...]”, p. 44; “[...] isso vira lobisomem, homem [...]”, p. 44; “[...] isso não se faz de chamar assim sem mais [...]”, p. 46; “Eu disse foi quiabo, não foi diabo.”, p. 47; “[...] a posição para pisar no rabo da assombração [...]”, p. 47; “Até o sol ipiaça invadiu a vidraça [...]”, p. 50; “[...] faltando iluminação nele e ele vai apagando [...]”, p. 52; “[...] ela não quis, pai dela, ela foi dar água e ele agarrou ela, ela é donzela, ela estava quieta no canto dela.”, p. 54; “[...] não sei se nem em [...]”, p. 56; “[...] tem quem repare em [...]”, p. 58; “[...] só saca a vara para verter água e mais nada.”, p. 59; “[...] nem chite nem chute [...]”, p. 61; “[...] pode ser padre pode ser frade [...]”, p. 62; “[...] se se aborreceu [...]”, p. 72; “[...] e eu nem sei se vosmecê [...]”, p. 82; “[...] quantos homens tem em [...]”, p. 84; “[...] essa está dada [...]”, p. 84; “[...] com uma mão de pilão [...]”, p. 85; “[...] ou então não [...]”, p. 85); formação adverbial coloquial (“menas”, pp. 11, 17, 61); transformação de substantivos em verbos (“galinhando”, p. 11; “passarinhou”, p. 18; “Vaqueja”, p. 44 “me tesourando”, p. 56); inserção de palavras regionalmente específicas (“bendodela” significando “ciente de si”, p. 11; “bigu” querendo dizer “carona”, p. 11; “apustemado” significando “algo muito ruim”, p. 12; “malinagem” querendo dizer “malvadeza”, p. 12; “xibiu” significando “órgão sexual feminino”, p. 13; “rodete” querendo dizer “roda pequena”, p. 14; “reima” significando “mau gênio”, p. 16; “miuçalha” querendo dizer “bando de crianças”, p. 16; “galada” significando “ato sexual”, p. 16; “me reta” querendo dizer “me zanga”, p. 16; “potó” significando “inseto”, p. 17; “coscorento” querendo dizer “que tem cascas”, p. 17; “sibite” significando “exibicionista”, p. 18; “ximando” querendo dizer “encarando”, pp. 18, 42; “grimpas” significando “cabeça”, p. 18; “parabelada” querendo dizer “disparo de pistola”, p. 18; “piaçaba” significando “palmeira”, p. 20; “apicum” querendo dizer “manguezal”, p. 21; “vitalinas” significando “solteironas”, p. 21; “malinar” querendo dizer “fazer travessura”, p. 22; “marinete” significando “ônibus velho”, p. 23; “rebites” querendo dizer “laços ou ataduras”, p. 23; “sarigüê” significando “gambá”, p. 26; “bocapio” querendo dizer “cesta de palha”, pp. 27, 28; “arupembas” significando “peneiras de palha”; p. 29; “bendomeu” querendo dizer “ciente de si mesmo”, pp. 32, 53; “reíunas” significando “botinas de soldado”, p. 33; “calangro” querendo dizer “chefe de um

grupo de salteadores”, p. 34; “aboio” significando “canto dos vaqueiros”, p. 40; “beiju” querendo dizer “petisco”, p. 42; “califom” significando “sutiã”, p. 42; “mabaço” querendo dizer “gêmeo”, p. 43; “pustema” significando “pessoa irritante”, p. 43; “catilogência” querendo dizer “inteligência”, p. 44; “cabrunquento” (p. 48) ou “cabruquento” (p. 55) significando “pessoa ruim”; “mangangão” querendo dizer “chefe”, p. 49; “arriba” significando “acima”, p. 53; “grosa” querendo dizer “conjunto de doze dúzias”, p. 67; “[...] barriga de purga [...]” significando “barriga volumosa”, p. 67; “embirado” querendo dizer “atado”, p. 68; “mundéu” significando “armadilha”, p. 69; “aió” querendo dizer “bolsa de caça”, p. 70; “parabelo” significando “pistola automática”, p. 74; “ancho” querendo dizer “satisfeito”, p. 81; “talisquinha” significando “lasca”, p. 81).

Finalizando a sequência de tais recorrências estruturantes, a continuação detalhada da análise ainda revelou: formação verbal informal (“semos”, pp. 11, 20; “Encostemos”, p. 32; “[...] a gente fomos ficando [...]”, p. 32; “[...] nós que somos [...]”, p. 39; “puxemos”, p. 29; “[...] a gente podemos [...]”, p. 48; “fiquemos ali”, p. 51; “espiemos”, p. 51; “[...] a gente espiemos [...]”, p. 52; “fiquemos nisso”, p. 52; “seguremos”, p. 55; “[...] a gente estávamos [...]”, p. 61; “[...] eu e Amaro que vinha [...]”, p. 61; “fiquemos”, pp. 62, 70, 82; “Entremos”, p. 63; “botemos”, pp. 67, 81; “[...] resolveu que todo mundo esperava [...]”, p. 70; “[...] a gente fomos [...]”, p. 74; “[...] a gente só paramos [...]”, p. 79; “[...] nós dormimos nas redes e não teve sonhos.”, p. 82; “Pode vim.”, p. 85); aglutinação morfológica (“salverrainha”, p. 11; “atodecontição”, p. 11; “putarreles”, p. 18; “cachaprego”, p. 19; “fogopagou”, p. 22; “dégua”, p. 27; “mija-na-vareta”, p. 27; “fidumaégua”, pp. 27, 68; “fidumavaca”, p. 27; “fidumajega”, p. 27; “Estaí”, p. 39; “Tresantontem”, p. 43; “massapuba”, p. 57; “nunstantinho”, p. 57; “quebraqueixo”, p. 59; “indagora”, p. 61; “Taí”, p. 65; “padrenossos”, p. 65; “dágua”, p. 68; “Putamerda”, p. 69; “fidamãe”, p. 74; “pelossinal”, p. 78; “malassada”, p. 80; “salgema”, p. 80; “papafigo”, p. 85); reiteração de palavras (“ligeiro ligeiro”, p. 11; “Disse-me disse-me.”, p. 29; “[...] no ótimo do ótimo [...]”, p. 34; “Mas, mas veja, mas olhe. Mas, mas homem.”, p. 51; “Certo, certo.”, pp. 52, 57; “nada, nada.”, p. 55; “Pode ir pilando, pilando [...]”, p. 57; “Ôi peste, ôi peste!”, p. 60; “[...] ô de fora, ô de fora [...]”, pp. 62, 63; “[...] ô de dentro, ô de dentro.”, p. 62; “Ô de casa, ô de casa!”, p. 63; “aí, aí”, p. 64; “chiando, chiando”, p. 64; “Sim, sim.” p. 65; “ôi, ôi.”, p. 66; “Paciente, paciente, doutor paciente [...]”, p. 68; “[...] ai vida, ai vida [...]”, p. 69; “Ah vai, ah vai, vai, vai, vai”, p. 75; “[...] olhe a cabeça dele, olhe a cabeça dele [...]”, p. 77; “[...] a força da força [...]”, p. 77; “[...] vai puxando, vai puxando [...]”, p. 79); exploração de marcas faladas idiossincráticas do próprio narrador ou da comunidade linguística (“possa ser”, pp. 11, 12, 15, 16, 21, 29, 39, 42, 48, 69, 71, 73, 80, 84; “An-bem.”,

pp. 12, 25, 27, 43, 45, 51, 54, 56, 66, 70, 73, 84; “vosmecê”, pp. 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 45, 48, 49, 57, 59, 60, 63, 69, 77, 83, 84; “haja”, p. 12; “hem”, pp. 14, 52, 67; “ora taí”, p. 28; “Ah-bom”, p. 28; “[...] ai de eu [...]”, p. 29; “Apois.”, pp. 37, 66, 73; “vôte”, p. 63; “siu aí”, p. 67; “[...] eu abro um rombo da pinóia, êta caraio, catibum [...]”, p. 68; “[...] estica a canela [...]”, p. 69; “eta”, p. 70; “Ora, chô”, p. 71; “Arre.” p. 73); formação morfológica coloquial (“coculados”, p. 12; “sustança”, p. 19; “vinher” p. 49; “icoiou”, p. 50; “coculando”, p. 53; “arrupeio”, p. 53; “enrístio”, p. 53; “amorteceia”, p. 59; “[...] tome a bença do padre [...]”, p. 62; “cosca”, p. 66; “matada”, p. 81); inserção de palavras aparentemente ininteligíveis (“liberti”, p. 19; “mítingue” talvez significando “meeting”, p. 19; “estudebeque” possivelmente referindo o carro “Studebaker”, p. 20; “chimite” provavelmente querendo dizer o revólver “Smith”, p. 24; “esmochar” talvez significando “esmurrar”, p. 58; “safeti” possivelmente referindo o termo “segurança”, p. 59; “anguzar”, p. 81); formação morfológica pelas siglas (“PSD – peticê”, pp. 20, 32, 62); reiteração de negações (“Ninguém não repara [...]”, p. 23; “Nunca nem”, p. 51; “[...] nem não vê ninguém [...]”, p. 56; “Nem nunca”, pp. 61, 64); falta de concordância entre elementos (“[...] se os tatu comesse.”, p. 25; “Se as vistas ia [...], p. 30; “[...] o reis do Congo [...]”, p. 39; “[...] as músicas devia de ser feitas [...]”, p. 50; “os pé”, p. 70; “Voava folhas que era bastante.”, p. 74; “[...] que fica perfiladas [...]”, p. 76); colocação coloquial de pronomes (“lhe buscar”, p. 27; “lhe trazer”, p. 27; “lhe carregasse”, p. 27; “lhe ver”, p. 27; “lhe como”, p. 27; “lhe tiro”, p. 27; “a cuja”, pp. 46, 61; “se instalamos”, p. 49; “lhe afogar”, p. 57; “lhe sangra”, p. 67; “lhe acerta”, p. 67; “lhe finar”, p. 67; “lhe pegam”, p. 69; “[...] se vê ela [...]”, p. 78; “lhe encher”, p. 83; “lhe sustentar”, p. 83); variação morfossintática (“Vez em quando [...]”, p. 31; “[...] de quando em vez [...]”, p. 39; “De vez em quando [...]”, p. 46; “[...] quando em vez [...]”, p. 49; “Essas alturas”, p. 71); representação ortográfica não usual (“açertei”, p. 38; “atoa”, p. 41); formação sintática peculiar (“havendo precisão”, p. 39; “Mas não teve precisão de segurar mais [...]”, p. 55; “[...] mas tem precisão [...]”, p. 57; “[...] numa hora de precisão [...]”, p. 62; “[...] quando não foi que [...]”, p. 72; “Ques homens, meu filho?”, p. 73; “[...] nem sei como nem morri [...]”, p. 77; “Também sofro recordação [...], p. 78; “[...] comendo no calado [...]”, p. 81; “[...] com bem calda.”, p. 82; “no aceso”, p. 83; “[...] não escuto liberdade [...]”, p. 85); troca inesperada de gênero (“do criaturo”, p. 58; “pimento”, p. 78; “macha”, p. 85); inversão ou repetição sintáticas (“[...] e não sei nem por que rezar vai ele.”, p. 64; “[...] chamou o feitor que ela andava empernada com esse dito feitor [...]”, p. 67); sobreposição de articuladores textuais (“mas porém”, p. 75); utilização ou deturpação de expressões corriqueiras (“[...] e pronto final.”, p. 76; “[...] que nem um comandante.”, p. 78).

Depois de toda esta tentativa seletiva de agrupar alguns dos padrões linguísticos provenientes tanto do narrador-protagonista Getúlio quanto de outros partícipes presentes na obra ubaldiana, importante mencionar o fato de que todo este esforço analítico foi possível da página nove à página oitenta e seis, indo do começo da narrativa à metade dela portanto, abarcando os capítulos primeiro, segundo, terceiro, quarto. Além desta seleção fonológica, morfológica, sintática, a introdução do “Primeiro preceito.” (“[...] se precatar contra mulheres de viagem.”, p. 9), do “Segundo Preceito.” (“Nunca beba água onde não pode ver o purrão.”, p. 13), do “Terceiro preceito.” (“Cuidado quando deitar na cama, sempre se aprevina.”, p. 17) logo no primeiro capítulo da obra, portanto o início da narração na primeira pessoa de Getúlio, foram indícios expositivos de uma mente psicologicamente ordenada e obsessivamente preocupada com as ameaças de um ambiente árido e hostil, a qual seguiu estabelecendo a ordenação da sequência dos acontecimentos lembrados e das mortes efetuadas. Cada uma das três lições procurou apontar maneiras de sobrevivência no sertão sergipano contra os habitantes de lá: sobre o primeiro, a verificação foi feita em relação às mulheres e às doenças venéreas transmitidas por elas; sobre o segundo, ela foi realizada no tocante às possibilidades de traição e de envenenamento; sobre o terceiro, ela foi colocada em decorrência da necessidade de se manter sempre armado e constantemente vigilante. A inserção das ações executadas pelo preso político – “Primeiro: deu veneno a Ocríolino [...]”, “Segundo: mandou atirar em Anfrísio [...]”, “Terceiro: secou Ribeirópolis [...]”, (p. 32); “Sal, porque foi isso que ele botou na terra do Paraíbas, em Ribeirópolis. Bezerro, porque foi isso que ele matou, um por um.”, (p. 49) – no segundo e no terceiro capítulos do livro foram outros traços expositores da mente getulina ordenadora. A colocação das respostas em sequência para Amaro – “[...] em primeiro lugar, não gosto de Socorro [...]”, “[...] em segundo lugar não gosto de time azul [...]”, “[...] em terço lugar não acho [...]”, “[...] em quarto lugar cale essa boca [...]”, (p. 51) – inseridas no monólogo corrente no terceiro capítulo continuaram a ser indicadores expositivos da mente getulina em ordem. A enumeração das recordações getulinas durante o quarto capítulo (“Primeiro: a mesa que nunca eu vi igual [...]”, p. 78; “Segundo: a comida.”, p. 79; “Terceiro: a comida mesmo [...]”, p. 79; “Quarto: um feijão com couve [...]”, p. 81; “Quinto: uns cajus na calda [...]”, p. 82) revelou indícios claros e pontuais da ordenação da mente de Getúlio mesmo em uma situação de desgaste físico, em momentos de fome contumaz. Afora toda esta organização mental getulina, houve o uso de clichês ou de construções tautológicas também, reforçando a verossimilhança do relato: “A hora de cada um é a hora de cada um.” (pp. 10, 24); “É o dono do mundo.” (p. 10); “Necessidade é necessidade [...]” (p. 12); “Bicho ruim não morre fácil.” (p. 14); “Presidente é

presidente. Udenista é udenista.” (p. 22); “Profissão é profissão.” (p. 22); “Quem nunca viu não sabe o que é.” (p. 23); “[...] o que não tem remédio remediado está.” (p. 36); “[...] homem nu com mulher nua um vai cair na pua [...]” (p. 55). Deste modo, o aceite da narrativa pelos leitores estaria diretamente relacionado à premissa de que um único capanga limitado, provavelmente tartamudo em condições reais, não teria condições linguísticas de articular o próprio discurso daquela forma tão arrojada. O escritor baiano criou assim um modo de falar regional singular, oral unicamente, portanto um dialeto específico a que o autor itaparicano se referia como “sergipês”. Um autor empírico sofisticado de uma elite letrada buscou formalizar a fala complexa de um sertanejo sergipano rusticano por meio de procedimentos técnicos refinadíssimos. Por fim, exemplos do nível de consciência getulina: “Por que o homem tem o direito de passar a vida corrido, atocaiado numa usina? É privilege.” (p. 22); “Eu sou político, não mato à-toa.” (p. 25); “[...] e eu que pensei que já tinha passado o tempo que eu levava caminhão e mais caminhão de eleitor por essas bandas para votar [...]” (p. 26); “Quando estou pensando, estou falando, quando estou falando, estou pensando, não sei direito.” (p. 26); “[...] o tempo apeava e tinha tempo para tudo porque a vida não andava.” (p. 30); “Em Laranjeira, o mundo é gradeado. É uma vida gradeada e reta [...]” (p. 31); “No sertão não tem grade, também não tem muita coisa mais. Tem mais terra, qualquer um pode ver.” (p. 31); “A dor de corno, uma dor funda na caixa, uma coisa tirando a força de dentro.” (p. 38); “[...] quando o tempo é grande como aqui e se espicha pela tarde como que não vai acabar, até a conversa parece coisa do inferno, traz impaciência.” (p. 51); “[...] está um sistema, os jornais, tudo. A política está mudando, eu disse, está ficando uma política maricona.” (p. 56).

Se a visada de conjunto em relação à estruturação da narrativa for possível, principalmente agora pelo afastamento dos processos morfossintáticos miúdos já abordados antes, em busca de uma perspectiva textual mais global aliando o nível temático ao nível estrutural, talvez um movimento construtivo de maior organização sintática inicial em direção à desorganização técnica progressiva fosse perceptível ao longo das páginas do livro. Neste sentido amplo, uma relação finíssima e muitíssimo bem articulada entre o discurso sertanejo e a situação psicológica dele, ou ainda, entre a fala e a experiência dele foi percebida pelo processo de leitura e pelo viés crítico aqui tentados. Assim, no começo do livro, pareceu vir à cena literária uma personalidade unívoca expressa em concatenação lógica, cujo nível de normalidade se manteria pouco a pouco do capítulo primeiro ao episódio dos macacos voadores aproximadamente, durante o qual Getúlio ironizava Amaro por este acreditar neste tipo de caso inventado. A partir desta passagem, certa decadência progressiva teve início, sendo que o aspecto psicológico em direção ao caos do sargento, motivador da

desestabilização estrutural da sua própria narração, complexificou o percurso trágico dele rumo à sua consumação. Como fatores ainda mais complicadores, as mortes de Amaro e de Luzinete aceleraram o movimento cataclísmico, pois o sertanejo entendeu a própria solidão e a crise inevitavelmente o envolveu. O caos mental getulino que rompeu certa linearidade cronológica implícita narrativamente e que interiorizou o conflito existencial ao ponto da radicalização no fluxo de consciência final (aliás: fluxo articulado na fala dele) foi o ponto desorganizador principal da trajetória pessoal. Getúlio se mostrou um sujeito sem um lugar no mundo, sem a condição de sobreviver para tentar compreender minimamente o fato inconciliável entre duas perspectivas antagônicas: aquela primitiva e rústica do sertão de um país periférico, aquela outra elaborada e avançada dos centros urbanos costeiros. Aliás, a descoberta da identidade dele foi ocasionada por uma espécie de epifania no momento mesmo da destruição, ao longo do qual um sertanejo bravo e a sua visão de mundo restrita a noções históricas já não usuais desapareceram inexoravelmente, em um deslocamento narrativo desmedido que foi do racional inicial ao irracional final. Para perceber este sentido estruturador, entretanto, a amostragem de episódios é agora necessária. Assim, o capítulo I do livro (pp. 9-28) foi construído de um modo sintaticamente bem ordenado entre as orações ou as frases: nelas, a preponderância foi de relações aditivas; algumas explicativas, outras adversativas. Como um aspecto característico, a raiva espontânea do sargento pelas condições péssimas da viagem. O capítulo II (pp. 29-40) foi feito de uma forma ordenadamente sintática, especialmente pelas relações aditivas, apresentando um aspecto mais memorialístico do que narração presente. Além disto, nele ficou explícito o ódio concentrado de Getúlio pela situação doméstica da traição, além de terem sido contados aspectos da infância dele. O capítulo III (pp. 41-60) foi possivelmente aquele temporalmente mais complexo, em que o episódio duradouro do bicho-de-pé esteve no centro; ele foi também aquele estruturalmente mais difícil, em razão dos diálogos em discurso direto com Amaro e com Nestor, afora as falas do preso político igualmente diretas. Por outro lado, o discurso indireto de outras personagens foi repassado aos leitores pela fala do sertanejo. O capítulo IV (pp. 61-86) foi realizado de uma maneira sintaticamente bem ordenada a partir de relações aditivas, explicativas, adversativas e, inclusive, concessivas. As falas do padre em discurso direto no início e no final foram pontuadas (neste ponto derradeiro, aliás, Getúlio respondeu também em discurso direto). No miolo, o relato da batalha na fazenda de Nestor, retomando o passado, foi exposto. Houve certas tentativas de interlocução com Amaro que, cansado, já não respondia. O discurso indireto do padre foi inserido pelo monólogo do sargento que, ao final, reafirmou a própria identidade para cumprir a missão. Ao longo destas cenas, surgiu a

hipótese de que a narrativa pareceu se tornar elíptica em muitos pontos, sem a complementação do raciocínio getulino.

Um dado importante foi o fato de que, nos capítulos IV e V, não houve viagem, pois o sertanejo, Amaro, o preso estiveram acomodados no sobrado do padre. Ainda sintaticamente bem ordenado, o capítulo V (pp. 87-101) apresentou relações majoritariamente aditivas e, em frequência menor, adversativas e explicativas. Durante o desenrolar dele, Getúlio percebeu as dimensões metafísica, eclesiástica, política, afetiva; finalmente, ele acabou por pontuar a relação verticalizada de dependência: o chefe e ele próprio. Uma fala do padre em discurso direto; um diálogo rápido entre o sargento e um dos emissários em duas falas justapostas de cada um deles; o monólogo interior englobando as falas de outros personagens: eis a estruturação básica. O capítulo VI (pp. 103-127), também bem ordenado na sua formatação sintática, mostrou relações aditivas e explicativas principalmente, além de algumas adversativas. A retomada da viagem foi necessária, só que a pé agora, até a chegada à casa de Luzinete, na qual foi narrado o episódio do roubo do armamento da delegacia. Ao final, a projeção de uma família fantasiosa encerrou todo um monólogo, pontuado por tentativas de interlocução, completamente crítico. Durante estas cenas, surgiu outra hipótese de que a narrativa pareceu se tornar repetitiva em pontos vários, desvelando um tipo de raciocínio getulino obsessivo. No capítulo VII (pp. 129-148), em um tipo de primeiro plano estrutural, as relações aditivas e explicativas e, em um tipo de segundo plano estrutural, as adversativas ajudaram a formatar ainda bem ordenadamente a sintaxe dele. No desenvolvimento narrativo, após as mortes de Amaro e de Luzinete em combate, Getúlio começou a viagem com o preso a pé. A narração da batalha na casa dela, retomando o passado recente, foi efetivada. Já ao final, aconteceu a retomada do monólogo com algumas tentativas interlocutórias com o capturado político. As cenas concatenadas aqui expuseram uma narrativa repetitiva e hiperbólica por causa do delírio do sargento. Em local de desfecho, o capítulo VIII (pp. 149-159), último do livro, esteve quase todo bem ordenado sintaticamente, afora a parte localizada bem ao final da narrativa. A preponderância nele foi de relações aditivas, seguidas de certo equilíbrio entre as adversativas e as explicativas. Assim, internamente, ocorreu a viagem pelo rio Sergipe e a chegada à Barra dos Coqueiros, onde o preso foi amarrado em um coqueiro. Estruturalmente, teve início um monólogo com tentativa de interlocução com o preso, depois do qual houve a projeção inventada de um diálogo derradeiro com o chefe político, em que Getúlio se mostrou consciente sobre a própria individualidade; bem ao final, um monólogo interior invocando a trajetória pessoal e radicalizado em um fluxo desestruturante da consciência do sertanejo aguerrido, expresso no discurso, plausivelmente representativo tanto

do fim do curso quanto da morte mesma dele. A falta do ponto final indicaria ortograficamente interrupção existencial abrupta possivelmente ocasionada pelos disparos seguidos dos representantes da força federal contra o sargento desmedido. Em termos tecnicamente linguísticos, a iteração foi o processo básico para a concatenação plana da narrativa, justamente pelo seu caráter primordial de encadeamento coordenador de ideias e de elementos sem o aprofundamento hierárquico das estruturas sintáticas. O princípio fundamental da mente getulina neste caso foi começar e continuar a emitir instâncias estruturais deste mesmo tipo ou parar tal processo. Por outro lado, a recursividade foi o processo avançado para a hierarquização profunda da narrativa, claramente pelo seu caráter principal de dependência dos níveis diferentes em relação às ideias e aos elementos com a profundidade hierárquica das estruturas sintáticas. Dentre estes dois modos construtivos de expressões, de orações, de frases, aquele mais complexo estruturalmente, o recursivo, alinhou encaixamentos à esquerda a partir de ramificações iniciais, encaixamentos à direita pelas ramificações finais, encaixamentos centrais devido às inserções normalmente mais regulares.

6) Segundo Objeto de Estudo: Análise Formal de Diário do Farol

Sendo o narrador o elemento principal da diegese romanesca, elemento este que por meio da sua enunciação auxiliaria de modo objetivo a construção da narrativa literária, o ponto inicial analítico feito aqui procurou apresentar uma reflexão crítica sobre o narrador da obra *Diário do Farol*, publicada no ano de 2002 pelo escritor baiano João Ubaldo Ribeiro, uma das referências literárias mais bem conceituadas e mais importantes dentre os escritores brasileiros consagrados. Tendo tal objetivo, três momentos diferentes de foco narrativo no que concerne à tradição literária romanesca foram analisados de maneira contrastante. Em um primeiro momento breve, houve, inicialmente, uma rápida abordagem teórica acerca do narrador do romance tradicional, em que ele se apresentava de maneira monológica. Em um segundo momento, igualmente breve, houve uma análise pontual dele em Dostoiévski, autor no qual o contexto narrativo tomou forma de polifonia, isto é, um tipo de ruptura formal da condução narrativa em comparação aos romances mais formalmente tradicionais. A partir daí, em um terceiro momento mais longo, o estudo crítico explorou estritamente o foco narrativo no livro *Diário do Farol*, enfocando a forma literária ao mesmo tempo em que resumia o enredo da obra. Esta, por sua vez, se mostrou um romance de teor sádico e maquiavélico, ao mesmo tempo em que foi fortemente influenciado por Hamlet: sádico porque o protagonista gozava o seu prazer pelo sofrimento alheio e, além disto, racionalizava a própria loucura para a efetivação dos seus objetivos; maquiavélico por ele ter negado a moral tendo em vista

superá-la e, assim, ter utilizado astutamente a religião para ludibriar a seu modo os seus opositores; e hamletiano uma vez que o protagonista era assombrado pelo pai, assim como o era Hamlet, afora a insanidade de ambos e a vingança que eles almejavam. Aliás, houve em *Diário do Farol* o recurso a outras referências a escritores e a pensadores que fizeram parte da formação intelectual e filosófica do narrador, como o do francês Michel de Montaigne (1533-1592) e do austríaco Sigmund Freud (1856-1939), além dos nomes do francês Marquês de Sade (1740-1814) e do italiano Nicolau Maquiavel (1469-1527) já citados anteriormente de forma adjetivada. Para iniciar a discussão a respeito do narrador de uma obra contemporânea específica, é interessante notar que o romance tradicional se configurou como um gênero monológico em que havia uma consciência unificadora narrativa muitas vezes de caráter autoritário. O narrador, distanciado verticalmente da narração, englobava a consciência de todas as personagens mediante a própria enunciação do seu discurso, sob o qual ele homogeneizava tanto a visão de mundo das personagens quanto todos os acontecimentos do enredo. Aqui a distância do narrador em relação à matéria narrada era estática e fixa a partir de um ponto de vista verticalmente onisciente, do qual resultava a visão de mundo dele. Na narrativa de Dostoiévski, existiu uma espécie de ruptura formal com o romance tradicional, sendo que a estrutura romanesca tomou forma de gênero dialógico ou polifônico. O discurso monológico-autoritário do narrador tradicional foi substituído pela instabilidade, aspecto narrativo cujo resultado se revelava no aumento da intensidade dramática do enredo. Assim, já não havia mais uma consciência unificadora: as personagens, por sua vez e cada uma a seu modo, foram constituídas em individualidades dotadas de particularidades, as quais se refletiam diretamente nos enunciados respectivos. Desta forma, o romance dostoiévskiano pôde ser caracterizado por uma tessitura oral em que a participação do narrador era mais efetiva de fato: portanto, em Dostoiévski, o romance se afigurou discursivo no sentido de que a urdidura das vozes era um aspecto primordial na construção do enredo, pois este entrecruzamento de vozes refletia um cruzamento discursivo-ideológico que desestabilizava completamente a posição demiúrgica do narrador tradicional.

Diferentemente dos exemplos acima citados, o livro de João Ubaldo Ribeiro apresentou ao público leitor um monólogo autobiográfico de um narrador-personagem cuja construção romanesca se afigurava circular. À onisciência passiva de uma narração na terceira pessoa, se contrapunha a subjetividade intimista de um narrador autodiegético, ou, em outras palavras, o foco narrativo mudou completamente. Tanto no romance tradicional quanto em Dostoiévski, havia mobilidade anônima de perspectiva do sujeito da narração, estritamente limitada na forma de narrar na primeira pessoa. Neste caso específico, a narração era

projetada a partir de uma consciência individual e, por esta razão, o modo de construir a narrativa era relativizado, criando, assim, uma tendência à prosa reflexiva pelo aprofundamento subjetivo. A estrutura da obra *Diário do Farol* seria, portanto, diametralmente oposta à do romance tradicional na medida em que o narrador perdeu nela o caráter de onisciência. Os três aspectos concernentes ao narrador foram modificados lá: o ponto de vista – também denominado foco narrativo – foi feito de um centro fixo como no romance tradicional, porém foi equilibrado horizontalmente em relação às demais personagens; a onisciência e a ubiquidade foram substituídas pelo enraizamento subjetivo; finalmente, tendo em vista estas duas características, o distanciamento estético do narrador perante o narrado foi encurtado significativamente e, com isto, o leitor também perdeu a posição ingenuamente contemplativa à qual estava subordinado pelo romance tradicional. Aliás, o rompimento da contemplação passiva do leitor por meio do narrador foi uma característica fundamental do livro do escritor baiano, peculiaridade que o afastaria de uma tradição literária de romances especialmente dos séculos XVIII e XIX, nos quais o processo de leitura era feito sem percalços. Na sua obra, João Ubaldo criou um narrador-personagem amoral com sessenta anos completos que relatou as suas memórias desde momentos da infância. O tom confessional da narrativa fez com que um tipo de intimidade literária, fortemente caracterizada tanto pela subjetividade quanto pela parcialidade do narrador, se manifestasse entre este e o leitor. No entanto, esta intimidade foi baseada na provocação e na dissimulação do sujeito da criação literária, embora ele afirmasse constantemente que o seu relato era absolutamente verídico. A estrutura discursiva da obra revelou uma simplicidade técnica exuberante, muito bem engendrada pelo autor baiano: o sujeito da enunciação – o narrador – se posicionou como um *eu* que analisava a sua vida de uma perspectiva temporal; ele expunha constantemente o seu relato a uma espécie de leitor ficcional denominado *você*, uma entidade narratória a que se dirigia o discurso do narrador por meio da qual ele atingiria o leitor empírico; assim sendo, o recurso ao *você* textual e, por isto mesmo, ficcional, era o intermediário entre o narrador e o leitor empírico. Além destas características formais, existiu outro aspecto de forma narrativa através do qual a parcialidade do foco do narrador-protagonista foi demonstrada: ele se utilizou preferencialmente do discurso indireto em detrimento do direto para repassar ao leitor as falas das demais personagens do enredo, fazendo com que os enunciados alheios ficassem subordinados ao seu próprio discurso.

Por meio da estrutura acima mencionada, o autor-narrador começou o livro por um preâmbulo reflexivo que visava a explicar as razões pelas quais o relato era escrito. Nesta introdução, tomou forma uma visão de mundo metafísico-niilista a partir da qual um ponto de

vista que negava sentido à vida de forma transcendental foi imposto ao leitor, o que fez com que o livro fosse entremeado pela narração propriamente dita e por digressões reflexivas. O narrador do relato teve, assim como Hamlet, a consciência da loucura, pois percebia o Universo incomensurável totalmente indiferente ao destino e aos problemas humanos. Houve, deste modo, uma tomada de consciência em relação ao absurdo da condição humana no Universo, condição entendida enquanto impossibilidade racional explicativa. A dimensão metafísica do romance, apesar de se transformar em um recurso de linguagem figurativa do qual emergia a ironia áspera do narrador para as suas digressões, acabou por revelar o desencantamento deste com o mundo. Após o preâmbulo, ocorreu a evocação da memória que trouxe ao narrador lembranças da infância: assim, uma das primeiras à qual ele teve acesso foi o momento em que o pai voltava a casa com o corpo da mãe debruçado à frente da cela do cavalo. A figura do pai, um coronel tirano que o reprimia e o violentava fisicamente, levou o menino a acreditar que o pai teria assassinado a sua mãe com o intuito de se casar, posteriormente, com a sua tia. Nesta passagem rememorativa, é necessário atentar para o fato de que, apesar dos maus-tratos recebidos e da constante humilhação sofrida, ao leitor não foi dada a certeza do fato do assassinato da mãe. Ocorreram, em contrapartida, apenas conjecturas por parte do narrador sobre a possível causa da morte. Desta maneira, houve apenas a versão de uma única fonte narrativa, embora esta, em diversos momentos ao longo do relato, tenha chamado a atenção para o caráter criteriosamente verdadeiro da história.

Algum tempo depois da morte da mãe, o coronel déspota acabou por se casar com a tia do garoto, o qual, por seu turno, não tinha onze anos completos ainda, mas já vislumbrava características que iriam moldar a sua personalidade. Morta a mãe, um dos poucos refúgios no qual havia sempre afeto, ele tomou então a decisão de ser mau durante um castigo em que deveria ler os dez Mandamentos no catecismo trancado no quarto. Durante o transcorrer desta cena, foi possível notar uma postura de autocontrole e de enraizamento subjetivo em face da solidão a que agora estava condenado e que iria nortear a sua vida a partir deste momento. Esta tomada de decisão foi acompanhada pelo surgimento da voz da mãe morta: na verdade, o ipê embaixo do qual ela fora enterrada farfalhando por causa do vento deu a impressão ao garoto de que este som se tornava, de forma gradual, o som da voz da mãe. Entretanto, a mãe não se constituiu em personagem ativa durante a narrativa: o autor baiano habilmente utilizou uma figura de linguagem denominada prosopopeia para invocar a mãe morta através da memória do filho e desta maneira a usou como símbolo de alteridade do narrador. Portanto, a figura da mãe representava uma das poucas fontes de afeto a que o protagonista se apegava para legitimar a própria vingança contra uma sociedade hostil desde o seu nascimento,

hostilidade encarnada principalmente na figura do pai. Assim, na medida em que a narrativa se desenrola durante o processo de leitura, a voz vai se tornando cada vez mais nítida para o narrador, fazendo com que este pusesse em dúvida a própria sanidade mental e questionasse a si mesmo se estaria ficando de fato louco durante as suas várias digressões intimistas ao longo do relato. Depois de o pai aniquilar os sonhos dele e após principalmente a tomada de decisão de ser para sempre mau, o jovem foi mandado ao seminário para seguir a carreira de padre. No primeiro ano de seminário, ele exercitou constantemente a dissimulação, o cinismo e a astúcia para consolidar o seu poder sobre os colegas. Estas características do narrador, cujo cultivo o levaram a um perfeito uso das máscaras sociais, perpassariam toda a trama do livro. Sendo assim, não houve por parte do narrador uma identidade estática relacionada com aspectos exteriores à sua própria individualidade; existiu, no entanto, identidades móveis habilmente dissimuladas nas relações sociais para alcançar objetivos pessoais. Agindo desta forma, ele se colocava acima até mesmo da ética e da moral: assim, na transcendência moral, em um estado de amoralidade no qual os objetivos representariam a razão em si, o narrador-protagonista vai solidificando as suas metas à medida que a narrativa avança. É possível até mesmo uma aproximação implícita com certo indeterminismo existencial e social, uma vez que João Ubaldo pareceu partir do princípio de que a sociedade tanto pode corromper negativamente seres humanos quanto pode moldá-los positivamente se fundamentando em um contrato social tácito entre um indivíduo e a comunidade em que ele esteja inserido. Em *Diário do farol*, o protagonista rompeu com a ética social sempre em benefício próprio, visto que ele era movido pela obsessão primordial de vingança contra o pai, ideia fixa que o levou a efetivar os seus objetivos ao longo do relato. Ele se revelou uma personagem trágica no sentido de que sabia que apenas uma vontade humana pálida seria insignificante perante o destino: seria somente pela obstinação dele, logo, que os seus planos puderam ser realizados, tendo em vista que pode existir mudança em uma trajetória humana única e exclusivamente pela vontade inexorável contra a tragédia do destino humano.

Transcorrido o primeiro ano de seminário, o jovem voltou à fazenda da família para passar as férias e pôde observar meticulosamente a rotina da casa. Além disto, conheceu a irmã e, de volta ao seminário, recebeu telegrama lhe avisando sobre o nascimento do irmão. A madrastra, por sua vez, morreu devido a problemas no parto. Em momentos de grande astúcia, o narrador vai contando pormenorizadamente – e, nesta passagem, os advérbios empregados revelaram a argúcia e a meticulosidade de uma mente na execução do plano – a forma para matar os meios-irmãos. Como previamente planejado, os irmãos foram mortos por meio de envenenamento e Ana e Rosalva, personagens secundárias as quais trabalhavam para a

família, foram acusadas e foram condenadas como o previsto. O pai, mesmo não podendo culpá-lo pela falta de qualquer prova concreta, manteve a suspeita em relação ao filho pela morte das crianças, após o que se deu a separação definitiva entre ambos. Definitivamente livre da sombra despótica do pai, ele pôde se afirmar individualmente como padre norteado pela Vaidade (característica da personalidade que mais prezava e que, por isto mesmo, aparecia sempre com a letra maiúscula durante o relato). A Vaidade do narrador o levou então ao gosto pelo poder. À medida que a sua reputação como padre crescia, o gosto pelo exercício do poder também se desenvolvia, fato cujo resultado foi a manipulação de situações devido ao seu próprio prestígio social que conduziu os seus opositores à humilhação. Sendo assim, ele costumava colher informações para delatar inimigos mediante a percepção de uma lógica institucional no seminário, a qual era reproduzida em outros setores da sociedade. À hipocrisia das relações sociais, ele contrapunha a sua Vaidade, talvez a característica mais idiossincrática da individualidade dele, levando em consideração o ponto de vista. Ademais, o padre possuía dois objetivos peremptórios para a sua vida: o primeiro, principal, matar o pai para vingar o suposto assassinato da mãe pelo pai; o segundo, circunstancial, o acerto de contas com Maria Helena, única mulher por quem tinha momentaneamente se apaixonado e por meio da qual experimentou a desilusão. Maria Helena, na verdade, o decepcionou na sua não reciprocidade amorosa e, por consequência, atingiu diretamente o que lhe era mais caro: a Vaidade. Na busca pela efetivação destes dois objetivos, ele reconhecia que o acaso de fato poderia existir, mas acabou o negando, pois a imprevisibilidade da vida poderia acarretar o fracasso dos seus planos. Inescrupuloso ao limite, o narrador apenas fez menção ao período da Ditadura Militar somente porque Maria Helena – de quem tinha se mantido amigo apesar da circunstancial frustração amorosa – pertencia a um grupo de esquerda. Por este motivo, ele decidiu colaborar com o grupo da moça apenas para ganhar a confiança dos componentes. Em outro momento que mudou a sua vida, recebeu a visita do coronel Siqueira e a do agente da Polícia Federal Moisés, representantes da nova ordem institucional. Depois de uma conversa com ambos, aderiu prontamente à Revolução (segundo os termos do próprio protagonista, pois tais termos indicavam a perspectiva formativa de um sujeito aliado dos militares) que resultou na Ditadura Militar sob o pseudônimo de padre Eusébio, primeira identificação do narrador à qual o leitor teve acesso e utilizada para entrar em contato com Siqueira via telefone. Assim sendo, teve início a trajetória como Eusébio e a consequente colaboração com os militares começou. O primeiro passo foi a infiltração do padre no grupo de esquerda ao qual Maria Helena e o marido pertenciam. Meses depois, ocorreu a prisão do grupo e começaram as sessões de tortura nas quais Eusébio descobriu o prazer de assisti-las. Mediante

concessões obtidas junto ao comando militar, ele conseguiu não somente assistir às torturas, como também delas participar. Desta maneira, acabou matando um dos líderes do movimento de esquerda de maneira extremamente criativa para um padre que se considerava acima do Bem e do Mal, em mais uma demonstração de liberdade individual em contraposição a condicionamentos sociais exteriores.

Colocado em liberdade junto com outros componentes do grupo, passados mais de dois anos em convivência nas reuniões, o protagonista foi transferido então para uma nova paróquia. Lá recebeu a notícia da quase morte do pai por derrame cerebral, fato que o impeliu a se licenciar da paróquia em virtude do estado de saúde deste, agora já sem poder se mover ou falar. Em uma cena em que encontrou o pai completamente debilitado na cama, o filho aproveitou o momento a sós entre ambos e tomou a palavra para finalmente concluir a vingança tão almejada: a fala foi proferida em versos, constituindo uma espécie de poema catártico de vingança. No final dos versos apoteóticos, o narrador descreveu a forma pela qual matou o pai, verdadeiro algoz da sua existência. Nos primeiros meses subsequentes à morte do pai, um vazio existencial acabou o assolando, porém o acerto de contas com a mulher que o tinha rejeitado ainda estava por acontecer. Tendo em vista que ele era agora filho único e, portanto, único herdeiro dos bens do pai, ele estrategicamente distribuiu os seus bens com o intuito de que tal ato parecesse caridade; por meio desta benfeitoria, almejava assumir a postura com a qual o grupo de esquerda cristão de Maria Helena concordava. A esta altura do relato, o protagonista já usava a sua identidade como padre Eusébio perfeitamente, sendo ela também outro símbolo de alteridade além da voz da mãe. Se bem lido, o movimento narrativo explicitou que as faces sociais múltiplas da mesma personalidade eram dissimuladas argutamente nas relações: de um lado, o padre torturado vítima da repressão militar por ter contribuído com um grupo revolucionário de esquerda; de outro, Eusébio, a figura encapuzada que tinha desenvolvido um gosto tamanho pela tortura e que agora ansiava por fazer o acerto de contas com Maria Helena. Assim, para executar o seu segundo objetivo, ele mentiu sobre a falsa periculosidade de Maria Helena e do marido dela ao coronel Siqueira. Este, confiando plenamente na palavra do padre, lhe concedeu o direito de eliminá-los como bem quisesse. Com total liberdade para tratar dos presos à sua maneira, o protagonista contou então como entrou no quarto onde estavam Maria Helena e o marido, envergando a sua batina, desta vez sem usar o capuz para ser devidamente reconhecido por ambos. Ele ordenou assim que os colocassem amarrados a dois catres: “[...] ele de barriga para baixo [...]” – cuja incumbência ficou a cargo de um dos torturadores mais hábeis para sodomizar presos –, “[...] ela de barriga para cima e com as pernas abertas [...]” (RIBEIRO, 2002, p. 297) – por cujo

cuidado especial, obviamente, ele jocosamente se responsabilizou. Aqui não seria difícil para o leitor imaginar o que foi feito do casal: a saber, em um resumo breve, mas eficaz: foram humilhados, estuprados e mortos. Mediante a narração desta última passagem do livro, segundo a qual foi narrada a derradeira vingança do protagonista amoral, a articulação da narrativa pareceu pretender criar um tipo de catarse sádica, assim como aquela que tinha sido criada no momento do assassinato do pai déspota, ambas sendo as passagens narrativas cruciais da obra através das quais se vislumbraria o clímax romanesco. Posteriormente a este último ato, no qual foi mencionada a ideia da construção do farol – denominado pelo narrador Lúcifer, “O Que Traz A Luz”, e símbolo de interpretação totalmente individual – em uma ilha não muito importante onde o protagonista passaria a sua vida depois de concluídos os seus objetivos, o autor anônimo encerrou o seu *Diário do Farol* sem muito apego à vida, mas acabou ressaltando que a sua Vaidade foi devidamente satisfeita durante o desenvolvimento dos acontecimentos narrados.

Entretanto, depois de analisado o livro de João Ubaldo Ribeiro, sem dúvida um dos grandes romancistas contemporâneos, é preponderantemente necessário atentar para um pequeno detalhe estruturante cujo emprego poderia colocar em dúvida todo o caráter verídico do relato e, em decorrência disto, colocaria em suspenso também o próprio discurso narrativo: a epígrafe do livro, onde se lê “Não se deve confiar em ninguém”. Ora, se o autor-narrador-protagonista da obra a começou com os dizeres anteriormente referidos, é claro que ao leitor caberia duvidar primeiramente daquele ser ficcional responsável por conduzir a narrativa, ou seja, duvidar do próprio narrador da obra e deste modo desestabilizar o sentido autoral dela. Assim sendo, ao colocar tal epígrafe na sua obra que fez com que os leitores dela duvidassem e, por consequência, questionassem o caráter verídico do “foi de fato assim que aconteceu”, João Ubaldo Ribeiro modernamente alcançou relativizar a antiga objetividade épica para lhe devolver o status de narrativa puramente ficcional, porém verossímil e passível de acontecer em contextos específicos. À imaginação do leitor foi deixada a tarefa de, reflexiva e simultaneamente, aproximar e expandir a própria fronteira limítrofe entre verossimilhança e verdade factual. Estimulado e provocado, o leitor poderia se sentir seduzido pela retórica persuasiva do narrador, uma vez que ela foi o elemento essencial para a construção do processo de leitura, fazendo com que aquele aceitasse a narração e se apropriasse do mundo ficcional proposto pelo último. Deste modo, o autor baiano criou um narrador verossímil justamente por este conduzir a lógica da ficção; no entanto, ele não pôde ser considerado confiável por partir da premissa de que não se deveria confiar em ninguém. Assim, a conclusão do trabalho crítico proposto aqui foi a de que o narrador de tal obra brasileira

contemporânea não foi digno de confiança em face do público leitor. Enfim, suspendidas tanto a veracidade objetiva quanto a tentativa de representação dos dados concretos da narração provenientes do romance tradicional, o livro *Diário do Farol* do escritor baiano chegou a uma formulação literária crítica pela amostra subjetivíssima de um relato individual, relato este por meio do qual o autor baiano procurou desnudar o ser humano de visões reconfortantes e de concepções idealistas a respeito da sua própria natureza.

Se lidas de maneira apropriada, as formas pelas quais o narrador-protagonista se referia ao próprio livro – “narrativa” (pp. 9, 11, 22, 99, 145, 180), “relato” (pp. 9, 17, 22), “estas páginas” (pp. 20, 180, 183), “livro” (pp. 179, 181, 184), “projeto pessoal” (pp. 180, 181), “diário” (pp. 183, 184) – revelaram ser índices de elaboração da autoria fictícia, afora a inserção da epígrafe já referida. As duas declarações sobre ele não ser escritor profissional – “[...] não sou escritor profissional e tenho até uma certa satisfação em deixar isto bem patente, porque mostra que qualquer um pode escrever um livro [...]” (p. 21); “De novo me alegro por não ser escritor profissional ou romancista escravizado à produção dos livros de que precisa para manter-se [...]” (p. 145) – ajudaram a relativizar a própria posição autoral e a desmistificá-la pela postura crítica no tocante ao âmbito da produção intelectual. Em direção estruturante complementar, houve a utilização de muitas formas clichês e retóricas ao longo das páginas, as quais poderiam indicar previsibilidade e poderiam apontar para a verossimilhança da narrativa, pois elas estariam de acordo com o estatuto não profissional do autor-narrador-protagonista; a saber: “até porque”, articulador mais usado na fala do que em textos escritos, na obra ele foi muitas vezes colocado para subordinar orações em matrizes complexas em momentos frequentes da narrativa; “[...] não vou me dar ao trabalho de explicar [...]” (p. 12), expressão clichê indicadora de arrogância intelectual; “Um farol é apenas um farol [...]” (p. 16), definição tautológica; “Querer não faz nenhuma diferença.” (p. 20), banalidade indicativa da impossibilidade da vontade pessoal frente à insignificância humana; “[...] jogar uma cartada sem volta [...]” (p. 23), chavão indicador da imprevisibilidade da vida; “[...] esboçar uma descrição mais clara [...]” (p. 26), justaposição consagradíssima entre o advérbio e o adjetivo utilizados; “[...] minha memória se embaralha [...]” (p. 26), articulação clichê entre sujeito, pronome reflexivo, verbo; “[...] pela primeira vez em minha vida [...]” (p. 28), ênfase retórica quanto à memória; “[...] queriam ver-se livres dela [...]” (p. 30), desejo expresso pelo exagero; “[...] da melhor forma possível [...]” (p. 31), duplicidade adjetival banal; “[...] horas a fio [...]” (p. 31), noção temporal consagrada; “[...] eu não seria jamais exceção a essa regra [...]” (p. 32), colocação de locução comum; “[...] engoli em seco [...]” (p. 45), expressão trivial indicadora de modo; “[...] devoção ardorosa [...]” (p. 50), qualificador

previsível, em especial pelo contexto eclesiástico (narrador padre); “[...] tirano perverso [...]” (p. 50), aproximação quase repetitiva entre os dois termos; “[...] verme desprezível [...]” (p. 50), designação hiperbólica; “[...] o preço que os outros pagariam [...]” (p. 51), hipérbole derivada da noção econômica; “[...] mais tempo, menos tempo [...]” (p. 57), noção temporal relativa pela repetição entre os elementos; “[...] verdadeiras declarações de amor [...]” (p. 60), antecipação enfática batida do adjetivo; “[...] mesmo os mais devotos tinham algum ponto fraco [...]” (p. 61), lugar-comum para especificar traços idiossincráticos; “[...] como que grafado a fogo em minha mente [...]” (p. 61), expressão banalíssima a modificar o adjetivo; “[...] a vida lá fora [...]” (p. 63), noção espacial pouco específica; “[...] dar uma escapulida a esse local [...]” (p. 63), junção verbal demasiadamente coloquial; “[...] para não correr o risco [...]” (p. 63), expressão verbal modestíssima; “[...] dar um jeito de lembrar [...]” (p. 63), coloquialismo sintático; “[...] o que menos se podia aproveitar [...]” (p. 65), aproximação trivial entre os verbos; “[...] é a pura verdade [...]” (p. 69) antecipação retórica e banal do qualificador; “[...] nunca achei o pobre-diabo do pároco uma boa pessoa [...]” (p. 69), duplicidade estereotipada para referir o vigário; “[...] todos mentem de uma forma ou de outra [...]” (p. 70), formulação absolutamente batida; “[...] o fato mais marcante [...]” (p. 71), concatenação batida entre substantivo, advérbio, adjetivo; “[...] ela não perdia por esperar [...]” (p. 75), expressão informal deflagradora de ressentimento; “[...] dei de cara com um livro [...]” (p. 76), construção figurativamente pobre a expressar surpresa; “[...] volta e meia [...]” (p. 78), informalidade a indicar eventualidade; “[...] não correr tanto o risco de chamar a atenção [...]” (p. 80), duplicidade de expressões clichês, aumentando o sentido coloquial do todo; “[...] o coração batendo às pressas [...]” (p. 90), ênfase fisiológica metaforizada a mostrar nervosismo; “[...] nada de brincadeiras [...]” (p. 90), inserção assaz popular.

Estendendo a sequência de tais processos linguísticos, a continuação detalhada da análise ainda mostrou os seguintes: “Uma a mais, uma a menos [...]” (p. 94), noção retoricamente inexata; “[...] com toda a paciência [...]” (p. 95), expressão hiperbolizada; “[...] se metesse isso na cabeça [...]” (p. 97), clichê figurativo; “[...] sob hipótese alguma [...]” (p. 98), construção enfática trivial; “[...] bilu-bilus [...]” (p. 100), representação escrita de brincadeira infantil; “[...] nunca tive um escorregão sequer [...]” (p. 100), ênfase retórica; “[...] precisão de um relógio suíço [...]” (p. 101), expressão proveniente do senso comum; “[...] matar com rapidez um animal de grande porte [...]” (p. 106), complemento batidíssimo do substantivo; “[...] noites passadas em claro [...]” (p. 107), definição usualíssima; “[...] o que me dava intenso prazer [...]” (p. 112), antecipação clichê do qualificador; “[...] embora não tivesse a menor vontade [...]” (p. 112), segmento concessivo banalizante; “[...] espalhou-se

como uma baforada de fumaça de cigarro [...]” (p. 112), imagem sensorial coloquial; “[...] poderia ter me pegado com a guarda baixa.” (p. 116), aproximação imagética tautológica; “[...] um jeito que não chamasse a atenção de ninguém [...]” (p. 120), cacofonia entre os sons assonantes; “[...] coração mole [...]” (p. 122), estereótipo romântico; “[...] socorrer alguém em dificuldades.” (p. 122), uso banal do verbo e dos complementos; “Não poupei ninguém que me causou problemas [...]” (p. 126), inserção enfática de maneira estereotipada; “[...] eu já tinha prometido a mim mesmo que acertaria minhas contas com ele.” (p. 126), revanchismo batido; “Não tinha nada contra o colega [...]” (p. 126), aceitação retoricamente direcionada; “[...] a língua, já solta por natureza [...]” (p. 126), sinédoque comuníssima; “[...] o reitor contava comigo para tudo [...]” (p. 127), expressão exagerada indicando confiabilidade; “[...] parecia estar fora de cogitação [...]” (p. 127), impossibilidade trivial; “[...] ou qualquer coisa desse errado.” (p. 132), justaposição entre o verbo e o complemento batida; “Virgílio era um tagarela [...]” (p. 134), lugar-comum a mostrar traço característico; “[...] na pessoa do pobre Virgílio [...]” (p. 134), antecipação esperada do qualificador; “[...] receber um pontapé na bunda [...]” (p. 134), expressão demasiadamente coloquial; “[...] um cafajeste como ele [...]” (p. 135), traço de caráter recorrente; “[...] um lance de mestre que eu dera, uma espécie de morto-vivo.” (p. 135), duplicidade banal dos complementos usados; “[...] certas coisas não entrariam na minha cabeça.” (p. 136), imagem demasiadamente consagrada; “[...] embora poucas pessoas parem para pensar nisso.” (p. 136), concessão a revelar imagem trivial; “Não é à toa que [...]” (p. 137), locução batidíssima; “[...] olhares provocantes [...]” (p. 139), caracterização reducionista; “[...] eu sempre me fazia de desentendido.” (p. 139), noção óbvia demais; “[...] qualquer tropeço meu [...]” (p. 139), figuração extremamente clichê; “[...] eu podia contra-atacar mortalmente [...]” (p. 139), colocação adverbial usual; “Não ligo para o que você pensa de mim [...]” (p. 141), expressão consagrada pelo senso comum.

Finalizando a sequência de formatos clichês e retóricos, a continuação detalhada da análise ainda revelou: “Tive, muitas vezes, de reunir forças [...]” (p. 144), complemento verbal batidíssimo; “[...] sempre fui estudioso e tive facilidade em aprender.” (p. 145), orações usualmente postas juntas; “[...] tive a habilidade de, como se fala, dançar conforme a música.” (p. 146), incorporação à narrativa de clichê; “[...] arranquei lágrimas dos presentes e menti tão descaradamente quanto alguém pode mentir na vida.” (p. 147), duplicidade de hipérbolos triviais; “[...] entregue às moscas [...]” (p. 148), expressão caracteristicamente popular; “O reitor aceitou prontamente a sugestão [...]” (p. 152), complemento verbal corriqueiro; “[...] eu tranquilo e sereno.” (p. 152), qualificadores normalmente vistos lado a lado; “[...] só servem para engambelar a maioria [...]” (p. 156), noção popularíssima; “[...] olhos azuis e feições

angelicais.” (p. 156), imagem altamente romantizada; “[...] já se havia tornado uma espécie de moda na cidade [...]” (p. 157), elaboração batidíssima; “[...] bancar o santarrão [...]” (p. 158), expressão coloquialíssima; “[...] iniciou-se assim uma série de encontros cada vez mais ousados [...]” (p. 158), inserção desnecessária da partícula *se* no verbo do começo; “[...] verdadeiros amantes.” (p. 158), antecipação adjetival batida; “O coração apertado [...]” (p. 160), metaforização romântica; “[...] ia perder de vez o fôlego e só a muito custo [...]”; (p. 160), exagero também romântico; “[...] dissimulada, calculista [...]” (p. 160), qualificadores normalmente sobrepostos; “[...] um brinquedo que perdera seu encanto [...]” (p. 160), aproximação figurativa banal; “[...] a maneira de encarar os fatos com a objetividade fria [...]” (p. 160), caracterização completamente trivial; “Cheguei a falar baixinho [...]” (p. 162), diminutivo absolutamente recorrente; “[...] era mais do que natural.” (p. 163), noção exageradamente coloquial; “[...] toda aquela palhaçada [...]” (p. 163), termo usualmente pouco específico. Após toda esta tentativa seletiva de enumerar e de classificar algumas das formas clichês e retóricas utilizadas pelo narrador-protagonista anônimo do farol, importante mencionar o fato de que todo este esforço analítico foi possível da página nove à página cento e sessenta e três, indo do começo da narrativa à metade dela portanto, abarcando da primeira à décima-quinta parte. Além desta seleção dos formatos corriqueiros, um detalhe formal fundamental foi o de que o enfoque narrativo na primeira pessoa anônima foi contraposto e rebaixado pelo discurso direto do patriarca-fazendeiro; por causa da influência patriarcal negativa e dos ambientes sociais hostis a que ele teve acesso desde a infância, o narrador acabou desenvolvendo certa retórica argumentativa defensiva pelo conhecimento privado e público de tais relações. O proprietário-fazendeiro pautava o tratamento das suas relações pessoais e sociais sob um tipo de vínculo forçado, obrigatório. Daí a escrita de um diário pessoal cuja superfície sintática apresentou, de modo geral, sobreposição de argumentos, paralelismos de orações ou de frases, repetições e reiteraões de termos, gradação de expressões; como efeito nos leitores, a possibilidade de catarse e de persuasão pelo viés memorialista, autobiográfico, confessional do relato, cuja função básica buscou persuadi-los.

Se a visada de conjunto em relação à estruturação da narrativa for possível, principalmente agora pelo afastamento dos detalhes narrativos miúdos e dos formatos clichês e retóricos já abordados antes, em busca de uma perspectiva textual mais global, muito provavelmente um movimento construtivo retórico de organização sintática oblíqua fosse perceptível ao longo das páginas do livro. Neste sentido amplo, uma relação finíssima e muitíssimo bem articulada entre o discurso do narrador anônimo e a situação psicológica dele, ou ainda, entre a fala e a experiência dele foi percebida pelo processo de leitura e pelo viés

crítico aqui tentados. Assim, no começo do livro, pareceu vir à cena literária uma personalidade unívoca expressa em desenvoltura retórica, cujo nível de normalidade e de sanidade mentais seria problematizado ao longo do desenrolar narrativo. O aspecto psicológico do sujeito da narração complexificou o percurso trágico dele rumo à consumação dos seus objetivos pessoais, especialmente no tocante à obsessão monomaníaca dele pelas mortes do patriarca despótico e da frustração amorosa. Como fatores ainda mais complicadores, as mortes dos meios-irmãos, aliadas à introjeção subjetiva e ao enrijecimento característico em razão do passado corrompido e castrador, aceleraram o movimento vingativo, pois o protagonista psicótico entendeu a própria solidão e a crise inevitavelmente o envolveu. O caos mental dele se manteve implícito narrativamente nos acontecimentos selecionados que ele próprio escolheu para narrar gradualmente, daí também a interiorização do conflito existencial representado especialmente pela morte do pai algoz, motivador e organizador principal da trajetória pessoal. O narrador anônimo se mostrou um sujeito sem um lugar no mundo, embora com a condição de sobreviver solitariamente em uma ilha isolada para tentar compreender minimamente os fatos inconciliáveis da sua vida conflituosa, dentre os quais vieram à tona uma visão desalentadora da infância violentada, outra sutilmente estratégica devido às instituições sociais, outra ainda coercitivamente repressora por causa do regime político de exceção. Como base social, o antagonismo entre a rusticidade das relações do interior em um país periférico e certa sofisticação elaborada e avançada dos centros urbanos costeiros. Aliás, o encobrimento da identidade dele foi estabelecido habilmente ao longo de parte considerável da narrativa, pelo menos até ao momento da identificação dele como o torturador encapuzado. Uma espécie de momento apoteótico emergiu no encontro crucial em que a aniquilação do patriarca fazendeiro foi consumada, do mesmo modo que outro momento climático também surgiu na sessão de tortura derradeira em que foram mortos Maria Helena e o marido; ambos os episódios em relação aos quais o deslocamento da narração e a visão de mundo foram erigidos, intercalando etapas mais fluidamente narrativas com outras mais digressivamente suspensas. Para perceber este sentido estruturador, no entanto, a amostragem de episódios é agora necessária: assim, a obra foi composta em trinta segmentos formadores de um tipo de diário, a partir do qual o autor empírico João Ubaldo Ribeiro configurou um autor-narrador fictício para estruturá-lo. A primeira seção do livro (pp. 9-24) apresentou um preâmbulo sintaticamente sinuoso, no qual foi sendo construída pouco a pouco uma visão autoritariamente argumentativa com a contraposição de argumentos imaginados pelo autor fictício no tocante aos leitores supostos. Aqui a preponderância foi das relações adversativas entre as orações ou as frases; outras explicativas, outras ainda

alternativas. A segunda (pp. 24-35) estabeleceu uma retomada da infância pela memória e expôs paulatinamente as lembranças; as relações adversativas e as explicativas foram recorrentes, bem como outras concessivas também apareceram. A terceira (pp. 35-49) foi um diálogo entre o narrador, o pai, a tia Eunice definidor da situação dele enquanto padre. Ocorreram as falas em discurso direto do pai, da tia, dele mesmo, assim como a retomada em discurso indireto das falas do pai; internamente, equilíbrio das relações adversativas, explicativas, concessivas. A quarta (pp. 49-58) foi aquela em que o narrador tomou a sua decisão de ser mau durante um castigo. Primeiramente, houve o discurso indireto da voz da mãe inserido na narrativa; depois, o discurso direto dela exigindo vingança. Em maior grau, as relações foram adversativas; em menor grau, elas foram explicativas.

Seguindo a segmentação formadora da obra de João Ubaldo Ribeiro, a quinta parte (pp. 58-66) foi um relato inicial sobre a vida de seminarista com observações a respeito do ambiente social cotidiano. Foi feito o uso de discurso indireto para repassar a fala de personagens do seminário; além deste recurso formal, também houve suspensão da narração pelos comentários realizados. Sintaticamente, equilíbrio entre as relações adversativas, explicativas, concessivas. A sexta (pp. 66-76) expôs as primeiras férias dele tiradas do seminário e o encontro com a irmã. Formalmente, a incorporação à narrativa de resquícios da fala do pai e do pároco e o diálogo dele com o pai em falas diretas de ambos fizeram parte da estruturação. Em grau maior, estiveram as relações adversativas; em grau menor, as explicativas e as concessivas. A sétima (pp. 76-88) narrou o retorno dele ao seminário e as terceiras férias e o encontro com o irmão. O discurso indireto do pai, da voz da mãe, de Rosalva surgiu; o diálogo em falas diretas com o pai e com Rosalva também. Equilíbrio das relações adversativas, explicativas, concessivas. A oitava (pp. 88-100) desenvolveu o plano estratégico para matar os meios-irmãos. O discurso indireto do pai e da voz da mãe foi inserido na narrativa. Equilíbrio entre as relações adversativas e as explicativas; em menor grau, as concessivas. A nona (pp. 100-106) foi aquela tanto do recebimento da notícia da morte dos irmãos por envenenamento quanto da viagem dele à fazenda. O discurso indireto do pai e da voz da mãe foi integrado à narrativa. Equilíbrio das relações adversativas e das explicativas. A décima seção (pp. 106-118) estabeleceu o reencontro com o pai após as mortes dos meios-irmãos. Os diálogos dele com a avó e com o pai em falas diretas foram transcritos, bem como o discurso indireto da voz da mãe foi igualmente. Equilíbrio entre as relações adversativas e as explicativas; em grau menor, as concessivas. A décima-primeira (pp. 118-125) relatou a expulsão dele da fazenda do pai, o recebimento de uma mesada e o começo da vida dele entre o seminário e a casa paroquial. Projeções narrativas de

acontecimentos futuros foram acrescentadas. Equilíbrio das relações adversativas e das explicativas; em menor grau, as concessivas. A décima-segunda (pp. 125-136) explorou a vida no seminário, a qual resultou em poderio dele. O discurso indireto do padre reitor e o diálogo com tal reitor em falas diretas foram inseridos à narrativa. Em primeiro plano, as relações adversativas; em segundo plano, algumas explicativas, outras concessivas. A décima-terceira (pp. 136-144) enfocou a vida sexual dele na casa paroquial com as beatas, casadas ou noivas. Alguns resquícios de discurso indireto das noivas foram integrados à narrativa. Equilíbrio entre as relações adversativas, explicativas, concessivas. A décima-quarta (pp. 144-156) foi a acareação com o seminarista Waldir a respeito do descarte de livros da biblioteca do seminário inventado pelo autor-narrador. O diálogo a partir de falas diretas entre o reitor e o narrador primeiramente; depois, entre o reitor, o narrador, Waldir; algum discurso indireto do reitor: estas três etapas basicamente relacionadas ao modo estruturado. Grau maior, as relações adversativas e as explicativas; grau menor, as concessivas. A décima-quinta parte (pp. 156-163) promoveu o início da relação do protagonista com Maria Helena. O discurso indireto dela e o diálogo dele com ela foram formalizados. No plano primeiro, as relações adversativas; no plano segundo, as explicativas e as concessivas. A décima-sexta (pp. 163-179) revelou tanto a paixão dele por Maria Helena quanto a negação dela, ou seja, a frustração amorosa. Dois diálogos com ela aconteceram: o primeiro, em público, durante uma festa popular; o segundo, reservadamente, no gabinete dele. Afora ambos, o discurso indireto dela aconteceu igualmente. Em grau maior, as relações adversativas; em grau menor, as explicativas e as concessivas. A décima-sétima (pp. 179-185) foi um tipo de interregno analítico e avaliativo sobre a produção já escrita anteriormente e projetivo sobre a produção ainda não escrita, daí a suspensão da narração para focalizar comentários sobre a própria narrativa. Equilíbrio das relações adversativas e das explicativas; algumas concessivas. A décima-oitava (pp. 185-194) contou a aquisição da paróquia de Praia Grande. O caráter narrativo foi um tanto digressivo, embora a narração dos eventos seguisse adiante. Em maior grau, as relações foram adversativas; em menor grau, elas foram explicativas e concessivas. A décima-nona (pp. 194-206) foi aquela em que o Golpe Militar veio à cena, assim como a possibilidade dele de se aliar ao regime dos militares. O caráter narrativo foi amplamente digressivo e argumentativo. O equilíbrio foi entre as relações adversativas e as explicativas; em grau bem menor, as concessivas.

Continuando a segmentação estruturante do livro de João Ubaldo Ribeiro, a vigésima seção (pp. 206-217) foi a do encontro dele com os militares e com os agentes da Polícia Federal; foi também a da prisão de Maria Helena e do grupo político esquerdista do qual o

narrador participava. O diálogo com um amigo próximo sobre a situação política em falas diretas e o discurso indireto de personagens secundários introduzido na narrativa: tal foi a base discursiva-estrutural. Equilíbrio das relações adversativas e das explicativas; de outro lado, algumas concessivas. A vigésima-primeira (pp. 217-229) delineou o diálogo definidor da situação futura e ele aderiu ao regime militar, junto ao qual exerceria uma função no serviço de informações. Tanto o diálogo com o coronel Siqueira em falas diretas quanto o discurso indireto do coronel e do agente Moisés foram encaixados na narrativa. Equilíbrio entre as relações adversativas e as explicativas; outras concessivas. A vigésima-segunda (pp. 229-234) foi o encontro com o bispo na arquidiocese para tratar da transferência dele. O diálogo em falas diretas com o bispo, além dos discursos indiretos do bispo, de personagens secundários, da voz da mãe, ajudaram a compor a cena literária. Em plano superior, as relações adversativas; em plano inferior, algumas explicativas, outras concessivas. A vigésima-terceira (pp. 234-242) esteve ligada aos festejos devido à transferência dele; ela também esteve relacionada ao encontro dele com o padre substituto na paróquia de Praia Grande. O caráter narrativo foi amplamente digressivo, ainda que a narração se desenvolvesse. Equilíbrio das relações adversativas e das explicativas; algumas poucas concessivas. A vigésima-quarta (pp. 242-253) marcou o início do trabalho e da carreira dele na arquidiocese, assim como efetivou o começo da colaboração com os militares. Foram realizados o diálogo em falas diretas com d. Wilma, a secretária dele, e o diálogo em discurso indireto com o coronel Siqueira. Equilíbrio entre as relações adversativas e as explicativas; menos frequentes em comparação com estas, outras concessivas. A vigésima-quinta parte (pp. 253-271) firmou a infiltração dele no grupo esquerdista de Maria Helena e a participação dele nas sessões de tortura. Formalmente, as falas diretas do próprio protagonista, os discursos indiretos de presos ou de torturadores colocados na narrativa, o diálogo em falas diretas com um dos chefes do movimento subversivo: estas as características estruturadoras básicas. Sintaticamente, equilíbrio das relações adversativas e das explicativas; logo após, menos frequentes, as concessivas. A vigésima-sexta (pp. 271-278) foi a da transferência dele para uma paróquia nova em um subúrbio; a do derrame cerebral do pai, que o deixou sem falas e sem movimentos; finalmente, a do encontro derradeiro com o patriarca, durante o qual o narrador o assassinou. Os discursos indiretos de empregados da fazenda e da voz da mãe foram encaixados na narrativa, bem como a fala direta do autor-protagonista em versos foi exposta em destaque. Em um primeiro plano, as relações adversativas surgiram; em um segundo plano, as explicativas e as concessivas tomaram lugar. A vigésima-sétima (pp. 278-285) intensificou o inventário dos bens do pai pelo filho, tendo em vista que este era filho

único, e propalou a distribuição caritativa de tais posses; por outro lado, ela igualmente pontuou o encontro dele com Maria Helena em que falaram a respeito do passado. O diálogo com Maria Helena em falas diretas e o discurso indireto da voz da mãe articulado no final: ambos os recursos formais usados. Em grau maior, as relações adversativas; em grau menor, as concessivas e as explicativas. A vigésima-oitava (pp. 285-296) foi, do início à metade mais ou menos, um trecho absolutamente digressivo sobre certo prazer estético da tortura e, da metade mais ou menos ao final, um retorno à narração sobre a prisão de toda base subversiva. O diálogo último em falas diretas com o coronel Siqueira foi formalizado. Equilíbrio entre as relações adversativas e as explicativas; não tão frequentes quanto estas, as concessivas. A vigésima-nona (pp. 296-301) relatou finalmente o encontro do narrador com Maria Helena e com o marido dela, no qual eles foram mortos. Reflexiva e digressiva no começo, logo houve diálogo entre o torturador e a torturada Maria Helena em falas diretas nesta etapa narrativa. No plano superior, as relações adversativas; no plano inferior, as explicativas. A trigésima e última seção do livro (pp. 301-302) concluiu brevemente em dois parágrafos a narrativa, ao longo dos quais foi trazida à tona a possibilidade de suicídio depois de efetivados os objetivos existenciais. As frases foram basicamente justapostas umas em relação às outras quase sem articuladores textuais, sendo que apenas uma relação adversativa foi encontrada bem ao final textual.

7) Síntese Analítica dos Dois Objetos de Estudo: a Comparação Histórico-Estrutural

Se aproximados comparativamente, é perceptível que a função conativa foi predominante, determinando a estruturação linguística dos dois livros no que diz respeito a um tipo de focalização parcial, orientada para os diferentes companheiros ao longo da viagem em *Sargento Getúlio* (em que o desempenho narrativo da primeira pessoa textual poderia ser encarado como áspero e como súplice), projetada para o *você* narratário em *Diário do Farol* (em que o comportamento narrativo da primeira pessoa poderia ser designado enquanto persuasivo e enquanto provocador). A construção das duas narrativas pelo escritor baiano pressupôs o estabelecimento de um *eu* enunciativo, visto que a condução da lógica interna foi realizada pela primeira pessoa em ambos, e o direcionamento para o destinatário, assim postulando a interlocução: no primeiro, havia variação de interlocutores durante o deslocamento geográfico (o monólogo radicalizado em um fluxo de consciência e expresso em fala aconteceu já no fim da trajetória de Getúlio, no momento em que a linguagem se desconjuntou e o sargento falou sem coerência); no último, havia uma entidade narratológica criada no texto, um *você* textual que servia enquanto destinatário (a biografia de um psicopata

foi ficcionalizada, ou seja, João Ubaldo Ribeiro delegou tanto a autoria quanto a narração da obra a um autor dramatizado nela própria). Assim, o nível diegético nas duas obras apresentou propulsores narrativos diferentes: naquela, o autor empírico João Ubaldo Ribeiro atribuiu a narração da própria trajetória ao sargento, sem a especificação quanto à elaboração formal de um livro; nesta, o autor empírico baiano repassou a narração da obra e a autoria ficcional dela a um autor-narrador fictício, portanto com a responsabilidade autoral quanto à construção formal de um livro. Se bem lidas, havia e há para o crivo crítico, portanto, um tipo de monopólio da narração em ambas as produções, com muito mais imediatismo e espontaneidade na primeira devido à presentificação dos acontecimentos, com muito mais espaçamento e reflexão na segunda por causa do distanciamento espaço-temporal (verossimilhança também nas duas). Comparativamente, de um lado, houve o uso de irracionalismo e de espontaneidade em *Sargento Getúlio*; de outro lado, houve a utilização de rememoração recorrente e de retórica argumentativa em *Diário do Farol*. Um ponto em comum entre as narrativas: a influência shakespeariana de Hamlet sobre elas: o monólogo (“Ser ou não ser”) enquadrado no interior da narração do sargento (“Levo ou não levo”), um tipo de recurso intelectual do autor com vistas a mostrar ao público leitor o dilema do personagem; o protagonista psicopata assombrado pelo pai, assim como o era Hamlet, afora a insanidade de ambos e a vingança que eles almejavam. Além deste ponto confluyente, a brutalidade do tratamento de Getúlio com o preso poderia ser vista como um tipo de figuração dos Anos de Chumbo – durante os quais o livro foi escrito – e como alusão à tortura ocorrida nos porões da Ditadura (aqui a tematização parece ter sido feita de maneira implícita por João Ubaldo). O sadismo do tratamento do narrador anônimo com os prisioneiros políticos poderia ser fixado como um tipo de figuração patológica durante os Anos de Chumbo (aqui a tematização parece ter sido realizada de forma explícita por João Ubaldo, embora sem referências diretas a datas).

Elencadas as referências aproximativas iniciais concernentes à estruturação interna, a perspectiva analítica procurou mostrar assim que, no período de 1930 a 1960, houve produção intelectual brasileira com vistas a entender a experiência do país à época e a sua inserção no contexto da expansão da sociedade de mercado. Neste sentido abrangente, autores como Gilberto Freire, como Sérgio Buarque de Holanda, como Caio Prado Jr., como Celso Furtado escreveram obras de interpretação do Brasil, nas quais existia um tipo de ciclo desenvolvimentista como cerne intelectual, cujos processos estruturais levariam o país do passado atrasado (do território fragmentado, da economia agrícola, da população rural) ao futuro desenvolvido (ao território integrado, à economia industrial, à população urbana). Já na

década de 1950, o Brasil passou por um processo de modernização rápido, chegando à era do consumo sem passar pelo momento crítico da industrialização. No ambiente intelectual, havia uma ideia de modernização quase lúdica implícita em um progresso inocente que apontaria uma possibilidade utópica de conciliação entre a cultura rural e popular urbana brasileiras com o nacionalismo-desenvolvimentista. O resultado desta conjunção seria, ideal e projetivamente, o Brasil da cultura erudita integrado ao Brasil do acervo popular. A síntese possível aqui mostrou que, depois do suicídio de Getúlio Vargas, as pretensões democráticas sociais e culturais (desenvolvimentismo, Cinema Novo, Bossa Nova, prosa sofisticada de Guimarães Rosa e de Clarisse Lispector) desprovinciaram o debate intelectual e prometeram um país integrado socialmente e relevante culturalmente. Já durante o período de 1960, apoiada pelos donos do poder civis, a intervenção militar encerrou as pretensões e os projetos democráticos e estabeleceu o argumento da autoridade, fato que impediu o desenvolvimento de debate público e que inviabilizou a formação de opinião pública. No governo de João Goulart, a partir de reformas de base e de mobilização à esquerda, o debate foi acirrado pela perspectiva da participação popular (Estética da Fome, Teoria da Dependência, teatro nacional-popular, Centro Popular de Cultura, tropicalismo, Método Paulo Freire de Alfabetização), fatos culturais que sugeriam um momento nacional conturbado e contraditório: de um lado, tal moldura mostrava os conflitos de uma modernização que planejou incluir mas que não incluiu as populações; de outro lado, ela também revelava a consciência crítica de que as desigualdades internacionais e os conflitos de classe nacionais eram complementares. A síntese possível aqui apontou um período democrático de 1945 a 1964, em que houve debate nacional-desenvolvimentista durante os governos de Juscelino Kubitschek, de Jânio Quadros, de João Goulart; o processo democrático modernizador foi interrompido pelo golpe de 1964, sendo substituído pela noção de modernização conservadora autoritária (esta também desenvolvimentista; contudo, não mais democrática).

Neste enquadramento histórico-social, o ponto de convergência da cultura brasileira representaria desta maneira, pelo ponto de vista contemporâneo crítico, a tentativa de elaboração formal pelos artistas brasileiros tanto das promessas de modernização democrática dos anos de 1950 quanto da efetivação autoritária de tal modernização a partir do ano de 1964. A partir desta conjuntura estrutural específica, retomando o começo deste texto acadêmico, a proposta teórica da minha pesquisa em particular foi a análise da representação e da formalização da violência e da crueldade pelo escritor João Ubaldo Ribeiro, nascido em 23 de janeiro de 1941, em Itaparica (Bahia), falecido em 18 de julho de 2014, no Rio de Janeiro. Como mencionado anteriormente, os objetos de estudo foram os romances *Sargento Getúlio*

(publicado no ano de 1971) e *Diário do Farol* (publicado no ano de 2002). O objetivo teórico foi então o estudo de processos de estruturação de dois textos literários específicos, com vistas à descrição e à interpretação de padrões narrativos neles presentes. O método analítico levou em conta principalmente o uso da primeira pessoa textual enquanto atitude discursiva, em uma projeção além da mera utilização gramatical enquanto recurso estilístico. *Sargento Getúlio* apresentou desta maneira irracionalismo e espontaneidade como pontos constitutivos da enunciação do narrador Getúlio de um lado, cujo resultado formal foi um tipo de monólogo/diálogo/fluxo de consciência na fala. *Diário do Farol* apresentou rememoração e retórica argumentativa como pontos estruturantes da construção da narrativa de outro lado, cujo produto formal foi um tipo de pseudomemorialismo perverso. Também como mencionado anteriormente, a comparação entre os narradores propôs deste modo definir posição social e atitude psicológica no contexto histórico anterior (início da década de 1950 em *Sargento Getúlio*) e subsequente da Ditadura Militar (Anos de Chumbo em *Diário do Farol*). A comparação estrutural entre as narrativas pressupôs aspectos formais de teoria e de crítica literárias como personagem-narrador (ambos os narradores autodiegéticos, ou seja, eles assumiam a condição de protagonistas e de condutores da lógica interna) e como ângulo narrativo (ambas as angulações submissas às arbitrariedades do poder). O resultado da aproximação indicou que tais narrativas constituiriam canções do carrasco, nas quais a brutalidade da enunciação dos discursos foi articulada à brutalidade da matéria narrada pelo engenho autoral. A sociedade nordestina patriarcal foi apreendida de pontos de vista diferentes pelo escritor baiano: em 1971, houve utilização formal de um narrador rústico, em 2002, houve uso formal de um narrador culto (os dois vítimas de violência que reproduziram a violência ao longo das duas trajetórias pessoais). Assim sendo, ambos os livros de João Ubaldo Ribeiro poderiam ser alinhados à tradição de narrativas rurais brasileiras, uma tradição que iniciou no século XIX e que adentrou nos séculos XX e XXI, caracterizada fundamentalmente pelo protagonismo de homens livres, pobres, dependentes e pela violência, além do patriarcalismo e da dominação pessoal, também presentes na configuração das obras. *Sargento Getúlio* e *Diário do Farol* poderiam ser inseridos em tal tradição sob enfoques estruturais diferentes e talvez complementares, uma vez que a posição social dos narradores era diametralmente oposta, pois Getúlio projetava o seu discurso rústico de baixo no momento da narração (ele era sargento e capanga), enquanto o narrador anônimo do farol projetava o seu discurso intelectualizado de cima no momento do ato narrativo (ele era filho de coronel).

No ângulo narrativo de *Sargento Getúlio*, se percebeu que a dominação pessoal e que a violência atuavam como princípios estruturadores da prosa, na qual operavam na enunciação

do narrador, no enredo, na caracterização geral. Getúlio projetou o seu discurso brutal em um meio no qual as relações sociais entre personagens eram baseadas na eliminação sumária. O discurso, as articulações de cenas, a caracterização de personagens foram pontos enfocados a partir da necessidade de sobrevivência em uma sociedade hostil, arbitrária, desordenada. O foco autoral de João Ubaldo Ribeiro possibilitou aqui a representação de um homem pobre e dominado pelo chefe político local, este um tipo de corruptor. Diretamente articulada ao ângulo narrativo, a trajetória pessoal de Getúlio revelou um sujeito persistente na tentativa de entregar um adversário ao chefe político local, mesmo após contraordens devido às forças federais e à imprensa. Getúlio se movimentava no sertão de Paulo Afonso (interior da Bahia, refúgio do adversário) às imediações de Aracaju (através do rio Sergipe). A motivação básica era o dilema existencial e identitário, uma vez que ele encarnou uma condição de duplicidade entre a ordem pública e a ordem privada. A constituição dele enquanto sujeito surgiu da junção entre a figura de sargento da Polícia Militar do Estado de Sergipe e a figura de capanga pessoal do chefe político local. A partir desta condição dupla, as questões existencial e identitária foram problematizadas pela consciência de Getúlio. Já no ângulo narrativo em *Diário do Farol*, se vislumbrou que a subordinação pessoal e a violência surgiam do passado do narrador enquanto experiência traumática e acionavam o enredo no presente, o qual revelou influência patriarcal maléfica. O narrador anônimo projetou o seu discurso retórico como uma forma estratégica de convencimento do leitor e de outras personagens. A retórica desenvolvida ao longo da formação dele foi um meio de lidar com um ambiente hostil e arbitrário ao extremo. Enquanto o discurso externo direcionado às relações sociais era engenhosamente equilibrado, o discurso direcionado ao público leitor era abertamente impositivo e provocador. O foco autoral de João Ubaldo Ribeiro viabilizou aqui a representação de um homem rico e dominado pelo pai, proprietário rural e coronel déspota. Diretamente articulada ao ângulo narrativo, a trajetória pessoal do narrador anônimo do farol revelou um sujeito em crise tanto em relação à instituição familiar quanto em relação às instituições sociais. Ele estava com 60 anos completos durante os Anos de Chumbo (o período mais repressivo da Ditadura Militar, de 1968 a 1974). A violência física e o constrangimento psicológico acompanharam a experiência traumática dele: na infância, durante o coronelismo da Primeira República (1889-1930); na adolescência, durante o seminário para a carreira de padre; na idade adulta, durante a Ditadura Militar (na qual o narrador se tornou torturador de presos políticos). A motivação básica era a vingança contra o pai algoz, impulso que mostrou uma faceta do protagonista de filho torturado a psicopata estrategista e torturador.

As angulações e as trajetórias pessoais e sociais dos dois narradores foram marcadas amplamente pela verticalidade da influência negativa da figura do coronel, que atingia estratos sociais diversos de maneira arbitrária (do sertanejo capanga limitado a uma consciência restrita aos valores não urbanos ao filho-família intelectualizado e consciente da pequenez e da mediocridade social rural). As relações sociais violentas e dominadoras pareceram naturalizadas no enfoque de ambos os protagonistas, assim como elas eram também mediações entre personagens. A trajetória pessoal de cada um dos narradores inserida em ambientes brutais e mesquinhos enformou focos narrativos restritos à experiência naturalizadamente violenta deles. O poderio político público (chefe da política local) e o poder privado doméstico (chefe da casa) eram projeções dominadoras da vontade despótica e patriarcal da figura do coronel. O enfoque em terceira pessoa estava em crise na literatura brasileira neste momento, isto é, a capacidade projetiva da perspectiva nacional-desenvolvimentista, a capacidade analítica do conjunto das promessas políticas, a estabilidade vertical do ponto de vista sobre a matéria narrada foram barradas pelo autoritarismo civil-militar. Aliadas a estas características estruturais, as visões ideológicas da opinião pública possível, parte da construção de focos narrativos apoiados em uma noção de país burguesa e progressista, foram substituídas pelo ponto de vista restrito de narrativas em primeira pessoa, pelo imediatismo aderente entre a voz narrativa e a matéria narrada, pela instabilidade horizontal da voz narrativa (casos de *Sargento Getúlio* e de *Diário do Farol*). O ponto de ruptura entre a possibilidade enunciativa ampla no enfoque em terceira pessoa e a efetivação enunciativa restrita no enfoque em primeira pessoa foi assim a brutalidade, característica estruturante das duas obras. A forma estética em *Sargento Getúlio* levou em conta deste modo o uso diretamente combativo, áspero, súplice da primeira pessoa textual não intelectualizada. A função conativa orientou o direcionamento do discurso para os diferentes companheiros ao longo da viagem, postulando a interlocução: havia lá variação de destinatários durante o deslocamento geográfico (Amaro e o prisioneiro); havia entradas para falas em discurso direto de outros personagens (Nestor e o padre); havia monólogo radicalizado em um fluxo de consciência e articulado em discurso, já no fim da trajetória de Getúlio, no momento em que a linguagem se desconjuntou e o sargento falou sem coerência, possivelmente o momento altamente dramático da sua morte. O resultado formal foi um padrão ordenado de monólogo/de diálogo/de fluxo de consciência no discurso, entremeado pela articulação das memórias passadas, da narração presente, do momento de intransitividade (a negação da identidade dupla e a afirmação da identidade de jagunço). Já a forma estética em *Diário do Farol* levou em conta, por sua vez, o uso indiretamente combativo, persuasivo e provocador

da primeira pessoa textual intelectualizada. A função conativa orientou o direcionamento do discurso para o *você* narratário: uma entidade narratológica criada no texto que visava à aderência dos leitores, rebaixando-os de todas as maneiras, entretanto. A biografia de um psicopata foi ficcionalizada: João Ubaldo Ribeiro delegou tanto a autoria quanto a narração da obra a um autor dramatizado nela própria. O produto formal foi um padrão digressivo de pseudomemorialismo perverso, um inventário das humilhações sofridas e da violência imposta, no qual havia distanciamento temporal das experiências traumáticas do passado.

A trajetória do narrador-protagonista em *Sargento Getúlio* se manteve praticamente no contexto rural ideologicamente restrito; este um percurso social mais retilíneo e menos diversificado comparativamente ao narrador anônimo do farol. No momento inicial da narrativa, Getúlio Santos Bezerra já era sargento de uma unidade de ação da Polícia Militar estacionada em Aracaju (Sergipe). Ele nasceu, cresceu, se desenvolveu no sertão, sendo que já havia trabalhado em uma feira de Laranjeiras quando criança, aliás, uma cidade em decadência. Foi para Aracaju ainda menino, local em que pôs farda após ter trabalhado como engraxate durante algum período. Casado e traído posteriormente, assassinou a própria mulher grávida, fato que possivelmente foi a razão para Getúlio ter se tornado cabo eleitoral do chefe político Acrísio Antunes da capital sergipana, um representante do Partido Social Democrático (PSD), escapando da condenação pelo crime bárbaro justamente por causa da proteção do mandatário. A mando deste, o encarregado sertanejo efetivou então mais de vinte mortes e, embora cansado, quase ao ponto da aposentadoria, aceitou a missão derradeira. O chefe político tinha mandado prender o líder opositorista de Ribeirópolis, cujo nome não foi informado, provavelmente um representante da União Democrática Nacional (UDN). Getúlio levou a cabo as ordens superiores: o momento de início da narração dele foi assim a viagem de volta à capital do Sergipe no velho automóvel Hudson Hornet dirigido pelo companheiro Amaro, juntamente com o preso capturado; nesta etapa narrativa inicial, eles se encontravam nos arredores de Paulo Afonso. O sargento sertanejo começou, portanto, o seu monólogo expositivo, com algumas tentativas pontuais de interlocução, na primeira pessoa no presente. Os acompanhantes na viagem eram Amaro, o motorista do carro, e o preso político, sem nome definido, ambos ouvintes da narração insistente. Orgulhosamente, o preso se recusava a falar; preocupado com as condições precárias da estrada, o chofer do Hudson, por outro lado, tampouco falava. Presumivelmente pela presença dos destinatários, havia no discurso narrativo uma organização bastante bem feita, em que se seguiam preceitos gerais para viajantes, apontamentos a respeito da viagem atual, relatos de fatos passados. Estes contados de maneira tradicional a partir da utilização dos tempos verbais perfeito e imperfeito.

Entretanto, do interior da narração pretérita emergiria a narração corrente, caso da passagem na qual um adversário político de Acrísio Antunes foi preso em um bordel de Itabaianinha. Depois de uma parada para o descanso do grupo, o capturado se encontrava amarrado; o direcionamento da fala contínua de Getúlio foi feito, deste modo, somente para Amaro, sendo que ela parecia se concentrar em si própria cada vez mais. O deslocamento deles continuou em frente até ao ponto da chegada à fazenda de Nestor Franco, local das ações seguintes. O encontro com Elevado (um emissário do chefe do sargento) foi narrado por meio de uma interrupção da sequência cronológica, daí interpondo tal evento ocorrido anteriormente. A situação política tinha se tornado mais complexa: a Polícia Federal veio buscar o raptado, cercando a fazenda de Nestor Franco. Partindo de um plano político mais abstrato, por isto mesmo incompreensível a Getúlio, Acrísio Antunes tinha estudado bem a maneira de agir sob a pressão do governo central: assim, ele aconselhou o encarregado subalterno a permanecer na fazenda, informando a polícia sobre o lugar, negando a ordem de aprisionar o adversário sequestrado, acusando o sargento de desertor. Na batalha sangrenta, Getúlio degolou um tenente e Nestor Franco, resistindo à ordem policial de entregar os hóspedes, possibilitou a fuga dos três.

Tecnicamente, o narrador passou a assumir um comportamento próximo à narrativa na primeira pessoa do presente ou do passado; por outro lado, alguns diálogos atuais ou pretéritos foram igualmente inseridos sem comentários dele; afora estas características, uma aparente desorganização espaço-temporal parecia em curso enquanto ele resolvia o problema dos seus bichos-de-pé. Getúlio coçava o dedo do pé já furado no momento em que Osonira Velha começou a gritar devido ao ataque do preso à filha do fazendeiro, ou seja, o relato dos eventos subsequentes ocorria ao mesmo tempo em que ele estava sentado à frente da casa extraíndo os bichos-de-pé. A dificuldade do protagonista em todo o desenvolvimento da trama era basicamente a falta de percepção dele em relação a quem narrar e a quando narrar os acontecimentos em curso. A viagem seguiu adiante após o confronto – contado em *flashback* desencadeado pela memória – na fazenda de Nestor Franco. Ela levou o trio à casa do vigário local em Japoatã: lá, Getúlio recebeu outros emissários, pistoleiros nesta ocasião, do chefe político, com os quais procurou negociar. Sem alguma solução aceitável, não tendo os matadores profissionais conseguido eliminá-lo, ele resolveu então partir com o companheiro Amaro para efetivar a entrega do capturado político em Aracaju. O carro no qual viajavam, contudo, não tinha mais gasolina, fato que os obrigou a realizar o trajeto a pé. Chegaram desta forma a Japaratuba, onde ficaram hospedados na casa de Luzinete (uma companheira ocasional do protagonista sertanejo, com quem ele se negava a casar). Getúlio e Amaro

tentaram um assalto à delegacia do local no intuito de roubar supostas metralhadoras escondidas, as quais não foram encontradas por eles. Ainda tecnicamente, a variabilidade em relação aos receptores do monólogo getulino esteve presente ao longo destas passagens críticas: ora objetivavam o preso estafado, ora o aliado de jornada, ora ainda a parceira sexual. O problema fundamental era que a força policial federal tinha cercado a casa de Luzinete, iniciando uma disputa violentíssima, encurralando assim os quatro personagens em uma emboscada. Como resultado fatal, a dona brava da casa e o aliado leal de jornada morreram, ele por causa dos disparos inimigos, ela ao trabalhar algumas dinamites que seriam usadas como bombas contra os adversários. Agora solitário, tão-somente com o raptado extenuado, Getúlio aprofundou em si mesmo o discurso narrativo e começou a delirar justamente pelas condições periclitantes pelas quais passava. O produto do delírio foi a criação de um tipo de família e de linhagem fantasiosas, afora a organização de uma espécie de exército igualmente fantasioso, cujo comandante chamado capitão Geraldo Bonfim do Cansação perseguia São Jorge pelos descampados do sertão de Sergipe. A consciência em conflito e em crise finalmente emergiu discursivamente, especialmente pela desarticulação espacial e temporal; no entanto, nos momentos determinados em que o preso político – o qual não era parte da realidade afetiva do sargento como o eram Amaro e Luzinete – ainda era alvo interlocutório da fala irreal getulina, alguma lucidez aparecia. Paulatinamente, a narração dele foi se desintegrando totalmente, desestruturando a própria logicidade e a própria racionalidade antes apresentadas, apontando para o fato de que ele estava em vias de deixar de existir. Apesar de não constar na sequência narrativa, Getúlio conseguiu escapar da casa de Luzinete com o capturado, ato depois do qual ambos seguiram descendo o rio Sergipe em uma canoa até chegarem à Barra dos Coqueiros, lugar no qual o sargento bravíssimo enfrentou a força militar que o eliminou definitivamente. Pela perspectiva narrativa, o sequestrado político possivelmente sobreviveu.

Tecnicamente, como comentário analítico derradeiro, as passagens finais carregavam projeções de diálogos imaginados que o sertanejo teria tido com Acrísio Antunes, além de elas impulsionarem a desintegração mental total do mandado bravo em direção ao fluxo de consciência final expresso pela desestruturação sintática decorrente, processo narrativo concomitante à morte dele. À parte o lado psicológico e narrativo, engenhosamente bem integrados textualmente, um ponto crucial de toda a trajetória global foi a modificação de perspectiva política ocorrida em meio ao deslocamento físico do trio viajante, mudança significativa indicadora de que o tempo tinha passado e de que a realidade tinha se transformado existencialmente para ele. Dois níveis de entendimento, o primeiro mais

abstrato e o segundo mais concreto, em relação aos quais a consciência getulina se debatia, ainda que somente a dimensão existencial fosse perceptível a ele. De acordo com as regras da época, segundo a forma tradicional das disputas nas regiões latifundiárias exploratórias do Norte e do Nordeste, o mandatário político de Aracaju Acrísio Antunes decidiu prender o líder político de Ribeirópolis. Neste intermédio, pressionado pelo governo federal interessado na normalidade das eleições, enquadrado pelas forças federais e pela imprensa oposicionista, Antunes negou a ordem de prisão e enviou o emissário Elevado na tentativa de contornar satisfatoriamente a situação complicada. Eis um dos pontos delineadores do conflito getulino, uma vez que Getúlio Santos Bezerra resistiu obsessivamente e acabou por degolar furiosamente o tenente Amâncio do próprio destacamento do qual o sargento fazia parte depois de uma ofensa pública vinda do primeiro sobre um fato domiciliar concernente ao segundo; esta ação em combate representou o elemento basilar contra o qual nada poderia ser feito ao sertanejo degolador em termos políticos mais arejados, pois ele tinha trucidado um componente hierarquicamente superior. Outro ponto da situação crítica getulina, este talvez definidor dela, foi o oferecimento do chefe político ao mandado do sertão através dos emissários a respeito da possibilidade de Getúlio desaparecer devido às complicações inesperadas. Contudo, a alternativa de fuga apresentada, portanto o contorno dos acontecimentos sem combate, não fazia parte do modo de pensar e da maneira de agir dele, a não ser que o cangaço ainda existisse, mas este não era mais o caso. Intuitivamente e existencialmente, ele sabia que pertencia a um espaço e a um tempo já passados, tanto que os seus métodos práticos e as suas expressões proferidas eram de outrora, como a degola de Amâncio ou como as qualificações pejorativas das forças federais regulares. Afora tal sentido de pertencimento, sabia inclusive que a dualidade entre ser Getúlio Santos Bezerra – um homem sertanejo rígido e integral possivelmente da República Velha, já historicamente defasada – e ser Getúlio/sargento da Polícia Militar do Estado de Sergipe – uma faceta social de um combatente submisso ao poderio político plausivelmente do Estado Novo – era uma forma de contradição irresolúvel a ele mesmo. Apesar do nível de consciência restrito quanto à esfera do poder superior, tinha adquirido e desenvolvido discernimento prático suficiente ao longo de todo o processo narrativo para compreender a tragicidade da própria trajetória: a destruição de um homem rústico do cangaço incapaz de adequação ao país modernizado dos centros urbanos da costa atlântica.

A trajetória do narrador-protagonista em *Diário do Farol* foi do contexto rural patriarcalmente mais fechado ao contexto urbano relativamente mais arejado, das relações coletivas invariavelmente conturbadas na família, no seminário, na carreira episcopal (já no

âmbito citadino) ao isolamento total em um farol localizado na ilha de Água Santa; este um percurso social mais sinuoso e mais complexo em comparação ao de Getúlio. O ponto importante então foi explorar um tipo de violência legitimada no cerne familiar e nas instituições corrompidas das quais ele fez parte ao longo da vida. O resultado foi um enfoque narrativo impositivo, arbitrário, despudorado, sem interesses políticos aparentes nem à direita, nem à esquerda, tão-somente as obsessões vingativas que enrijeceram a trama do livro. Ele era um filho de um coronel e era o herdeiro de uma casa-grande: aliados à carreira na igreja, tais traços característicos modelaram um foco narrativo sustentado por posições de classe retrógradas, instâncias representativas da vida à época, a saber: a arbitrariedade mandonista da mentalidade coronelística no tocante às relações sociais e a evasão recorrente da mentalidade eclesiástica em relação às condições políticas. Em algumas passagens determinadas da narrativa, foi estabelecida uma comparação pérfida entre o seminário e uma penitenciária, bem como foi apresentado certo desenvolvimento da capacidade de liderar e de articular engenhosamente com vistas a angariar poder em tal ambiente. O protagonista foi assistente na paróquia de Praia Grande inicialmente, lugar em que fez a observação do comportamento promíscuo do padre-chefe com as beatas e manteve também relações sexuais com as noivas que buscavam orientação religiosa, exceto Maria Helena, a única delas que rejeitou as investidas dele. Em virtude da morte do padre, foi eleito pároco do lugar posteriormente, cotado à carreira episcopal. Além destes fatos concretos, durante o desenrolar da narrativa foi possível uma aproximação entre o pai, coronel despótico, e o filho, herdeiro astuto: no contexto sócio-histórico daquele, o patriarcalismo encontrava suporte mais abrangente, inclusive na forma de organização estatal, daí o comportamento arbitrário explícito; já na conjuntura sócio-histórica deste, o país passava pelo processo de modernização, daí a verve dissimulada constantemente para alcançar objetivos sem mandonismo direto. O autor-narrador-personagem menosprezava amiúde a capacidade reflexiva dos leitores através do recurso ao narratário, aquele *você* construído textualmente; por esta operação técnica, ele se posicionava sempre superiormente e intelectivamente no embate contra o público leitor. A ponta de chegada do discurso memorialístico literário era instigada, já na largada da narrativa, bem como ao longo dela, a posicionamentos reflexivos inclusive sobre sanidade mental, ainda que ela estivesse nivelada à condição submissa e receptiva das demais personagens na fatura da obra. A fazenda na infância dele trouxe lembranças melancólicas sobre uma paisagem rural de natureza rústica, na qual havia uma casa-grande cujo varandão era muito longo, em uma descrição desencantada e degenerada, pois o lugar representava o espaço dos espancamentos sofridos; a partir de tais memórias, vinham à tona alguns trabalhadores rurais dispersos, sem

muita delimitação descritiva, dos quais Claudiomiro era o responsável pelos trajetos de ida e de busca na estação ferroviária, assim como Ana e Rosalva eram as agregadas da casa; nesta ambientação um tanto restrita, ocorria a dominação sexual ampla do patriarca coronel na sua propriedade com mulheres várias – espaço social descrito de maneira estereotipada, com noções advindas de uma mentalidade romântica apoiada no senso comum.

De outras passagens específicas da narrativa, emergiu uma crise surgida das relações internas em uma família patriarcal especialmente pelo fato da identificação afetiva do filho, o narrador do romance, com a matriarca morta logo no começo da narrativa, a mãe figurativamente presente; esta situação acabou por torná-lo, pelo ponto de vista do pai coronel, afeminado no comportamento, inapto para o cotidiano laboral rural, incapaz de levar adiante a própria propriedade campesina. À parte o núcleo familiar, a organização do seminário representava, já no âmbito social urbano, um local como uma empresa, tendo em vista constantes acirramentos individuais por causa de postos privilegiados na hierarquia eclesiástica, bem como por causa da necessidade de demonstrar carisma juntamente aos padres. A cordialidade social aparente do protagonista acobertava o seu cinismo convicto e a sua capacidade dissimuladora: aliás, tais características pessoais foram usadas defensivamente por ele nos momentos de violência e de abuso do pai na infância; posteriormente, elas foram utilizadas amplamente por ele nas relações sociais, embora ocultadas por comportamento aparentemente ético e enganosamente religioso, mas na verdade bastante corruptível, competitivo, oportunista. A mentalidade estratégica dele não visava ao enriquecimento financeiro, já garantido pela riqueza paterna, ela visava à manutenção de uma posição de poder privilegiada não mais proporcionada pela origem social tão-somente. O movimento diegético da narrativa, cujos pontos de representação foram basicamente a transição do arcaísmo rural conservador a formas produtivas mais modernas igualmente conservadoras, procurou sintetizar conclusivamente um país autoritário muito antes devido ao próprio contexto interno problemático do que devido às costumeiras críticas a um imperialismo difuso. Ainda no âmbito social urbano, agora já na capital durante a Ditadura Militar, o poderio político era então monopólio dos militares, sendo que a atuação efetiva do narrador perderia portanto a autonomia relativa que ele tinha no período da paróquia antiga. A função de um tipo de agente-duplo, infiltrado no grupo de esquerda de Maria Helena, foi a incumbência dele na ordem nova. O momento histórico ficcionalizado pela retórica impositiva do padre corrompido revelava, ainda que de maneira implícita, o colapso de certo populismo nacional, embasado pela agitação crescente dos setores populares e pelo exaurimento do paternalismo governamental proveniente de Getúlio Vargas. Daí o surgimento

de um golpe militar apoiado por um pacto entre as elites nacionais rural-arcaica e industrial-moderna. A continuidade dos estados físicos e simbólicos de violência e de brutalidade acompanhou a trajetória pessoal e social do protagonista desde a infância rural definitivamente tolhida pelas agressões paternas até à conjuntura urbana amplamente caracterizada pelos abusos estatais. Deste modo, construindo o ponto de vista de um psicopata anônimo, João Ubaldo Ribeiro procurou revelar ao público leitor uma noção de país moderno justapondo a tradição patriarcal degenerada e a modernização conservadora excludente; assim, enquanto o Brasil talvez tenha conseguido implantar tecnologicamente formas produtivas mais modernas no plano das relações somente materiais, ele certamente continuou a impingir o domínio patriarcalista à base de violência no plano das relações complexamente sociais, institucionalizando-a de forma ainda arcaica. Aliás, todo o resultado do processo narrativo de *Diário do Farol* pareceu exatamente este: a institucionalização da violência pelo desenvolvimento crítico do curso daquele sujeito narrador.

As duas narrativas analisadas metodicamente, descritas pontualmente, interpretadas comparativamente a partir de um ponto de vista simples, objetivo, formal constituíram enfim duas canções de carrascos extremamente violentos, nas quais os narradores expuseram ao público leitor tanto a enunciação dos seus discursos impositivos quanto a matéria narrada brutal com que lidavam. O enquadramento crítico os percebeu então como exemplos problemáticos de um tipo de patologia social sustentada pelo ressentimento pessoal de cada um deles, os quais se voltavam contra uma sociedade retrógrada, hostil, fechada de forma igualmente brutal no contexto histórico-social principalmente do coronelismo. As obras fizeram referência ao período da Ditadura Militar no Brasil diferentemente uma da outra pela época em que foram escritas e pelo modo de referenciá-lo: em *Sargento Getúlio*, lançado na década de 1970 durante os Anos de Chumbo, a maneira de tratar sobre os anos repressivos foi efetivada implicitamente devido principalmente à relação dual torturador-torturado de Getúlio com o preso político; em *Diário do Farol*, publicado no começo da década de 2000, a forma de abordar os tempos opressivos foi levada a cabo explicitamente em razão especialmente da criação de um narrador anônimo desenvolvendo as suas memórias – também enquanto torturador de presos políticos – justamente ao longo dos Anos de Chumbo. (Abrindo um parêntese explicativo, é preciso lembrar que esta etapa histórica nacional foi marcada tanto pelo fechamento político quanto pelo estímulo governamental ao crescimento do mercado de bens simbólicos. Assim, a expansão da ideia de que o Brasil estaria passando por um verdadeiro milagre econômico decorreu basicamente de três fatores: o aumento do produto interno bruto, o desenvolvimento da produção industrial, o crescimento decorrente do

mercado interno de consumo, elementos que contribuíam para a ascensão das classes média e alta e para a pobreza consequente dos excluídos do processo, aumentando a disparidade entre os ricos e os pobres. A política de estado à época, representada na dinâmica compensatória atribuída pelo poder ditatorial ao consumo de produtos culturais de massa, investiu na difusão da retórica patriótica por meio da televisão, o veículo de alcance mais abrangente de que resultava a integração nacional desde os anos de 1970.) Mencionada tal síntese do período, seja no nordeste brasileiro como cenário espacial, seja referenciando o coronelismo e/ou a Ditadura Militar como ambientação temporal e ideológica, os dois narradores-protagonistas revelaram ressentimento pelas pressões da sociedade que os afastavam de uma integração social plena. Eles narraram as experiências por que passavam para chamarem a atenção sobre si mesmos, agindo com consciência dos atos realizados, com lucidez evidenciada no metodismo das ações, restringindo a visão da realidade em torno dos seus ângulos parciais respectivos. Em ambos os casos estudados, existiu um processo de acúmulo de experiências frustradas – aliás: tanto vivências do âmbito doméstico quanto vivências do âmbito público – que os protagonistas internalizaram ao ponto destas se tornarem ressentimento, resultando em condutas desviantes de encontro aos obstáculos e às dificuldades da trajetória social deles. Afora estas características, os dois pareceram apresentar traços de psicopatia, cujas peculiaridades envolviam distúrbios graves como certo comportamento antissocial e amoral sem demonstrações de arrependimento ou de remorso pelas mortes alheias, incapacidade de relacionamento com outras personagens com laços afetivos profundos, egocentrismo extremo, além da incapacidade deles de aprenderem com as experiências violentas acumuladas, fato que suspendia o juízo moral. Tanto o narrador inculto Getúlio Santos Bezerra do Sergipe quanto o narrador anônimo culto do farol indeterminado opuseram uma moral pessoal rígida em relação a um tipo de esvaziamento de valores em uma sociedade patriarcal comandada e corrompida pela figura despótica do coronel; entretanto, em ambos os discursos não havia justificativa ideológica explícita em relação às ações, somente havia neles banalização de atos extremamente cruéis e violentos, pelos quais ficou explícito o caráter patológico do comportamento dos sujeitos narrativos, capaz de medrar devido à própria violência social, seja psicológica, seja corporificada.

A falta de perspectivas no âmbito social público e privado em decorrência do patriarcalismo asfixiante e deletério e da brutalidade do regime militar especialmente em relação às perseguições àqueles que discordassem do regime governamental foi possivelmente equivalente à falta de perspectiva existencial dos narradores-protagonistas em primeira pessoa analisados ao longo deste TCC. O primeiro livro de João Ubaldo Ribeiro objeto de estudo,

Sargento Getúlio, pareceu ser um tipo de lenda amplificada de um sertanejo corajoso que recorreu à fala espontânea, ao monólogo insistente, à memória afetiva para contar as suas vivências rústicas de um ponto de vista simultâneo ao próprio ato de narrá-las, sem muita capacidade crítica e reflexiva no que dizia respeito às modificações políticas externas. O segundo livro de João Ubaldo Ribeiro objeto de estudo, *Diário do Farol*, revelou ser uma espécie de biografia ficcional de um psicopata anônimo que recorreu especialmente à memória em sentido profundo para repassar a sua experiência traumática aos leitores, mas de um ponto de vista distanciado no tempo que permitiu ao narrador avaliar reflexiva e criticamente o passado turbulento. Bem dizer, ambos os modos de focalização possibilitados pela capacidade inerente ao romance de desenvolver um ciclo individual no entrecabo, seja de maneira engenhosamente rústica, seja de forma retoricamente intelectual. Tendo tal configuração formal as narrativas abordadas de maneira crítica, em última análise elas consistiram em quase hinos de carrascos nas quais havia dois tipos de verdugo: dois sujeitos autoritários com propósitos distintos: aquele primeiro, que desejava tão obsessivamente o cumprimento da missão de efetivar a entrega de um preso capturado ao seu chefe político que enfrentou todo tipo de ações violentíssimas para realizar finalmente tal objetivo; aquele segundo, que desejava tão ardentemente a vingança contra o pai déspota e contra a mulher que o frustrou que aderiu a todo tipo de ações degradantes necessárias (inclusive à Ditadura Militar enquanto delator primeiramente, enquanto torturador posteriormente) para concluir finalmente os dois objetivos. Dois carrascos cujos discursos monocórdios enformaram narrativas ficcionais violentíssimas e cruelíssimas transfiguradas da realidade desigualmente social de estruturas obsoletas, na qual tanto as diferenças econômicas eram máximas quanto era monstruosa a presença da miséria, configurando assim canções de carrascos verossímeis que confrontaram a retórica militar do país que ia para frente, bem como foram de encontro à euforia patriótica da grandeza da Nação à época da Ditadura Militar brasileira. Em um sentido mais literariamente técnico, nos dois livros houve tanto a mimetização quanto a formalização da mentalidade mesquinha e do comportamento arbitrário dos mandatários em narrativas cujo posicionamento unilateral dos narradores obstruiu a autonomia de outros personagens, submetendo-os à vontade ilimitada daqueles. De modo complementar a este processo construtivo, surgiu também certa feição psicologizante do andamento da prosa que dificultou o desvelamento da totalidade social – no primeiro plano narrativo, a psique; no panorama complementar, os detalhes sociais. Outro aspecto definidor da faceta destes sujeitos narrativos esteve conectado a certo comportamento antagônico (uma maneira de justaposição, bem dizer) entre as concepções próprias de cada um deles e o restante da totalidade social (em

ambos: um *eu* individual inteiriço e rígido x um *mundo social* fragmentado e volúvel: aliás, tal equação pareceu representar o ponto estruturante subjacente nas duas obras). Consequentemente, o narrador anacrônico e desmedido chamado Getúlio Santos Bezerra foi certamente um caso de inadaptação sertaneja à mentalidade urbana da costa brasileira, porque restrito apenas ao cangaço já não existente; já o narrador anônimo do farol foi possivelmente um caso de psicopatia (pelo viés dele enquanto líder político: daí a liberação de comportamentos agressivos e dominadores) e de esquizofrenia (pelo lado dele como líder religioso: daí a liberação de visões e de alucinações costumeiras) proveniente inicialmente das relações rurais arcaicas, posteriormente expandidas para a esfera cidadina. Em ambos os narradores-protagonistas extremamente problemáticos, portanto e enfim, somente a obviedade nacional tanto pelo acompanhamento global e panorâmico do percurso individual e social quanto pela análise estética e crítica da narração de cada um deles: a constatação desiludida de que o Brasil, ao longo da sua história abarrotada de percalços, sempre teve projetos de poder, mas nunca teve projetos de nação.

Referências

Ciência da Linguagem

Bolhuis JJ, Tattersall I, Chomsky N, Berwick RC (2014) How Could Language Have Evolved? *PLoS Biol* 12(8): e1001934. doi:10.1371/journal.pbio.1001934.

CHOMSKY, Noam. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Mas. MIT Press. 1965.

_____, Noam. *A ciência da linguagem: conversas com James MacGilvray*. Tradução de Gabriel de Ávila Othero, de Luisandro Mendes Souza, de Sérgio de Moura Menuzzi. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 536 p.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Organizado por Charles Bally e por Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger. Prefácio da edição brasileira de Isaac Nicolau Salum. Tradução de Antônio Chelini, de José Paulo Paes, de Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006. 278 p.

SILVA, Shanna Lauda Ferreira da. *A recursividade e seu papel na faculdade da linguagem da espécie humana*. 2014. 60 f. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

Crítica, Ensaios, Teoria Literária (Mimese, Forma, Estrutura Narrativa)

ADORNO, Theodor W. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: *Textos escolhidos*. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Abril Cultural, 1980. pp. 269-273. (Os Pensadores).

ARAÚJO, Homero Vizeu. *Futuro pifado na literatura brasileira: promessas desenvolvimentistas e modernização autoritária*. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2014. 288 p.

AUERBACH, Erich. *Mimeses: a representação da realidade na literatura ocidental*. Tradução de George Bernard Sperber. São Paulo: Perspectiva, 2009. 512 p. (Estudos; 2/dirigida por J. Guinsburg).

BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. Tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto. Introdução à edição brasileira de Milton José Pinto. 7ª edição. Petrópolis: Vozes, 2009. 300 p.

CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004. 288 p.

_____, Antonio. In: *Novos Estudos Cebrap*, n° 1, dez. 1981. *O papel do Brasil na Nova Narrativa*. São Paulo. pp. 58-68. Disponível em: <<http://www.surdina.com/critica.php>>.

DACANAL, José Hildebrando. *Nova narrativa épica no Brasil*. 2ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 122 p. (Série novas perspectivas: literatura; 26).

DERRIDA, Jacques. Força e Significação. In: *A escritura e a diferença*. Tradução de Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2005.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

FERNANDES, Ronaldo Costa. *O narrador do romance: e outras considerações sobre o romance*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

GIL, Fernando C. A narrativa rural e a violência em *Sargento Getúlio*. *Terceira Margem*, Rio de Janeiro, n. 21, pp. 187-205, ago./dez. 2009.

JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. In: *Linguística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e de José Paulo Paes. 21ª edição. São Paulo: Cultrix, 2008. 162 p.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo: ou a polêmica em torno da ilusão*. São Paulo: Ática, 1985.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. 240 p. (Coleção Espírito Crítico).

_____, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. pp. 70-111.

_____, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Ed. 34, 2000. 256 p. (Coleção Espírito Crítico).

TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e Poética*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Editora Cultrix, 1970. 124 p. (Coleção QUE É O ESTRUTURALISMO).

História Contemporânea

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A pré-revolução de 30. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, nº 18, setembro 1987. pp. 17-21.

_____, Luiz Felipe de. Continuidade histórica do luso-brasileirismo. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, nº 32, março 1992. pp. 77-84.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: *Nation building in nineteenth century Latin America*. Leiden: Research School CNWS, 1998. pp. 83-100.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 224 p.

SKIDMORE, Thomas Elliot. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 356 p.

História da Literatura

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007. 800 p.

_____, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007. 136 p.

Obras de João Ubaldo Ribeiro

RIBEIRO, João Ubaldo. *Sargento Getúlio*. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de São Paulo, 2003. 160 p.

_____, João Ubaldo. *Diário do Farol*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. 304 p.

Produções Específicas do Grupo de Pesquisa Literatura e Nacional-Desenvolvimentismo

KLAFKE, Mariana Figueiró. *Show Opinião: engajamento e intervenção no palco pós-1964*. 2013. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ORLANDINI, Giovani Buffon. *Engajamento literário em Jubiabá: o horizonte político da classe trabalhadora na posição ideológica do narrador*. 2014. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SCHIFFNER, Tiago Lopes. *O sol foi sequestrado e a rua restou na sombra: mentalidade, trabalho e ascensão social em O Cortiço*. 2014. 130 f. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

Sobre João Ubaldo Ribeiro

INSTITUTO MOREIRA SALLES (Brasil). *Cadernos de Literatura Brasileira: João Ubaldo Ribeiro*. São Paulo, 1999. Número 7. 148 p.

OLIVIERI-GODET, Rita. *Construções identitárias na obra de João Ubaldo Ribeiro*. Tradução de Rita Olivieri-Godet e de Regina Salgado Campos. São Paulo: HUCITEC; Feira de Santana, Bahia: UEFS Ed.; Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. 288 p.

ROSA, Carlos José Garcia. *Sargento Getúlio, capanga-da-lei*. 2015. 81 f. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SANTOS, Cléia Regina Medeiros dos. *A “bela morte” de Getúlio: uma análise da obra “Sargento Getúlio”, de João Ubaldo Ribeiro*. 2011. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SANTOS, Héder Junior dos; TEIXEIRA, Roberto Aparecido. Olhando para o passado com as lentes do presente em “Diário do Farol”, de João Ubaldo Ribeiro. *Revista Baleia na Rede*,

FFC/UNESP, São Paulo, vol. I, nº 7, pp. 79-91, ano VII, dez/2010. Disponível em:
<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/baleianarede/article/viewFile/1499/1303>>.